

COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento



**AVALIAÇÃO CONJUNTA
DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO
PORTUGAL – ANGOLA
(2007-2010)**

Equipa de Avaliação:

Maria Manuela Afonso (IPAD/GAAI)

Maria João Robalo (IPAD/GAAI)

Edgar Martins (MIREX)

Carla Boaventura (MIREX)

Lúcia Pascoal (Embaixada de Angola em Lisboa)

Junho de 2011



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.



Agradecimentos

Os autores agradecem o contributo dado por todos os interlocutores, angolanos e portugueses, envolvidos no processo de avaliação. A sua abertura, disponibilidade e espírito de participação e diálogo foram determinantes para a realização da avaliação.

O conteúdo, análises, conclusões e recomendações expressos neste documento são única e exclusivamente da responsabilidade da equipa de avaliação e não traduzem necessariamente a posição do IPAD ou do MIREX.

ÍNDICE

Acrónimos	iv
Sumário Executivo	vii
Introdução	12
1. Objectivos e âmbito da avaliação	12
1.1. Objectivos	12
1.2. Âmbito	13
1.3. Metodologia e constrangimentos	13
2. Contexto Nacional de Angola	15
3. A estratégia da ajuda portuguesa em Angola	24
3.1. O contexto da ajuda portuguesa	24
3.2. A importância relativa da ajuda portuguesa a Angola	25
3.3. Componentes do programa bilateral português	26
4. Principais áreas de intervenção da cooperação portuguesa em Angola	30
4.1. Eixo Estratégico I: Boa Governação, Participação e Democracia	30
4.2. Eixo Estratégico II: Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	38
4.3. Cluster da Cooperação	52
5. Apreciação	53
5.1. Incorporação das recomendações da avaliação anterior	53
5.2. Critérios da avaliação	54
6. Conclusões e Recomendações	73
Referências	79
Anexos	80
Anexo 1: Termos de Referência	80
Anexo 2: Reuniões realizadas	88
Anexo 3 – Lista de Projectos	89
Anexo 4 – Lista de projectos Extra-PIC	92

Acrónimos

ADRA – ONG Igrejas Adventistas de Portugal
AMU – Acções para um Mundo Unido
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AT – Assistência Técnica
BFA – Banco de Fomento de Angola
BM – Banco Mundial
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAE – Comissão de Acompanhamento Estratégico
CE – Comissão Europeia
CEA – Centro de Estudos Africanos
CED – Centro de Ensino a Distância
CEJ – Centro de Estudos Judiciários
CELP – Centro de Ensino de Língua Portuguesa
CEMGFA – Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas
CENFOR – Centro de Formação
CIC – Comissão Interministerial para a Cooperação
CISA – Centro de Investigação em Saúde em Angola
CP – Cooperação Portuguesa
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTM – Cooperação Técnico-Militar
CTP – Cooperação Técnico-Policial
DBC – Direcção Bilateral de Cooperação
DCG – Divisão de Coordenação Geográfica
DGAI – Direcção-Geral de Administração Interna
DGPND – Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DL – Decreto-Lei
DNDD – Direcção Nacional de Desenvolvimento Territorial
DNI – Direcção Nacional de Investimentos
DSCGI – Direcção de Serviços de Coordenação Geográfica I
DSP – Direcção de Serviços de Planeamento
ECP – Estratégia de Combate à Pobreza
EUA – Estados Unidos da América
FAA – Forças Armadas Angolanas
FAfD – Fundo Africano de Desenvolvimento
FCAUAN – Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
FEC – Fundação Evangelização e Cultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMUAN – Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto
FMUTL – Faculdade de Medicina da Universidade Técnica de Lisboa
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FNVUTL – Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa
GAAI – Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna
GDLD – Global Development Learning Network
GNR – Guarda Nacional Republicana
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
HIV – Vírus da Imunodeficiência Adquirida
IC IP – Instituto Camões
IDA – International Development Association
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
IHMT – Instituto de Higiene e Medicina Tropical
IIA – Instituto de Investigação Agrária
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

INABE – Instituto Nacional de Bolsas de Estudo
INAD – Instituto Nacional de Desminagem
INETE – Instituto de Educação Técnica
INFQ – Instituto Nacional de Formação de Quadros
INID – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos de Educação
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IRSEM – Instituto de Reintegração Socioprofissional dos Ex-Militares
ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
KZ – Kwanzas
LEA – Laboratório de Engenharia de Angola
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
M€ – Milhões de Euros
MAI – Ministério da Administração Interna
MAPESS – Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MED – Ministério da Educação
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MINADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINARS – Ministério da Assistência e Reintegração Social
MINPLAN – Ministério do Planeamento
MINSÁ – Ministério da Saúde
MIREX – Ministério das Relações Exteriores
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MTSS – Ministério de Trabalho e da Solidariedade Social
MUSD – Milhões de Dólares Norte-Americanos
NB – Núcleo de Bolsas
NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE – Orçamento Geral do Estado
OLI – Oficial de Ligação
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONG CIC – ONG Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa Anual de Cooperação
PAEBA – Programa de Apoio ao Ensino Básico de Angola
PAES – Programa de Apoio ao Ensino Secundário
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PGDR – Programa Geral de Desmobilização e Reintegração
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Programa Indicativo de Cooperação
PICATFin – Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PIR-PALOP – Programa Indicativo Regional
PNA – Polícia Nacional Angolana
PNDR – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Programa / Projecto / Acção
PRS – Partido Renovador Social
PSP – Polícia de Segurança Pública
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SME – Serviço de Migração e Estrangeiros
SVD – Sistema de Vigilância Demográfica
SWOT – Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades
TdR – Termos de Referência
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação



IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.



UAN – Universidade Agostinho Neto
UNHCR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA – United Nations Technical Assistance
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD – Dólares Norte-Americanos

Sumário Executivo

Introdução

A presente avaliação é um exercício conjunto realizado pelo GAAI/IPAD e pelo MIREX de Angola.

Tal como é referido nos TdR, os objectivos da avaliação são:

- Fornecer informação relevante à cooperação portuguesa e a Angola sobre a programação e implementação da cooperação entre os dois países que permita tomar decisões sobre a programação futura;
- Conhecer o desempenho do PIC no seu contributo para o alcançar dos objectivos de desenvolvimento de Angola;
- Identificar lições e propor recomendações para a reorientação da estratégia do PIC.

Limitações da avaliação

A avaliação deparou-se com algumas dificuldades que limitaram a apreciação dos critérios de avaliação, a saber:

- O **momento da avaliação**. O facto de se tratar de uma avaliação no percurso. Trata-se de uma avaliação formativa, que já não permite dar contributos para a revisão do PIC em vigor mas, por outro, é prematura para apreciar com rigor os seus resultados e efeitos, dado o mesmo só terminar no final do ano;
- A **disponibilidade de dados**. A disponibilidade de dados quantitativos é reduzida o que dificultou a análise dos efeitos. A sua análise foi feita sobretudo com base na informação recolhida através das entrevistas e visitas a projectos no terreno;
- **Missão a Angola**. A estadia só em Luanda não permitiu uma análise profunda das intervenções a decorrerem no restante território, com a excepção do projecto no Caxito, na área da saúde. Também não foi possível visitar as principais intervenções de ONGD co-financiadas pela Cooperação Portuguesa, face às dificuldades de transporte e custos associados.

Resultados

- De uma forma global pode afirmar-se que o PIC foi **relevante** relativamente às prioridades definidas nos documentos orientadores de Angola e da Cooperação Portuguesa.
- No que diz respeito à **eficácia**, globalmente pode afirmar-se que os resultados foram atingidos em termos de *outputs*, ainda que com algumas diferenças entre intervenções. O

mesmo não se pode dizer relativamente aos *outcomes*, por impossibilidade não só do *timing* da avaliação, mas também por inexistência de indicadores e informação. A maior parte das intervenções do Eixo Estratégico I pode considerar-se eficaz, nomeadamente no que diz respeito à capacitação da Administração pública, com especial realce para a cooperação na área da polícia e segurança e no arquivo nacional. No Eixo Estratégico II, as principais intervenções na área da educação são o Saber Mais e o apoio à UAN. No primeiro caso, devido aos atrasos de implementação, ainda é cedo para falar em eficácia. Nas bolsas a eficácia pode ser aumentada se for aproveitado todo o contingente de bolsas internas por parte de Angola. As intervenções na área do desenvolvimento sociocomunitário, sobretudo as financiadas pelo MTSS, são muito eficazes no apoio aos grupos mais vulneráveis, bem como o apoio ao sector da saúde através dos cursos para técnicos de enfermagem e directores clínicos.

- No que diz respeito à **eficiência**, a análise centrou-se, sobretudo, na comparação entre os compromissos, o planeado e o executado, no padrão de desembolsos e na evolução dos custos no período em análise, para verificar se os recursos foram utilizados como inicialmente previstos ou se houve necessidade de reformulação. Os montantes orçamentados são inferiores aos compromissos assumidos aquando da assinatura do PIC (65 M€) e os montantes executados são, por regra, inferiores ao orçamentado, reflexo de um planeamento deficiente e de um empolamento do montante indicativo, dificultando a aplicação do critério da eficiência. Em suma, fica em aberto saber se o PIC foi ou não eficiente. Contudo, as taxas de execução aumentaram ao longo do período de vigência do PIC, evidenciando um aumento na eficiência da execução orçamental. Houve progressos significativos no acompanhamento da execução financeira através dos Planos de Tesouraria, existindo igualmente canais claros para a implementação e mecanismos de desembolso e gestão das intervenções, trabalho que é facilitado quando existe um coordenador de projecto, o qual articula directamente com as autoridades portuguesas.
- Quanto à **sustentabilidade**, do ponto de vista da sustentabilidade financeira, há globalmente indícios de apropriação e co-responsabilização

das instituições, com partilha de custos por parte das autoridades angolanas. Em termos de capacidades técnicas há alguma sustentabilidade, ainda que maior em algumas áreas, garantida através da transferência bem sucedida de conhecimentos e competências. A sustentabilidade institucional existe já em algumas áreas e está a ser reforçada noutras. Há, contudo áreas onde há ainda trabalho a desenvolver, como é o caso do CED e do CISA. No caso dos projectos na área sociocomunitária, nos dois programas apoiados pelo MTSS o reduzido envolvimento das autoridades angolanas no financiamento dos projectos, a ausência de articulação quer entre Ministérios envolvidos (MAPESS, MED e MINSA) quer com o MIREX contribuem para reduzir a sustentabilidade.

- Em termos de **efeitos**, no primeiro eixo de intervenção destacam-se algumas intervenções de apoio à Administração pública e o apoio na área da polícia e segurança. Quanto ao segundo eixo de intervenção, pode afirmar-se que o apoio ao ensino superior tem produzido efeitos positivos na capacidade institucional e científica da UAN. No apoio sociocomunitário, pelos seus resultados, contribuiu para a melhoria das condições de vida das crianças e jovens abrangidos.
- Na **coordenação e complementaridade** foram feitos alguns esforços mais há ainda um grande espaço para melhorias no futuro, não só entre actores da Cooperação Portuguesa como, também, com as autoridades angolanas e com outros doadores bem como entre os próprios ministérios sectoriais angolanos e o MIREX.
- As **mais-valias** da cooperação portuguesa situam-se ao nível da vantagem da língua comum e da matriz jurídica e administrativa semelhante. Estas mais-valias são reconhecidas pelas autoridades angolanas, colocando Portugal numa melhor posição para implementar intervenções nas áreas de apoio à boa governação (Eixo I) e da educação (Eixo II).
- Transversal a quase todas as intervenções, foram identificados alguns constrangimentos que limitaram a implementação e obtenção dos resultados definidos: as questões associadas ao alojamento em Angola e a dificuldade de obtenção de visto.

Conclusões e Recomendações Planeamento / Programação

A elaboração do PIC teve por base um processo participativo, liderado pelo IPAD, com consulta dos ministérios sectoriais e Embaixada, tendo sido assegurado o envolvimento das autoridades

angolanas. Um menor envolvimento foi sentido dentro do IPAD, entre os diferentes serviços. As organizações da sociedade civil não foram envolvidas no processo.

Registaram-se progressos em termos de redução de eixos de intervenção e houve um esforço de concentração das intervenções as quais tiveram por base as solicitações das autoridades angolanas. Contudo, foi sentido por algumas instituições alguma indefinição e falta de orientação por parte do IPAD quanto ao que era estratégico, conduzindo a uma profusão de intervenções. As inúmeras intervenções extra-PIC nos primeiros anos atestam esta realidade. Esta miríade de intervenções absorve tendencialmente maiores custos de transacção do que se os recursos estivessem concentrados em abordagens sectoriais integradas. Por outro lado, apesar de o PIC incluir indicadores, há ainda muito trabalho a desenvolver nesta área, sobretudo na definição de indicadores de resultados.

Recomendação 1. O IPAD deve definir claramente as opções estratégicas relativamente à cooperação com Angola e dar essas instruções aos sectores e à sociedade civil, nomeadamente às ONG. O reduzido volume da Cooperação Portuguesa face à dimensão deste país parceiro obriga a que se definam claramente as áreas de intervenção, as opções geográficas e os grupos-alvo, em colaboração com as autoridades angolanas.

Recomendação 2. Dentro do IPAD deve ser promovido um maior entrosamento entre os serviços na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento sectorial.

Recomendação 3. A identificação do programa de cooperação deve ser feita em conjunto com as autoridades angolanas, o que significa partilhar também a informação sobre a definição de prioridades, a fixação de objectivos e de programas bem como do pacote financeiro e sua estrutura.

Recomendação 4. No novo PIC deve ser feito um esforço no sentido de, dentro do possível, apostar em abordagens sectoriais integradas.

Recomendação 5. Num contexto de recursos escassos, o IPAD deve apostar em co-financiamentos e parcerias público-privadas que potenciem a apresentação de propostas a fundos internacionais (facilidade da água, energia, segurança alimentar) a subvenções, em áreas complementares e estratégicas para reforço da Cooperação Portuguesa. Promover a articulação da SOFID com Angola.

Recomendação 6. O cluster não foi implementado. No quadro da preparação do próximo PIC deve ser discutido com as autoridades angolanas a relevância de inclusão de um instrumento de cooperação deste tipo.

Implementação e acompanhamento

O sistema de acompanhamento do IPAD fez progressos significativos nos últimos anos. Contudo, ainda não se pode falar verdadeiramente numa gestão centrada nos resultados. Há acompanhamento dentro do IPAD a dois níveis: a Direcção de Serviços de Planeamento e Programação, através da Divisão de Coordenação Geográfica, acompanha a implementação do PIC e a Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I, através da Divisão de África I (DAF I), acompanha a implementação dos programas e projectos do PIC. Esta separação exige um esforço maior de articulação.

No terreno, o acompanhamento pela Embaixada tem ainda um longo caminho a percorrer no sentido de criar mecanismos formais e regulares de articulação e coordenação, desde logo pela falta de recursos humanos para o efeito.

Recomendação 7. Deve ser criado um sistema de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Angola, como parte integrante dos interesses estratégicos permanentes de ambos os países.

Recomendação 8. Deve ser reforçado o diálogo e a articulação entre as duas unidades orgânicas responsáveis pelo acompanhamento do PIC.

Recomendação 9. No quadro do novo PIC, todos os projectos devem ter indicadores de resultados, definidos antes da sua aprovação pelo IPAD, que permitam uma gestão centrada nos resultados.

Recomendação 10. A área da cooperação junto da Embaixada portuguesa deve ser reforçada em termos de recursos humanos, de forma a garantir um eficaz e sistemático acompanhamento das intervenções da cooperação.

Recomendação 11. O site do IPAD deve ter informação disponível sobre o nível de implementação do PIC e resultados alcançados, numa óptica de visibilidade e transparência. Deve igualmente incluir informação disponível sobre as áreas que já foram co-financiadas, por país, no que diz respeito às ONGD.

Coordenação e Complementaridade

A coordenação e complementaridade entre actores da cooperação Portuguesa, em Lisboa, foram razoáveis aquando da elaboração do PIC mas foram reduzidas ao longo da sua execução. Há, ainda, espaço para melhorias na coordenação entre actores no terreno, bem como com o MIREX e entre as entidades angolanas.

Recomendação 12. Na elaboração do novo PIC devem ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os actores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONG e outros actores não estatais. O IPAD deve promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções, nomeadamente, na fase de preparação do PIC, no seu arranque e depois promover reuniões sectoriais com uma periodicidade semestral ou anual, em função da realidade no terreno e das necessidades mais específicas de cada sector.

Recomendação 13. O IPAD enquanto entidade coordenadora deve promover de forma mais regular reuniões de articulação (globais e/ou sectoriais), traduzidas não só na partilha de informação mas, também, de reflexão estratégica e articulação, procurando potenciar sinergias entre todos os actores. As áreas da saúde e da educação sobressaem como aquelas onde devem ser fortalecidos os mecanismos de articulação e complementaridade entre todas as intervenções.

Recomendação 14. A Embaixada de Portugal em Luanda deve promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos sectoriais e em áreas afins. Estas reuniões devem contar com a presença de todos os actores, incluindo os da sociedade civil, única forma de potenciar a complementaridade.

Recomendação 15. A articulação com o MIREX deve ser reforçada não só através da Embaixada de Portugal em Luanda, mas, também, através do IPAD, partilhando sistematicamente toda a informação disponível ao nível da implementação das intervenções sectoriais, como forma de minimizar os sintomas de descoordenação que ainda subsistem.

Recomendação 16. As fichas de projecto, devidamente actualizadas, devem continuar a ser partilhadas com a Embaixada de Portugal em Luanda e com o MIREX.

Áreas de intervenção

No processo de implementação das intervenções registaram-se alguns atrasos, na maior parte dos casos devido a problemas

burocráticos, quer por parte de Portugal (por exemplo, falta de disponibilidade de técnicos para dar formação, disponibilização tardia de agentes da cooperação), quer por parte de Angola (as dificuldades de concessão de vistos e alojamento foi o aspecto mais vezes referido, para além de alguns atrasos na tomada de decisões).

No quadro da linha de co-financiamento das ONGD, do ponto de vista das ONGD o IPAD evoluiu positivamente em matéria de canais de diálogo, sendo as respostas tendencialmente rápidas. No quadro do actual PIC a abertura é maior, conseguindo-se agendar reuniões, tendo-se *feedback*. Contudo, nem sempre as razões apontadas para a não aprovação dos projectos são explicitadas de uma forma clara para a entidade proponente. O carácter anual dos concursos é um constrangimento apontado por algumas ONG. Por outro lado, a avaliação externa é uma das linhas orçamentais das propostas que é cortada nos projectos, assim como a construção de infra-estruturas, uma carência que ainda se faz sentir com muita frequência, sobretudo nas províncias mais distantes.

Recomendação 17. O reforço das capacidades institucionais deve constituir o principal foco do novo PIC, nomeadamente na área da Administração pública, onde Portugal tem claras mais-valias.

Recomendação 18. Para aumentar a sustentabilidade na área das Finanças Públicas, é necessário que se dê assistência técnica no seguimento das acções de formação. Isto significa que se deve apostar futuramente na formação “*on Job*”, fomentando assim a consolidação dos conhecimentos adquiridos.

Recomendação 19. Ainda no PICATFin, devem ser implementados inquéritos regulares em cada área de formação para facilitar a análise dos efeitos.

Recomendação 20. No Saber Mais, um aspecto a não descurar é o da certificação da formação, o que irá provocar maior adesão dos professores em exercício.

Recomendação 21. A articulação com os governos provinciais e o seu envolvimento no projecto Saber Mais devem ser fortalecidos no futuro.

Recomendação 22. No Saber Mais devem ser elaborados Planos de Acção para cada Pólo provincial, com objectivos, metas e indicadores para cada um deles, para que se possa fazer um

acompanhamento e avaliação numa óptica de resultados.

Recomendação 23. Na área do ensino superior deve ser promovida a articulação entre o Instituto Camões e os outros actores e projectos na área da língua portuguesa, para potenciar a coordenação e a promoção de sinergias.

Recomendação 24. Nas bolsas internas, deve ser agilizado um mecanismo de articulação entre o INABE e a Embaixada de Portugal em Luanda, que permita ultrapassar os constrangimentos detectados e Angola aproveitar o contingente de vagas. Por outro lado, deve-se equacionar apoio técnico ao INABE, no sentido de serem ultrapassados os constrangimentos.

Recomendação 25. No CISA deve ser equacionada uma estratégia de atracção de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade.

Recomendação 26. Na linha de co-financiamento das ONGD, o IPAD deve equacionar a possibilidade de concursos com carácter plurianual, adoptando o modelo da CE ou, no caso de impossibilidade de financiamento plurianual, simplificando a segunda candidatura/reapresentação. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claros os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projectos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.

Recomendação 27. Nas candidaturas a co-financiamento das ONGD, deve ser reconsiderada a possibilidade de inclusão de verbas para fazer uma avaliação externa, nomeadamente nos de maior volume financeiro. Segundo a DASC, nesta data, este assunto já está contemplado.

Recomendação 28. Dado que a carência de infra-estruturas limita o desenvolvimento, o processo de apreciação das candidaturas das ONGD não deve ser tão restritivo em relação à elegibilidade destas despesas.

Recomendação 29. As autoridades angolanas e portuguesas devem equacionar formas de ultrapassar os constrangimentos associados à concessão de vistos no quadro das intervenções de cooperação para o desenvolvimento, com o objectivo de fortalecerem as relações mútuas que assumem primazia em termos estratégicos.

Angola

Recomendação 30. O CED deve procurar diversificar o leque de actividades, alargando a sua utilização a outras cooperações no domínio

do ensino superior e a outros clientes para além da Administração pública angolana, nomeadamente o sector privado. Neste quadro, o IPAD poderia ter um papel dinamizador de divulgação do CED junto das instituições portuguesas que têm projectos em Angola, incluindo as Universidades.

Recomendação 31. Numa óptica de promoção da apropriação e da sustentabilidade, o MINARS deve gradualmente assumir responsabilidades no financiamento do novo ciclo de programação.

Recomendação 32. Há necessidade de maior articulação entre o MINARS e os outros ministérios envolvidos no apoio sociocomunitário, criando programas sectoriais: Ministério da Educação, que paga os professores, e Ministério da Saúde, que paga os profissionais de saúde, envolvidos na implementação deste programa.

Recomendação 33. Definir o modelo institucional e legal para o CISA, aspecto central para a promoção da sua apropriação e sustentabilidade. Deve ser aprofundado o organograma de funcionamento.

Recomendação 34. Angola deve promover e assegurar a articulação entre o MIREX e os outros sectores angolanos.

Recomendação 35. O Estado angolano deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa.

Introdução

A Cooperação Portuguesa com os principais parceiros do desenvolvimento tem por base Programas Indicativos de Cooperação (PIC) negociados regularmente com as autoridades nacionais e cujo período de vigência está alinhado com o ciclo de programação de cada país parceiro.

O PIC de Angola, para o quadriénio 2007-2010, foi assinado em 26 de Julho de 2007, com um envelope financeiro indicativo de 65 milhões de euros. A realização de uma avaliação no último ano de vigência está prevista no documento do PIC para apreciação dos resultados e efeitos da cooperação entre os dois países bem como permitir retirar lições e delinear recomendações que orientem o ciclo de programação seguinte.

Estrutura do Relatório

O relatório está estruturado da seguinte forma: a introdução constitui a primeira parte, na qual se descreve o objectivo e âmbito da avaliação, sua metodologia e constrangimentos. No capítulo 2 descreve-se o contexto do desenvolvimento de Angola. O apoio e contextualização da ajuda portuguesa são caracterizados no capítulo 3. No capítulo 4 são descritas as intervenções da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento de Angola, que consubstanciam as principais áreas de intervenção do PIC. No capítulo 5 é feita a análise dos critérios de avaliação e no capítulo 6 são apresentadas as conclusões e recomendações da avaliação.

1. Objectivos e âmbito da avaliação

1.1. Objectivos

De acordo com os Termos de Referência (TdR) (Anexo 1) a presente avaliação tem como objectivos:

- Fornecer informação relevante à Cooperação Portuguesa e a Angola sobre a programação e implementação da cooperação entre os dois países que permita tomar decisões sobre a programação futura;
- Conhecer o desempenho do PIC no seu contributo para o alcançar dos objectivos de desenvolvimento de Angola;
- Identificar lições e propor recomendações para a reorientação da estratégia do PIC.

1.2. Âmbito

A avaliação centra a sua atenção no PIC Portugal – Angola (2007-2010), nomeadamente:

- A relevância, lógica e coerência do PIC e sua consistência com a Estratégia de Combate à Pobreza de Angola;
- Tendo por base os objectivos, a avaliação deve produzir lições relevantes e recomendações para o futuro PIC, centrando a atenção nos dois eixos já identificados.

1.3. Metodologia e constrangimentos

Tendo subjacente o espírito da Declaração de Paris, esta avaliação é um exercício conjunto. Os TdR foram elaborados por uma equipa constituída por representantes do IPAD (GAAI, DSP, CGI) e das autoridades angolanas (DBC/MIREX e Embaixada de Angola em Lisboa).

A fase documental decorreu em Lisboa e teve como objectivo a recolha de informação e uma primeira apreciação da implementação do PIC. Para o efeito, a equipa de avaliação reuniu com os ministérios sectoriais e ONGD co-financiadas pelo IPAD bem como com os serviços responsáveis pelo acompanhamento da implementação das intervenções de cooperação (Anexo 2). Foram igualmente consultados os dossiers e a intranet do IPAD e realizadas reuniões com técnicos e responsáveis do IPAD pelo acompanhamento da cooperação com Angola.

A fase de deslocação a Angola teve como objectivo recolher informação que permitisse completar a informação já recolhida em Lisboa e permitisse aferir a análise realizada. Foram realizadas entrevistas e reuniões com as autoridades locais, executores no terreno e alguns beneficiários (Anexo 2). A decisão sobre que projectos analisar com maior detalhe foi tomada conjuntamente com os serviços do IPAD (CGI e DSP), a Embaixada de Portugal em Luanda e o MIREX, tendo em consideração a sua relevância e importância no quadro do PIC.

A fase final, de elaboração do relatório de avaliação, correspondeu à análise dos dados quantitativos e qualitativos recolhidos nas fases anteriores, traduzindo-se na caracterização e apreciação dos critérios de avaliação a partir dos quais se formularam conclusões e recomendações.

Tal como já referido, a avaliação centrou-se nos eixos identificados no PIC como áreas de intervenção prioritária. Contudo, na área da Justiça, dado estar a decorrer em simultâneo uma avaliação a este sector em todos os PALOP, optou-se por uma abordagem menos exaustiva para não sobrecarregar quer os parceiros locais quer o Ministério da Justiça português.

O Objectivo da avaliação, já referido no ponto 1.1., determinou que o quadro metodológico incluísse:

- A adopção dos princípios e critérios de avaliação do CAD/OCDE (eficácia, eficiência, relevância, impacto e sustentabilidade) acrescidos da coordenação e complementaridade e do valor acrescentado.
- Uma matriz de avaliação, anexa aos TdR que norteou as reuniões e entrevistas realizadas quer em Lisboa quer em Luanda.
- A análise documental, quer em suporte papel quer na intranet do IPAD, bem como de documentação relevante recolhida através da internet.

Os principais **constrangimentos** durante o processo de avaliação foram:

- O **momento da avaliação**. O facto de se tratar de uma avaliação no percurso. Trata-se de uma avaliação formativa, que já não permite dar contributos para a revisão do PIC em vigor mas, por outro, é prematura para apreciar com rigor os seus resultados e efeitos, dado o mesmo só terminar no final do ano;
- A **disponibilidade de dados**. A disponibilidade de dados quantitativos é reduzida o que dificultou a análise dos efeitos. A sua análise foi feita sobretudo com base na informação recolhida através das entrevistas e visitas a projectos no terreno;
- **Missão a Angola**. A estadia só em Luanda não permitiu uma análise profunda das intervenções a decorrerem no restante território, com a excepção do projecto no Caxito, na área da saúde. Também não foi possível visitar as principais intervenções de ONGD co-financiadas pela Cooperação Portuguesa, face às dificuldades de transporte e custos associados.

2. Contexto Nacional de Angola

Características de Angola a nível político, económico e social

- **Contexto político**

Com o clima de paz que se instaurou em Angola em 2002, passos importantes têm sido dados no sentido da consolidação e reforço da paz, reconciliação nacional, democracia, estabilidade macroeconómica e criação das bases para a edificação de uma economia nacional integrada e auto-sustentada.

Angola vive um processo dinâmico de reconstrução e desenvolvimento, no qual é visível a consolidação da estabilidade política, com uma trajectória de crescimento vigoroso da economia nacional, que tem como objectivo a diminuição da fome e da pobreza e a promoção da estabilidade social.

Com efeito, os eixos para a acção governativa são os seguintes:

- Consolidar a estabilidade política, reforçar a capacidade institucional do país e melhorar a governação;
- Garantir o crescimento do país de forma sustentada;
- Melhorar a qualidade de vida dos angolanos;
- Inserção de Angola no contexto internacional.

O advento da paz trouxe, deste modo, maior confiança às formações político-partidárias e consequentemente o aprofundamento da democracia multipartidária. Esta condição propiciou a preparação e realização das segundas eleições legislativas que decorreram em Angola nos dias 5 e 6 de Setembro de 2008, declaradas livres e justas pelas autoridades nacionais, observadores nacionais e internacionais, sociedade civil e comunidade internacional, tendo o partido MPLA obtido mais de 80% de votos, UNITA cerca de 10% e restantes votos distribuídos por outros partidos, dos quais se destacam FNLA, PRS e Nova Democracia.

A conjuntura de paz e estabilidade permitiu que a 21 de Janeiro do corrente ano, Angola aprovasse uma nova Constituição da República, elaborada com ampla participação dos cidadãos, e assente nos princípios e valores universais de um Estado Democrático de Direito e da edificação de uma sociedade justa.

Assim, a actual Constituição constitui o reafirmar do comprometimento do país para com os valores e princípios fundamentais da Independência, Soberania e Unidade do Estado democrático de direito, pluralismo de expressão e organização política, separação e equilíbrio de poderes dos

órgãos de soberania, sistema económico de mercado e respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano.

- **Contexto económico¹**

No período de 2004 a 2008, a taxa média de crescimento anual real foi de 17,5%. Se o período for alargado para incluir o ano de 2009, caracterizado pela profunda crise económica e financeira mundial, a taxa média situa-se nos 15%.

Este crescimento, sustentado pela elevada progressão do sector não petrolífero, tem sido acompanhado por transformações estruturais ao nível da participação da economia não petrolífera no cômputo geral da actividade económica, com particular destaque para os sectores de energia e águas, agricultura, pecuária e florestas, construção e obras públicas, bem como a indústria transformadora. O crescimento dos sectores não petrolíferos evidencia os esforços levados a cabo pelo país no sentido de manter a estabilidade macroeconómica e diversificação da economia nacional, com aposta clara na agricultura, construção e parques e pólos industriais.

Desde 2005, o crescimento do PIB não petrolífero coloca-se acima, não apenas da taxa tendencial do PIB observada entre 2002 e 2008, como igualmente, se sobrepõe ao PIB petrolífero.

A conta corrente da Balança de Pagamentos confirmou, em 2008, os bons desempenhos dos anos anteriores (principalmente após 2004) tendo registado o maior saldo de sempre com um valor próximo dos 17,7 mil milhões de dólares (20,8 do PIB). Verificou-se, também, uma melhoria de 15,2% face a 2007. Este excelente resultado nas relações comerciais com o exterior deveu-se aos elevados preços do petróleo, cuja queda se verificou depois de Julho de 2008.

Cabe registar que, quanto à Balança de Pagamentos², as relações económicas com o exterior são outro domínio de sucesso da política económica do Governo angolano. Em 2006 e 2008 foram registados os maiores excedentes de sempre na conta corrente da Balança de Pagamentos, tendo representado, 25,3% e 20,8%, respectivamente, do Produto Interno Bruto desses anos.

O exercício económico de 2008 registou um *superávit* de USD\$ 6.407,7 milhões (8,3% do PIB), na conta corrente, representando uma redução de 31,8% comparativamente ao atingido no período homólogo, cujo saldo foi de USD\$ 9.402,1 milhões (15,8% do PIB).

À semelhança do que ocorreu em anos anteriores, verificou-se, nesse mesmo ano, um aumento das receitas de exportação de Angola, resultantes do crescimento verificado na produção de petróleo bruto e dos preços dos produtos exportados. As estatísticas das importações comprovam

¹ Fontes: Balanço da Execução do Programa Geral do Governo de 2007/2008, Maio de 2009.
Projecto de Plano Nacional 2010-2011 - Ministério do Planeamento.

² Fonte: Banco Nacional de Angola.

um crescimento na ordem de 53,6%, tendo atingido o valor de USD\$ 20.982,2 milhões em 2008, contra os USD\$ 13.661,5 milhões apurados em 2007.

Em 2009, previu-se a redução das receitas de exportação, resultante da redução da produção e do preço do petróleo no mercado internacional, atingindo o valor de USD\$ 36.118,1 milhões. Quanto às importações projectou-se uma redução de 27,1% para 2009.

O sector da construção e reconstrução de infra-estruturas, durante o ano de 2009, continuou a estar entre os sectores de maior visibilidade e peso na actividade económica do Estado.

Relativamente aos equilíbrios macroeconómicos fundamentais, a política governamental confirmou alguns dos bons resultados conseguidos em 2008 e anos precedentes em áreas como o controlo do défice orçamental, estabilidade cambial, valor externo do kwanza e controlo dos principais agregados monetários.

Quadro 1 – Comportamento da Economia Angolana

Variáveis	2004	2005	2006	2007	2008
PIB preços de mercado (Bn KZ)	1544,9	2445,3	3289,2	4636,8	6373,7
PIB preços mercado (musd)	18515,0	30271,5	41835,9	60638,2	85998,8
PIB petróleo (musd)	9855,6	17038,9	23382,7	33173,3	48341,3
PIB não petrolífero (musd)	9150,5	13232,6	18598,2	26274,9	35560,0
PIB petróleo/PIB total	53,2	56,3	57,1	54,7	57,6
Taxas reais de crescimento (%)					
PIB	11,3	20,6	18,6	23,3	13,8
PIB petrolífero	13,1	26,0	13,1	20,4	12,3
PIB não petrolífero	9,3	13,6	25,9	25,7	15,0
PIB per capita (usd)	1191,1	1843,6	2484,7	3419,4	4750,3

Fonte: Ministério do Planeamento, Trabalhos de Ajustamentos do Plano Nacional 2009.

A inflação é um dos domínios macroeconómicos onde o sucesso da política de estabilização macroeconómica mais se fez sentir. O facto de não se ter conseguido baixar a taxa de inflação anual acumulada para um dígito deveu-se ao intenso aumento do PIB, que tem gerado uma certa pressão da procura privada (consumo e investimento) sobre uma oferta ainda rígida na sua reacção aos estímulos do crescimento, bem como à prevalência de alguns estrangulamentos nos portos do país. Por outro lado, foram detectados sinais preocupantes de especulação dos preços de alguns produtos e certas expectativas de subida dos preços que os agentes económicos ainda não conseguiram acomodar e absorver por inteiro, nas suas estratégias microeconómicas de expansão da produção.

Porém, não deixa de ser preocupante a permanência da taxa de inflação nos dois dígitos (12,2% em 2006, 11,79% em 2007 e 13,2% em 2008), apesar da apreciação do valor cambial do kwanza face ao dólar, que deveria tornar as importações de bens de consumo transaccionáveis mais baratas.

Quadro 2 – Comportamento da Economia Angolana – Visão Sectorial

MUSD

Sectores	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura, silvicultura, pecuária	1838,4	2602,7	3207,0	4765,7	6721,4
Pescas			128,3	165,1	253,4
Petróleo e refinados	9855,6	17038,9	23382,7	33173,3	48341,3
Diamantes e outros	583,7	884,7	979,7	1055,3	941,7
Indústria transformadora	909,7	1240,8	2029,8	3155,2	5654,4
Energia eléctrica e água	37,9	30,3	38,5	49,3	64,0
Obras públicas e construção	890,8	1240,8	1823,6	2931,5	3740,8
Comércio, Bancos, Seguros, Serviços	2615,5	4509,4	7040,1	10054,4	13015,5
Outros	2274,4	2723,8	3479,5	4263,5	5169,9
PIB ao custo de factores	19006,1	30271,5	41980,8	59448,2	83901,3

Fonte: Ministério do Planeamento, Trabalhos de Ajustamentos do Plano Nacional 2009.

No que concerne ao ano de 2009, o desempenho da economia angolana foi muito influenciado pelo comportamento negativo da economia mundial. Face ao contexto de crise internacional, a Taxa de Crescimento Real do PIB de Angola para 2009 estimou-se na ordem de 1,3%, o que pode ser considerado razoável para um ano marcado por incertezas e dificuldades a nível mundial. O ano de 2010, ficará marcado pelos claros sinais de retoma, tendo o executivo angolano perspectivado uma Taxa de Crescimento de 8,6%, embora as previsões do FMI apontarem para uma Taxa de Crescimento Real (média anual) de 6,76%, para o período de 2010 a 2014.

Este desempenho positivo resulta em grande medida dos princípios e directrizes de médio e longo prazo adoptados e que estão espelhados nos documentos programáticos do Governo, como o Plano Nacional 2010-2011 e Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025, relativamente ao crescimento acelerado e sustentável, estabilidade macroeconómica, aumento de emprego e reformas do Estado.

Em linhas gerais, os principais objectivos e prioridades do Governo angolano para o período de 2010-2011 são:

- (i) Promover a unidade e coesão nacional, consolidar a democracia e suas instituições;
- (ii) Garantir um ritmo elevado e sustentado de desenvolvimento económico, com estabilidade macroeconómica, transformação e diversificação das estruturas económicas;
- (iii) Melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento humano dos angolanos;
- (iv) Estimular o desenvolvimento do sector privado e apoiar o empresariado nacional;
- (v) Reforçar a inserção competitiva de Angola no contexto internacional;
- (vi) Implementar uma política de desenvolvimento rural e peri-urbano que mitigue o desequilíbrio na qualidade de vida entre os meios rural e urbano;
- (vii) Promover um acelerado desenvolvimento industrial com vista a substituir as importações;

- (viii) Reabilitar e desenvolver as infra-estruturas necessárias à reconstrução e desenvolvimento do país;
- (ix) Modernizar o sistema financeiro e transformar Angola numa praça financeira regional e internacional forte;
- (x) Definir e implementar uma política de protecção social e solidariedade nacional adequada;
- (xi) Assegurar a rápida urbanização dos musseques e modernização das comunidades urbanas.

• **Contexto Social**

No que concerne aos sectores sociais é de referir que os mesmos apresentam vários problemas que limitam um desempenho mais significativo, o qual também foi, naturalmente, afectado pela crise económica.

O sector da **educação**, em 2007, apresentou uma taxa geral de crescimento dos efectivos escolares de 7,4%, mais elevada que a registada no ano anterior (5,8%). Em 2008, ocorreu uma diminuição de 6,3%.

No que concerne às reformas e medidas implementadas são relevantes a reforma educativa, com destaque para a reforma o ensino médio técnico-profissional, implementação da informatização do MED, carta escolar, revitalização do programa de alfabetização, formação e superação de professores do ensino geral, aquisição de material didáctico, formação de gestores, apetrechamento das escolas e reforço da inspecção escolar.

Quadro 3 – Número de alunos matriculados

Anos	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Níveis de ensino	Nº de alunos			Variação (%)		
Alfabetização	366.200	389.637	502.350	9,6	6,4	8,9
Ensino Especial	12.661	16.213	18.439	8,1	28,1	13,7
Iniciação	842.361	938.389	893.661	-5,9	11,4	-4,8
Primário	3.370.079	3.558.605	3.757.677	8,0	5,6	5,6
I. Ciclo Secundário	270.662	316.664	370.485	15,8	17,0	17,0
II. Ciclo Secundário	179.249	194.933	212.347	4,3	8,7	8,9
Total	5.041.212	5.414.441	5.754.959	5,8	7,4	6,3

Fonte: Ministério da Educação.

No que diz respeito ao sector da **saúde**, Angola fez um esforço significativo de reforço do sistema municipal de saúde, tendo lançado uma campanha para redução da mortalidade materna e infantil. A cobertura pré-natal evidencia uma tendência positiva desde 2005, passando de 44% para 68%, em 2009. O número de mulheres assistidas durante a gravidez, pelo menos uma vez, por pessoal preparado, passou de 45%, em 2001, para 48%, em 2009. Como reflexo deste esforço, a taxa de mortalidade materna passou de 1400, em 2005, para 660 por cada 100 000

nados vivos, em 2009. A mortalidade infantil, com menos de 5 anos, também registou progressos no mesmo período, com uma redução de mortes de 250 para 195 em cada mil nascimentos.

O perfil epidemiológico do país continua a demonstrar que a malária é a doença que com maior frequência atinge a população. Em 2007-2008, o número de casos de malária registados atingiu 71% do total de casos de doenças com maior prevalência, contra 60,6% no ano precedente. Em 2007, as províncias mais endémicas nos casos de malária foram Luanda, com cerca de 23% do total de casos notificados, seguida das províncias do Huambo e Bié, com cerca de 20% e 14%, respectivamente.

Angola registou um esforço notável para erradicar a poliomielite. Desde 1988, a incidência desta doença foi reduzida em 99%, isto é, passou de 350 mil casos por ano para 730, em 2009. Em 2004, após três anos consecutivos sem o registo de qualquer caso, o país estava pronto para ser declarado livre da poliomielite. Apesar disso, em 2005 o vírus selvagem da poliomielite foi importado para Angola a partir da Índia, passando a haver a necessidade de reactivar os esforços nacionais para a imunização. Segundo as estatísticas do Ministério da Saúde de Angola, deste ano, o país possui 24% dos casos de poliomielite em África. O Ministério da Saúde e parceiros, têm vindo a realizar campanhas nacionais de vacinação contra a doença, que se insere nos esforços do Governo em erradicar a poliomielite em Angola e, conseqüentemente, na região. Por outro lado, o Ministério da Saúde pretende, com estas intervenções, reduzir a mortalidade dos menores de cinco anos.

O Ministério já registou, deste o início do ano, 17 novos casos de poliomielite – vírus selvagem, em seis províncias, sendo 11 na Lunda-Norte, e restantes em Luanda, Bengo, Huambo, Bié e Lunda-Sul. A doença tem-se propagado e afectado crianças das regiões que fazem fronteira com Angola, particularmente República Democrática do Congo. Dada a gravidade da doença, as autoridades sanitárias recomendam que todas as crianças com menos de cinco anos, apanhem a vacina oral contra a doença. Reconhecendo que as acções desenvolvidas até agora não tiveram êxito, tendo conta que a poliomielite paralisou muitas crianças no último ano, os dirigentes angolanos têm tomado fortes medidas para dar resposta à proliferação da doença. O Governo comprometeu-se a ceder 9,3 milhões de dólares para apoiar a vacinação de rotina em 32 municípios chave, no sentido de aumentar a cobertura para, pelo menos, 90%.

A epidemia do HIV/SIDA, grosso modo, afecta todas as províncias do país. Porém, é nas províncias de Luanda, Cabinda e Cunene onde se registam o maior número de novos casos notificados. Considerando, 2007 e 2008, o total de casos notificados nas referidas províncias, representa 82% de todos os casos do país. Um facto positivo a referir é que em algumas províncias, como Huambo e Benguela, os casos notificados têm vindo a cair de forma sistemática.

A tripanossomíase é outra enfermidade que constitui uma séria preocupação de saúde pública. No entanto, de acordo com os dados disponíveis, regista-se uma diminuição significativa da doença. Em todas as províncias, quando considerada a média do período de 2007-2008, em comparação com o ano de 2006, verificou-se uma redução média total de 50%, tendo-se registado a diminuição máxima na província do Kwanza-Sul (75%) e a mínima no Zaire (35%).

É importante mencionar que a rede de serviços de saúde pública teve uma significativa expansão com a entrada em funcionamento de 212 unidades sanitárias, nomeadamente, 11 hospitais municipais, 46 centros de saúde e 155 postos de saúde.

Como constrangimentos é de referir a questão dos recursos humanos, tanto em quantidade como em qualidade, o que constitui um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do sector, bem como a cobertura médica no país além de ser muito baixa, tem uma distribuição muito desigual.

A actividade no domínio da **assistência e reinserção social**, ao longo de 2007-2008, continuou voltada para a concretização de acções voltadas para o atendimento de um vasto leque de questões humanitárias e sociais relacionadas com as famílias em situação de pobreza, pessoa idosa, crianças e adolescentes, pessoas portadoras de deficiência e outras de carácter humanitário.

De recordar que em 2001, a ONUSIDA estimou que 15% de todos os órfãos em Angola se devia ao HIV/SIDA, prevendo que esta proporção aumentaria para 24% em 2005 e 34% até 2010. Em termos numéricos, de acordo com essa estimativa, poderão existir já 197 mil crianças órfãs devido ao HIV/SIDA no país e, até ao final de 2010 cerca de 331 mil crianças órfãs pela mesma causa.

No domínio da assistência e promoção social, foi elaborado pelo MINARS o Manual de Elaboração e Gestão de Projectos, que constituiu um importante avanço, com o objectivo de capacitar os agentes sociais e económicos, em geral, para uma participação mais efectiva no processo de reintegração dos repatriados.

O projecto de autoconstrução que visa a inserção na comunidade de adolescentes e jovens institucionalizados a partir dos 18 anos, foram construídas 333 casas, para igual número de jovens, sendo 79 em 2005, 20 em 2006 e 234 em 2007, nas seguintes províncias: Luanda (30); Kuando Kubango (54); Bié (45); Benguela (30); Huambo (12); Huíla (123) e Uíge (39).

Em 2008, foram construídas 55 residências no projecto de reassentamento do Panguila (Cacuaco) para beneficiar igual número de famílias.

No âmbito do Programa de Assistência às Famílias em Situação de Vulnerabilidade ou em situação de pobreza, a meta para o triénio 2006-2008 foi ultrapassada, quando em 3,7 milhões de

peessoas foram atendidas através da distribuição de 48,2 mil toneladas métricas de géneros alimentares e não alimentares.

O Programa de Repatriamento dos Refugiados Angolanos beneficiou em 2007 mais de 52,6 mil pessoas, nas províncias do Moxico, Kuando Kubango, Uíge e Zaire.

No âmbito da assistência e protecção de refugiados asilados em Angola, foram integrados nas comunidades cerca de 5.781 pessoas, i.e. cerca de 59% do total de refugiados.

Quanto à reintegração dos ex-militares, a mesma apoia-se em dois grandes programas, o Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR) e Programas de Reforço ao Processo de Reintegração dos Ex-Militares.

O Programa de **Desminagem** tem tido impactos significativos no processo de reabilitação das infra-estruturas, rodoviárias, ferroviárias em todo território nacional bem como na recuperação de extensas áreas de cultivo.

Em 2007-2008, foram realizadas, pelo INAD, várias sessões de Educação de Risco de Minas com o objectivo de aumentar a capacidade das populações de áreas afectadas em tratar da questão.

Apesar de muitos problemas neste domínio persistirem é importante referir que as acções empreendidas já surtiram considerável efeito, principalmente nas actividades relacionadas com o assentamento e reassentamento de populações, reabilitação de estradas, pontes e caminhos-de-ferro, instalação de redes de água potável e fontanários, instalação de redes de fibra óptica e de apoio ao Processo Eleitoral.

As actividades deste sector “**Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra**”, no biénio 2007-2008, estiveram concentradas no reforço da capacidade institucional e potencial técnico no sentido de concretizar as políticas direccionadas para o recenseamento, assistência e reintegração social dos beneficiários.

A necessidade de melhoria da funcionalidade dos órgãos da **Administração pública**, tanto a nível central como local, tem-se repercutido no aumento dos seus efectivos, que em 2007 eram cerca de 292 mil funcionários públicos e agentes do sector da administração pública, tendo-se este número elevado em 2008 para 297 mil. Este aumento dos efectivos de servidores públicos parece ter sido um ajustamento das existências, associado, principalmente, ao processo de extensão da Administração Central do Estado e da retoma da prestação de serviços públicos no âmbito de esforço de Reconstrução Nacional.

As acções realizadas no domínio do **Urbanismo, Habitação e Geografia e Cadastro** têm impacto directo sobre o curso do desenvolvimento económico do país. É através delas que se moldam as estruturas urbanas que determinam de factores como atractividade, externalidades e

vantagens comparativas. A actividade do Urbanismo e Habitação foi orientada para prosseguir com acções estruturantes, como inventários, diagnósticos e gestões para a aprovação de diplomas legais, todas providências necessárias á execução dos grandes objectivos do sector.

Ao longo de 2007-2008 foram desenvolvidas várias acções relacionadas com o sector do **Ambiente**, tanto do ponto de vista institucional quanto das finalidades do mesmo. Durante 2007, a actividade do sector foi orientada no sentido de dar continuidade à reorganização dos órgãos centrais e tutelados, assim como das suas representações locais, de modo a criar melhor capacidade para a execução das políticas e medidas de política definidas para o Ambiente. Durante 2008 dentre outros, foram realizadas acções ligadas à educação ambiental, Projecto de Protecção da Palanca Negra Gigante e investigação sobre a caracterização dos resíduos sólidos urbanos em Luanda, Benguela e Cabinda, com vista à obtenção de informações necessárias para a finalização dos estudos necessários para a definição da Estratégia Nacional de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Durante 2007-2008, foram realizadas diversas acções no sector da **Cultura** cujos resultados se traduziram na salvaguarda do património cultural, divulgação cultural e difusão dos produtos culturais, promoção de investigação científica na cultura e nas artes, bem como na formação de agentes, promotores e gestores culturais.

No âmbito da **Comunicação Social**, desde a elaboração da Estratégia do Governo para a Comunicação Social definida para 2005-2008 que o objectivo estratégico é dotar o país de uma comunicação social de nível mundial, profissionalmente competente, idónea, séria, objectiva, plural e responsável. Nesse âmbito foram realizadas intervenções ao quadro jurídico, apetrechamento técnico-material, infra-estruturas e recursos humanos.

No quadro jurídico, destacam-se a Lei de Rádio Difusão, Lei do Conselho de Comunicação Social, Decreto-Lei sobre o estatuto da Imprensa Regional e Resolução sobre as Parcerias Público-Privadas para construção de infra-estruturas administrativas e técnicas. Deve igualmente ser referido o Estatuto do Jornalista no que tange à co-regulação.

Foram realizados investimentos consubstanciados na construção e recuperação de diversas infra-estruturas dos órgãos públicos da comunicação social espalhadas por todo o território nacional. Destaca-se a construção de centros de produção, centros emissores, instalação para a montagem de equipamentos diversos de rádio e de televisão, recuperação das instalações das rádios e delegações provinciais. Procedeu-se à inauguração e arranque da nova rotativa das Edições Novembro bem como a conclusão da primeira fase do Centro de Produção de Televisão da TPA na Camama.

3. A estratégia da ajuda portuguesa em Angola

3.1. O contexto da ajuda portuguesa

Angola recebe ajuda de diversas agências bilaterais e multilaterais. No plano bilateral, o maior doador líquido nos últimos anos (2006-2008) foi os EUA seguido de Portugal. O Reino Unido, Japão, Espanha, Itália, Noruega e Alemanha são igualmente doadores bilaterais importantes. No quadro multilateral destaca-se o apoio da Comissão Europeia, IDA, Fundo Global e UNICEF.

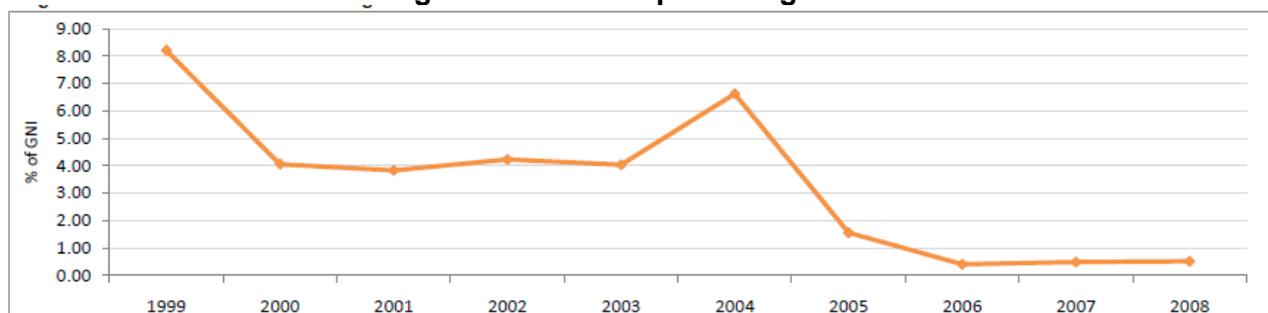
Quadro 4 – APD Líquida (2006-08)

Doador	APD - Desembolsos (milhões de USD)		
	2006	2007	2008
Bilateral CAD	-55,2	85,6	184
Alemanha	11,4	12,3	11,7
Canadá	1,4	4,5	0,4
Dinamarca	7,0	6,4	6,0
Espanha	-66,5	17,6	13,6
EUA	32,9	39,6	42,7
Finlândia	2,4	2,0	2,4
França	-97,1	3,2	2,9
Holanda	2,1	-49,3	-2,7
Irlanda	2,9	3,0	3,5
Itália	-31,4	-30,6	32,0
Japão	12,4	23,1	17,8
Noruega	23,4	21,4	17,8
Portugal	20,1	19,1	19,1
Reino Unido	12,6	10,0	9,6
Suécia	7,2	6,7	5,0
Outros Bilaterais	1	-4	2
Multilateral	116,6	142,3	150,6
CE	48,6	64,9	49,4
FAfD	1,8	1,8	3,9
Fundo Global	11,8	14,5	29,6
IDA	28,3	27,8	22,4
IFAD	1,7	0,2	-0,3
PNUD	5,9	6,2	5,3
UNHCR	2,2	3,3	1,2
UNICEF	10,2	12,1	16,3
UNTA	1,8	2,6	0,8
WFP	1,8	0,6	0,5
Outros Multilaterais	2,5	8,4	18,2
Total	163,5	246,2	368,8

Fonte: CAD/OCDE (2010)

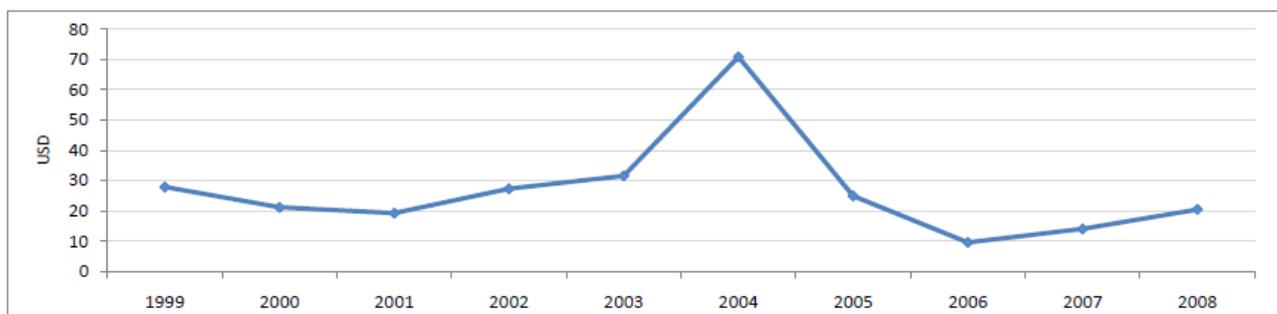
Angola tem vindo a diminuir a dependência da Ajuda, apresentando baixos níveis de APD relativamente ao RNB (figura 2) e a APD *per capita* atinge valores modestos (figura 3). Os valores mais elevados em 2004 estão relacionados com a contabilização do perdão da dívida externa angolana, por parte de Portugal.

Figura 2 – APD em percentagem do RNB



Fonte: www.aidflows.org/

Figura 3 – APD per capita



Fonte: www.aidflows.org/

3.2. A importância relativa da ajuda portuguesa a Angola

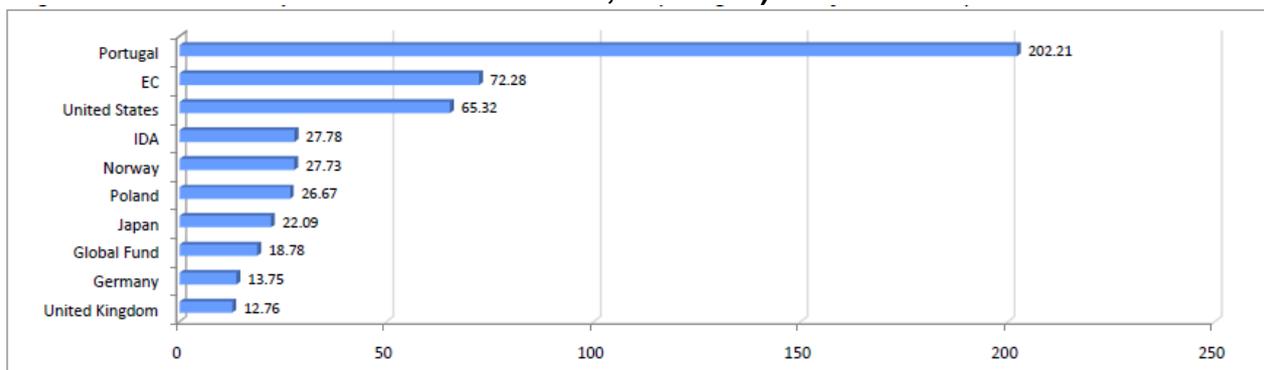
Angola é um dos principais países parceiros da Cooperação Portuguesa. Portugal é um parceiro desde a independência de Angola e tem aumentado o seu apoio nos últimos anos. Em 2004 foi renegociada a dívida bilateral, tendo sido definidos novos calendários de amortização. Em 2009 começaram os reembolsos de capital, que se prolongarão até 2033. Estes reembolsos, resultantes de créditos APD, traduzem-se agora estatisticamente em APD negativa.

Quadro 5 – Distribuição Geográfica da APD bilateral (2007-2009)

	Milhares de Euros					
	2007	%	2008	%	2009	%
APD BILATERAL, TOTAL	197.360	100	258.862	100	198.622	100
ANGOLA	13.975	7,1	13.250	5,1	-7.072	-3,6
CABO VERDE	31.921	16,2	43.286	16,7	38.392	19,3
GUINÉ-BISSAU	11.518	5,8	12.371	4,8	10.361	5,2
MOÇAMBIQUE	15.799	8,0	17.410	6,7	48.831	24,6
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	9.539	4,8	9.209	3,6	10.637	5,4
PALOP **	4.124	2,1	3.539	1,4	4.899	2,5
TIMOR LESTE	34.071	17,3	27.030	10,4	24.872	12,5
OUTROS PAÍSES	76.413	38,7	132.767	51,3	67.702	34,1
<i>dos quais:</i>						
MARROCOS	188	0,1	66.063	25,5	14.835	7,5
AFEGANISTÃO	6.567	3,3	9.829	3,8	8.356	4,2
BÓSNIA	9.291	4,7	15.002	5,8	4.287	2,2

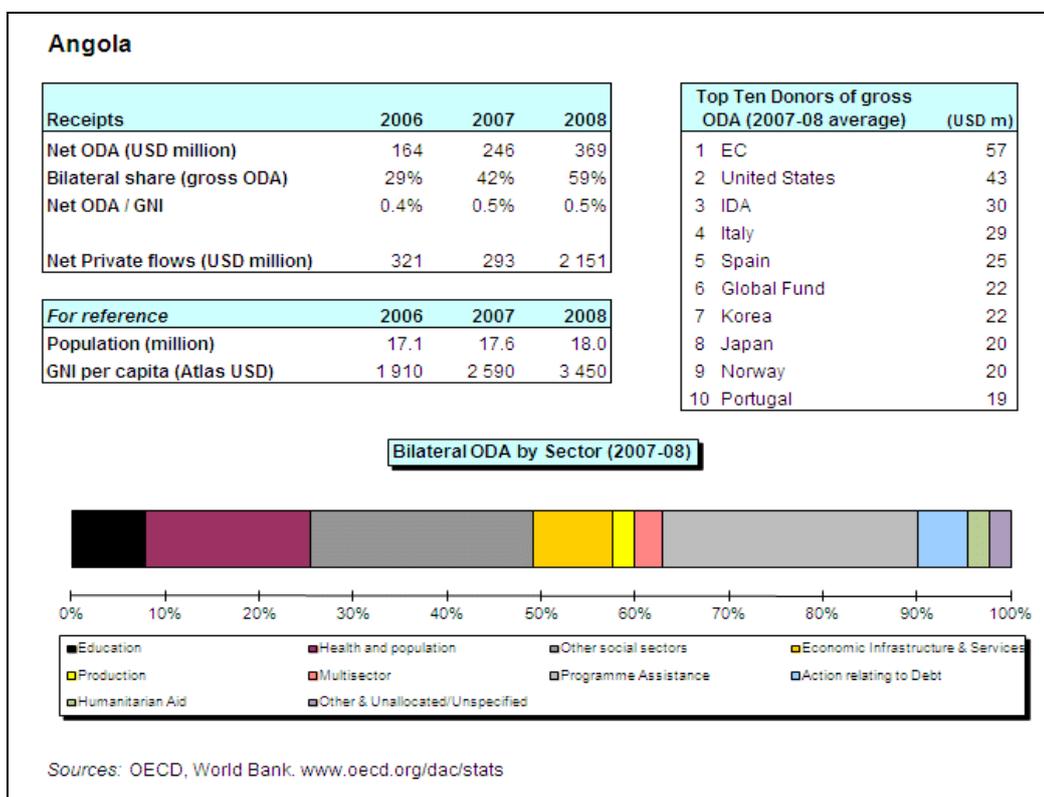
Fonte: IPAD/DPP.

Figura 4 – Principais doadores: Os 10 maiores doadores de APD líquida (média dos últimos 5 anos, em MUSD)



Fonte: www.aidflows.org/

Figura 5 – Síntese da Ajuda a Angola (2006-2008)



3.3. Componentes do programa bilateral português

A cooperação com Angola tem por base um Programa Indicativo de Cooperação cuja elaboração assenta num processo de diálogo entre os Governos de Portugal e Angola e resulta de um encontro de vontades centrado, por um lado, nas mais valias (língua, matriz jurídica e passado comuns) e na estratégia da Cooperação Portuguesa e, por outro, nas prioridades de desenvolvimento de Angola.

Para além das intervenções inscritas no quadro do PIC, Portugal apoia Angola através dos canais multilaterais, quer no quadro da Comissão Europeia (CE), quer do sistema das Nações Unidas, CPLP e Banco Africano de Desenvolvimento. São, ainda, de referir os co-financiamentos de projectos de ONGD, apoiados no quadro da linha de financiamento das ONGD do IPAD, os quais têm um carácter extra-PIC. Nos últimos anos a ajuda portuguesa a Angola centrou-se nas infra-estruturas e serviços sociais, com particular destaque para a Educação e Governo e sociedade civil (quadro 6).

Quadro 6 – Distribuição sectorial da APD bilateral portuguesa

ANGOLA									
Sectores	2007	%	2008	%	2009*	%	Total	Euros	
I INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	11.929.602	85,4	10.274.407	77,5	11.208.568	86,4	33.412.578	83,1	
110 EDUCAÇÃO	6.255.976	44,81	4.178.226	31,53	4.603.041	35,49	15.037.243	37,42	
120 SAÚDE	1.330.799	9,53	815.950	6,16	1.196.807	9,23	3.343.556	8,32	
130 POLÍTICAS EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO									
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	132.208	0,95	58.175	0,44	18.429	0,14	208.812	0,52	
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	1.870.806	13,40	2.926.382	22,09	2.826.528	21,79	7.623.716	18,97	
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	2.339.814	16,76	2.295.674	17,33	2.563.763	19,76	7.199.251	17,92	
II INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	553.083	4,0	389.980	2,9	323.046	2,5	1.266.109	3,2	
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	4.224	0,03	48.250	0,36	0	0,00	52.474	0,13	
220 COMUNICAÇÕES	512.712	3,67	301.842	2,28	246.811	1,90	1.061.365	2,64	
230 ENERGIA:PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO									
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	36.147	0,26	39.888	0,30	76.235	0,59	152.270	0,38	
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS									
III SECTORES DE PRODUÇÃO	491.169	3,5	511.074	3,9	633.302	4,9	1.635.545	4,1	
311 AGRICULTURA	430.272	3,08	420.466	3,17	595.995	4,59	1.446.733	3,60	
312 SILVICULTURA	32.607	0,23	0	0,00	0	0,00	32.607	0,08	
313 PISCAS									
321 INDÚSTRIA	0	0,00	69.640	0,53	0	0,00	69.640	0,17	
322 RECURSOS MINERAIS E INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	0	0,00	20.968	0,16	37.307	0,29	58.275	0,15	
323 CONSTRUÇÃO									
331 POLÍTICA COMERCIAL E REGULAMENTOS									
332 TURISMO	28.290	0,20	0	0,00	0	0,00	28.290	0,07	
400 MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	796.498	5,7	820.144	6,2	514.449	4,0	2.131.091	5,3	
500 AJUDA A PROGRAMAS E SOB A FORMA DE PRODUTOS									
600 ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA			0		-20.045.352	-	-20.045.352	-	
700 AJUDA HUMANITÁRIA									
910 CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	51.721	0,4	195.738	1,5	208.570	1,6	456.029	1,1	
920 APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	139.812	1,0	1.010.764	7,6	18.020	0,1	1.168.596	2,9	
930 AJUDA AOS REFUGIADOS (NO PAÍS DOADOR)	0	0,0	882	0,0	2.590	0,0	3.472	0,0	
998 NÃO AFFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	0	0,0	47.308	0,4	63.213	0,5	110.521	0,3	
TOTAL BILATERAL LÍQUIDO	13.961.885	-	13.250.297	-	-7.073.594	-	20.138.589	-	
TOTAL BILATERAL BRUTO (excluindo os montantes reembolsados)	13.961.885	100,0	13.250.297	100,0	12.971.758	100,0	40.183.941	100,0	

* Valores preliminares

NOTA EXPLICATIVA

No que respeita à APD bilateral angolana verifica-se, em 2009, uma APD negativa devido ao início dos reembolsos de capital no montante de 20.045.352 €, no âmbito do acordo de reestruturação da dívida efectuada em 2004 por aquele país. Uma vez que este facto condiciona a ordem de grandeza dos valores apresentados na coluna % (para 2009 e no Total), optou-se por calcular o peso de cada sector com base no Total Bilateral Bruto (excluindo os montantes reembolsados).

O último PIC (2007-2010) foi elaborado de acordo com uma matriz adoptada genericamente para todos os países parceiros, com ajustamentos à especificidade de Angola. O documento constitui, em síntese, um acordo político de princípios gerais onde é descrito o contexto social, económico e político de Angola, bem como a sua estratégia de combate à pobreza (ECP) e, simultaneamente, estabelece os eixos prioritários de intervenção da Cooperação Portuguesa naquele país.

Com um orçamento indicativo de 65 M€, o PIC identifica dois eixos estratégicos, com as áreas de intervenção prioritárias, e o cluster como intervenção complementar (quadro 7). Este PIC identifica, pela primeira vez, objectivos específicos por eixo/área de intervenção e indicadores de resultados, sem a respectiva definição de metas.

Quadro 7 – Resumo dos Eixos e áreas de intervenção prioritárias do PIC

Eixos Estratégicos Prioritários	Áreas de Intervenção	%
Eixo estratégico I	Boa Governação, Participação e Democracia	48
Área de intervenção 1.A	Capacitação da Administração Pública	
Área de intervenção 1.B	Cooperação na área da Justiça	
Área de intervenção 1.C	Cooperação Técnico-Militar	
Área de intervenção 1.D	Cooperação na área da Polícia e Segurança	
Eixo estratégico II	Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza	50
Área de intervenção 2.A.	Educação	
Área de intervenção 2.A.A.	Ensino Básico e secundário	
Área de intervenção 2.A.B.	Ensino Superior	
Área de intervenção 2.A.C.	Ensino Técnico-Profissional	
Área de intervenção 2.B.	Desenvolvimento Sociocomunitário	
Área de intervenção 2.C.	Capacitação e Investigação na área da Saúde	
Área de intervenção 2.D.	Capacitação e Investigação na área da Agricultura e segurança Alimentar	
Intervenção Complementar	Cluster da Cooperação	2

Quadro 8 – Quadro financeiro indicativo do PIC 2007-2010

Sector/Projecto	ODM	TOTAL	% Total	Valores Anuais			
				2007	2008	2009	2010
BOA GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA	1, 8	30.982.477	48%	5.971.436	7.606.091	8.467.273	8.937.677
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LUTA CONTRA A POBREZA	1,3,4,5,6,7,8	32.589.167	50%	5.500.208	8.193.909	9.182.727	9.712.323
INTERVENÇÃO COMPLEMENTAR: CLUSTER DA COOPERAÇÃO	1,8	1.050.000	2%	50.000	500.000	250.000	250.000
ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA		378.356	1%	78.356	100.000	100.000	100.000
TOTAL GLOBAL		65.000.000		11.600.000	16.400.000	18.000.000	19.000.000

Fonte: IPAD.

Modalidades de Ajuda

Grande parte da ajuda foi canalizada através de projectos e acções cujos executores pertencem sobretudo aos ministérios sectoriais. O número global de projectos implementados durante o período de vigência do PIC ascende aos 110 (quadro 9), a maior parte dos quais correspondendo a pequenas iniciativas extra-PIC, que representaram cerca de 27% do financiamento total. A maior parte dos projectos implementados no quadro do PIC teve uma duração plurianual, alguns dos quais com início anterior à sua assinatura.

Neste PIC foram introduzidos instrumentos inovadores como é o caso do cluster e das parcerias público-privadas. No primeiro caso, apesar da realização de um estudo, não chegou a ser implementado. Quanto às parcerias público-privadas tiveram concretização no projecto CISA, implementado pela Fundação Calouste Gulbenkian /FCG), com co-financiamento do IPAD.

Quadro 9 – Número de projectos por eixo e sector, na cooperação com Angola

Sector	Nº de Projectos			
	2007	2008	2009	2010
Eixo I – Boa Governação, Participação e Democracia	14	14	9	9
Capacitação da Administração Pública	10	11	6	6
Justiça	1	1	1	1
Técnico-Militar	2	1	1	1
Polícia e Segurança	1	1	1	1
Eixo II – Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	26	21	21	19
Educação	14	12	10	9
Ensino Básico e Secundário	3	3	2	1
Ensino Superior	9	8	6	7
Técnico-profissional	2	1	2	1
Desenvolvimento Sociocomunitário	3	2	2	2
Saúde	6	4	5	3
Agricultura e Segurança Alimentar	2	2	3	4
Fundo Pequenos Projectos	1	1	1	1
Outros (Extra-PIC) (Anexo 4)	42	23	12	5
Projectos da Linha de Co-financiamento das ONGD	5	8	6	
Total	87	66	48	33

A escolha das modalidades de ajuda assenta num diálogo entre entidades homólogas, tendo na maior parte dos casos subjacente o desenvolvimento de capacidades. Para além dos ministérios sectoriais, o PIC identifica como potenciais executores da cooperação com Angola (pág. 96-97) as câmaras municipais e associações de municípios, universidades e outras instituições de ensino superior, institutos de investigação, associações profissionais, Fundações, ONGD portuguesas e angolanas e instituições do sector privado. Contudo, ao contrário do que acontece com outros países parceiros, as intervenções de cooperação implementadas pelas ONGD e co-financiadas pelo IPAD, no quadro do concurso anual, não foram incluídas no PIC em vigor, por decisão da parte angolana. Apesar disso, por se tratar de recursos da Cooperação Portuguesa, algumas destas intervenções são objecto de análise no Eixo/área de intervenção correspondente, para se ter uma visão de conjunto do apoio português. É o caso das intervenções do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), Fundação Evangelização e Culturas (FEC), Leigos para o Desenvolvimento e Instituto de Solidariedade Universitária (ISU).

4. Principais áreas de intervenção da cooperação portuguesa em Angola

A análise que se segue teve por base, como já referido, a consulta dos dossiers dos projectos, das pastas partilhadas na intranet, as reuniões realizadas em Lisboa e em Luanda, bem como a informação recebida dos ministérios sectoriais e das ONG ouvidas.

Nas caixas resumo são apresentados os valores contabilizados como APD, relativos ao período de 2007 a 2009. Não foram incluídos valores de 2010, por não haver ainda valores consolidados de APD. No decorrer da avaliação constatou-se que alguns destes valores não eram coincidentes com a informação de cada unidade orgânica, nomeadamente no que se refere ao apoio às ONGD, indiciando problemas de articulação entre as unidades orgânicas e a Divisão de Planeamento e Programação (DPP), responsável pela contabilização da ajuda.

O desenvolvimento de capacidades é o objectivo central da maior parte das intervenções. Os principais projectos implementados durante o período em análise identificam como objectivo criar capacidade técnica, institucional e organizacional através da formação e outras formas de desenvolvimento de capacidades.

4.1. Eixo Estratégico I: Boa Governação, Participação e Democracia

O apoio a este eixo estratégico teve como objectivo geral apoiar o processo de boa governação e de reforço das capacidades institucionais angolanas numa perspectiva de longo prazo, por forma a reforçar a transparência, a cultura democrática, os direitos humanos e a capacidade de prestação de serviços às populações. Para o efeito foram identificadas 4 áreas de intervenção, para além de um conjunto de outras pequenas intervenções (caixa resumo 1).

Caixa Resumo nº 1 – Área da Boa Governação, Participação e Democracia

Intervenções na Boa Governação, Participação e Democracia (Execução (APD): 11.373.927€, 2007-2009)

1.1 – Capacitação da Administração Pública (1.483.656 €, 2007-2009)

Finanças – Traduzido na formação e assistência técnica prestada por intermédio do PICATFin.

Capacitação de diversos ministérios

1.2 – Cooperação na área da Justiça (177.836 €, 2007-2009)

1.3 – Cooperação Técnico-Militar (9.042.466€, 2007-2009)

Cooperação traduzida na assistência técnica e formação de quadros dos diferentes ramos das forças armadas.

1.4 – Cooperação na área da Polícia e Segurança (5.802.735 €, 2007-2009)

Apoiar Angola no sentido de garantir condições de segurança pública em todas as parcelas do território nacional.

1.5 – Outras intervenções (2.642.106 €, 2007-2009)

Fortalecimento da sociedade civil
Cultura e lazer
Serviços estatísticos
Indústria

Recursos Minerais e Indústrias Extractivas
Pesquisa/instituições científicas
Projecto de Apoio ao Conselho Municipal Alargado na Comuna do Chipeio – Município de Ecuinha – Huambo

4.1.1. Capacitação da Administração Pública

Caixa Resumo nº 2 - Área da Capacitação da Administração Pública

GDLN – Global Development Learning Network (Rede Global de Aprendizagem para o Desenvolvimento) – Núcleo de Angola (1.426.042€, 2007-2009) – Traduzido na criação do CED, com o objectivo de reforçar a rede lusófona do GDLN.

PICATFin (Execução (APD) 659.709 €, 2007-2009) – O Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas pretende contribuir para o reforço da capacidade institucional do Ministério das Finanças de Angola, promovendo a boa governação. As suas acções, a realizar em quatro anos, consistem essencialmente em assistência técnica e formação nas áreas do Património do Estado, Impostos, Contabilidade Pública, Tecnologias de Informação e Inspeção de Finanças.

Projecto de Assistência Técnica ao MINPLAN – Ministério do Planeamento de Angola (Assistência Técnica à Direcção Regional de Desenvolvimento Territorial, Direcção Nacional de Investimento Público e Ministra do Planeamento) (602.441€, 2007-2008)

Acções de Formação no INA (127.188€, 2007-2009)

Apoio ao processo eleitoral em Angola (38.804€, 2007-2008)

Reunião com dirigentes da Administração Pública de Angola (32.074€, 2009)

Protocolo de Cooperação com a Inspeção-Geral do Ministério do Interior de Angola (8.424€, 2007)

Protocolos e Programas de Cooperação com Parlamentos homólogos e actividades desenvolvidas pelos Grupos Parlamentares de Amizade (4.177€, 2008)

Formação de Quadros (Seminário Internacional sobre os Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos em Angola) (3.440€, 2007)

Inauguração da ENAD (3.334€, 2008)

Tribunal de Contas – Cooperação Angola (global) (2.146€, 2007-2008)

Assessorias jurídicas / técnicas "Empresa na Hora" (1.750€, 2007)

Formação de Quadros – Seminário Banco Mundial (106€, 2007)

Visitas de Estudo (Visita ao ISPJCC de delegação do Ministério do Interior de Angola) (63€, 2007)

Outras Intervenções (1.267.594€, 2007-2009)

Transporte e armazenamento (52.474€, 2007-2008)

Comunicações (1.061.365€, 2007-2009)

Bancos e serviços financeiros (152.270€, 2007-2009)

Política e Regulamentação Comercial e Ajustamento relacionado com o comércio (1.485€, 2009)

O apoio à capacitação e Administração do Estado traduziu-se num conjunto vasto de projectos (anexo 3.1) e acções (pontuais, desencadeadas por diversas instituições) que visaram a capacitação institucional das instituições angolanas, através da assessoria técnica e da formação ministrada, em regra, por instituições homólogas portuguesas.

O projecto mais importante em termos de volume financeiro do Eixo I foi o da criação e institucionalização do **Centro de Ensino a Distância** (CED) na Universidade Agostinho Neto

(UAN), o qual está inserido na Rede lusófona da GDLN (Global Development Learning Network), do Banco Mundial, e foi inaugurado em Setembro de 2009. Trata-se de uma plataforma interactiva que permite potenciar a formação e a comunicação entre sectores, que vão da Administração pública a alunos e professores de diferentes níveis de ensino e grupos da sociedade civil responsáveis pela implementação de projectos de desenvolvimento, Governo angolano e sector privado.

A aposta da intervenção, no sentido da devida apropriação, centra-se na criação de conteúdos em Português e na capacitação dos parceiros angolanos para gestão e rentabilização do Centro. Estende-se a outras regiões de Angola, através do envio de gravações para os Centros Provinciais de Ensino a Distância: Kwanza Sul, Kwanza Norte, Cabinda, Uíge e Huambo. O atraso na implementação do CED foi um dos principais **constrangimentos** sentidos, nomeadamente problemas relacionados com o edifício e espaço que lhe foram destinados, os quais fizeram adiar a implementação das restantes actividades, tendo-se registado um atraso global de cerca de 1 ano.

Outro projecto importante neste eixo foi desenvolvido na **área das finanças**. Traduziu-se no **Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas** (PICATFin), assinado em 23 de Fevereiro de 2007 para o quadriénio 2007-2010. A identificação das áreas a necessitar de apoio (Património do Estado, Impostos, Alfândegas e Contabilidade Pública) foi feita pelas autoridades angolanas, que elaboraram os termos de referência, com base nos quais foi feito um trabalho conjunto para desenhar o PICATFin e respectivas acções. As actividades tiveram início em 2007, traduzindo-se na realização de acções de formação e de assistência técnica nas áreas de: 1. Património do Estado (inventariação e avaliação do património, compras nacionais); 2. Impostos (dupla tributação internacional e justiça fiscal, informática tributária); 3. Alfândegas (tributação aduaneira, anti-fraude, regulação aduaneira e outras); e 4. Contabilidade Pública. Em 2008 foi necessário proceder a ajustamentos de calendário e actualização de conteúdos. Neste contexto, foram integradas mais duas áreas: Tecnologias de Informação e Inspeção de Finanças. A área da Contabilidade Pública foi suspensa, por motivos imputáveis à parte angolana. A área do Património integrou uma assistência técnica de longa duração, a pedido do Ministro das Finanças de Angola. Desde Janeiro de 2010 passou a existir uma gestora do GPEARI em Luanda.

Um dos principais **constrangimentos** no PICATFin prendeu-se com a dificuldade em arranjar técnicos para ir para o terreno, sobretudo em áreas muito específicas como a do Orçamento. As deslocações acabaram por ter uma duração inferior ou serem realizadas mais tarde do que o inicialmente previsto. O curto período de formação coloca problemas de sustentabilidade, criando dificuldades de aplicação prática dos conhecimentos por parte de quem recebeu a formação.

Outro constrangimento teve a ver com o elevado custo de vida em Angola. Os *per diem* atribuídos são muitas vezes insuficientes para as despesas, fazendo repensar os técnicos quanto ao seu envolvimento nas acções de formação.

Outro projecto de destaque nesta área de apoio é o **Projecto de Assistência Técnica ao MINPLAN – Ministério do Planeamento de Angola**, com o objectivo de capacitar este ministério no âmbito dos departamentos responsáveis pelo desenvolvimento territorial e investimento público, bem como assessoria directa à Ministra do Planeamento. Teve subjacente um Protocolo assinado em 2007 e incluiu actividades de Coordenação da assistência técnica AT e Assessoria, Apoio à Direcção Nacional de Desenvolvimento Territorial (DNDT) e Apoio à Direcção Nacional de Investimentos. Devido a atrasos de cariz logístico da AT, ainda está em curso.

No quadro da Geologia e Minas, o apoio da Cooperação Portuguesa centrou-se no desenvolvimento do **Projecto Geologia e Recursos Geológicos do Sudoeste de Angola**, que envolve o INETE da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. O balanço feito pelas autoridades angolanas é positivo, não se tendo registado constrangimentos. Para além da publicação de cartas geológicas o projecto inclui investigação e formação (em Portugal).

O programa de **Reforço da capacidade institucional do Laboratório de Engenharia de Angola**, no domínio da Engenharia Civil, integrou o PIC nos seus primeiros anos. A partir de 2008 a intervenção passou a ser desenvolver no quadro da CPLP, envolvendo os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste.

O Projecto de **Formação para Técnicos Profissionais de Arquivo em Angola** é outro projecto a referir, pela importância que teve, em termos de resultados. Executado pela Torre do Tombo, teve duas fases. A primeira em 2008, para capacitação no domínio da arquivística de 50 funcionários do Arquivo Histórico de Angola e dos Quadros da Administração das 18 Províncias, no quadro da implementação do novo Sistema Nacional de Arquivos. A segunda fase em 2009, de formação técnica, gestão avançada / formação profissional de nível superior e formação no local de trabalho, no sentido de conferir formação específica avançada na área das novas tecnologias aplicadas aos arquivos, a técnicos profissionais de arquivo, por forma a ganharem autonomia e a constituírem-se como uma das bases de sustentabilidade na área dos arquivos. As autoridades angolanas consideraram muito relevante este projecto.

4.1.2. Justiça

Caixa Resumo nº 3 – Área da Justiça

Cooperação com Angola na Área da Justiça (86.964€, 2007-2009) – Centrada na cooperação técnica, capacitação institucional. Formação dos recursos humanos bem como assistência técnica, incluindo o apoio na elaboração de legislação, com o objectivo de contribuir para o fortalecimento dos alicerces do estado de direito.

Formação de Magistrados no CEJ (39.432€, 2007-2009)

Assessorias (Assessoria da Procuradora Adjunta: legislação laboral) (24.000€, 2007)

Cooperação com Angola na área da Justiça – Fortalecimento do Sistema Judiciário – Projecto Global (21.130€, 2008-2009)

Visita oficial do Ministro da Justiça de Portugal a Angola (6.310€, 2007)

O apoio neste sector visa a capacitação e o reforço institucional, através da formação inicial de magistrados, no Centro de Estudos Judiciais (CEJ), da formação complementar específica, nomeadamente para magistrados do Ministério Público e da Polícia de Investigação Criminal, reforço institucional através da prestação de assessorias técnico-jurídicas em áreas como os registos e notariados, e apoio às reformas legislativas através da participação no processo de revisão de códigos, nomeadamente do código penal, complementada com a oferta de bibliografia jurídica e o envio pontual de equipamentos. É complementar da intervenção financiada no quadro do PIR-PALOP II.

Neste período destacam-se:

- Ao nível dos Tribunais, o **Projecto de informatização de tramitação processual “HABILUS”** no Tribunal Criminal de Luanda D. Ana Joaquina. É um projecto de iniciativa tripartida (Departamento de Comércio Norte-Americano, MJ de Portugal e MJ de Angola). Terminada a instalação do HABILUS no Tribunal criminal de Luanda, prevê-se que seja extensivo a outros tribunais angolanos;
- Ao nível dos Registos e Notariados, o projecto de implementação da **Empresa na Hora (ENH)**. Neste quadro, encontra-se actualmente em funcionamento em Luanda o Guiché Único de Empresa (GUE) que permite a constituição de uma empresa em cerca de 3 horas.

A cooperação na área da justiça, como já referido, está a ser objecto de uma avaliação externa no contexto da avaliação desta área em todos os PALOP, pelo que não foi feita a sua análise no quadro da presente avaliação.

4.1.3. Cooperação Técnico-Militar

Caixa Resumo nº 4 - Área da Cooperação Técnico-Militar

Engenharia do Exército – Apoio no âmbito da desminagem (Execução (APD):17.821€, 2007-2008)

Bolsas de ensino militar

Embora na sua maioria não seja contabilizada para efeitos de APD, a Cooperação Técnico-Militar (CTM) remonta aos inícios dos anos 90, tendo sido assinado, em 1996, o Acordo de Cooperação no domínio da Defesa. Após uma fase de estruturação, o programa-quadro de cooperação nesta área é definido por períodos de 4 anos. Financiado e implementado pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), através da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), o programa no quadro do actual PIC estruturou-se em 4 eixos de intervenção prioritária, traduzidos em 12 projectos, identificados a partir do levantamento das necessidades colocadas por Angola em articulação com as disponibilidades de Portugal:

- Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Formação;
- Organização de algumas unidades de forças especiais (Comandos, Forças Especiais e Fuzileiros);
- Saúde Militar.

Do diálogo com os interlocutores sobressaíram alguns **constrangimentos** que limitaram a cooperação nesta área. Um deles é o facto das Autoridades Angolanas terem demorado a estabilizar o modelo de Academia Militar. Acresce que o processo de tomada de decisão, excessivamente hierarquizado, dificulta a agilização e desenvolvimento dos mesmos, o que se traduz negativamente na execução dos Projectos de CTM. Por exemplo, a selecção dos bolseiros para a formação inicial em Portugal está centralizada no CEMGFA sendo o processo muito burocrático e lento traduzindo-se na chegada tardia dos bolseiros a Portugal.

4.1.4. Polícia e Segurança

Caixa Resumo nº 5 - Área da Polícia e Segurança

Programa de Cooperação Técnico-Policial (CTP) – GNR – Angola (245.792€, 2007)

Programa de Cooperação Técnico-Policial (CTP) – PSP – Oficial de Ligação (150.000€, 2007)

SEF - Oficial de Ligação (OLI) (45.566€, 2007)

Programa de Cooperação Técnico-Policial (CTP) – PSP – Angola (5.338.302€, 2007-2009)

Formação em Análise Documental (SEF) (1.197€, 2007)

Formação em Dactiloscopia (exame das impressões digitais) (1.197€, 2007)

Formação Inicial de Formadores (SEF) (1.063€, 2007)

Formação em Fronteiras Marítimas (SEF) (599€, 2007)

Formação em Fronteiras Aéreas (SEF) (599€, 2007)

Formação em Técnicas de Fiscalização e Intervenção Policial (SEF) (599€, 2007)

A cooperação na área da polícia e segurança intensificou-se a partir de 2007, quando foi criada uma unidade de cooperação no MAI/DGAI virada para as relações internacionais e a cooperação. O envolvimento na elaboração do PIC foi assegurada pela DGAI, tendo sido dada prioridade à formação de formadores em território angolano. A CTP traduziu-se na formação/capacitação de polícias, quer em termos de formação geral, quer de especialidades, e no apoio à reorganização institucional, otimizando o funcionamento interno dos serviços e das forças de segurança ao nível das suas áreas organizacionais e funcionais, tendo subjacente uma identificação conjunta das necessidades. A formação de formadores é considerada fundamental para a apropriação e sustentabilidade do apoio nesta área, para além dos efeitos multiplicadores que terá quando comparada com a formação de agentes.

Para a implementação desta cooperação o MAI tem no terreno um Oficial de Ligação (OLI), o qual reúne com os responsáveis do Ministério do Interior ligados à cooperação e com responsáveis das Forças e Serviços de Segurança angolanos com a regularidade necessária para promover a articulação. Para além da formação, a cooperação nesta área traduziu-se também na oferta de materiais e equipamentos, nomeadamente kits para investigação de crimes na área dos acidentes de viação, Kits de apoio à formação (computador portátil, câmara de filmar e videoprojector) e literatura para a biblioteca, nas áreas da formação ministrada.

Os custos do alojamento em Luanda constituem um forte **constrangimento**, tendo limitado a implementação das acções planeadas e inviabilizado mesmo a realização de algumas acções de formação da PNA. Como as autoridades angolanas suportam parte do financiamento das acções (custos de alojamento dos formadores) foi solicitado o corte de 11 acções inicialmente previstas. Para obviar este constrangimento, e pese embora as vantagens da formação no local, foi decidido para 2009 e 2010 realizar as acções de formação em Portugal.

4.1.5. Outras intervenções

Caixa Resumo nº 6 – Outras Intervenções

Serviços estatísticos (122.988€, 2007-2009)
Fortalecimento da sociedade civil (79.094€, 2007 e 2009)
Recursos Minerais e Indústrias Extractivas (58.275€, 2008-2009)
Pesquisa/instituições científicas (1.163.608€, 2007-2009)
Cultura e lazer (1.138.408€, 2007-2009)
Indústria (69.640€, 2008)
Projecto de Apoio ao Concelho Comunal Alargado na Comuna do Chipeio – Município de Ecuinha – Huambo (10.092€, 2007)
IMVF – Apoio ao Conselho Município Alargado no Município de Ecuinha (1.982€, 2008)
IMVF – Promoção da Governação Democrática Local: Dinamização dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social do Município de Ecuinha e da Comuna do Chipeio (75.864€, 2009)

Nas outras iniciativas apoiadas pela Cooperação Portuguesa destaca-se o apoio aos serviços estatísticos de Angola. Este apoio foi objecto de avaliação em 2009, pelo IPAD, no quadro da avaliação da Cooperação na Área da Estatística com os PALOP (1998-2008)³. É, ainda, de referir o apoio do Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF) que se traduziu num conjunto de intervenções, das quais se destacam:

O projecto de **Promoção da Governação Democrática Local: Dinamização dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social do Município de Ecuinha e da Comuna do Chipeio**, no quadro da descentralização administrativa, com o objectivo de promover o reforço da governação democrática local no âmbito dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social do Município de Ecuinha, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável desse Município. Consistiu em acções de formação, reforço institucional e apoio ao funcionamento das organizações da sociedade civil.

O **Projecto de Apoio ao Concelho Comunal Alargado na Comuna do Chipeio**, cujo objectivo específico é o fortalecimento desse Conselho. Consubstanciou-se na realização de diagnósticos das organizações da sociedade civil que integram esse Conselho e do funcionamento da administração da Comuna na sua relação com a Administração municipal. Foram ainda desenvolvidas acções de formação, reforço institucional e apoio ao funcionamento das organizações da sociedade civil e da Administração.

³ http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/Av_Estatistica_RF.pdf

4.2. Eixo Estratégico II: Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza

Caixa Resumo nº 7 – Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza

Intervenções na Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza (18.049.028€, 2007-2009)

2.1. - Educação (5.607.108 €)

Ensino secundário e básico. Apoio na formação de professores, na gestão escolar e na promoção do ensino em português.

Ensino Superior.

Ensino Técnico-profissional.

Bolsas de estudo – bolsas para formação em Portugal e bolsas internas, para frequência de estabelecimentos de ensino em Angola.

2.2. - Desenvolvimento Sociocomunitário (6.045.667€)

2.3. - Capacitação e Investigação na área da Saúde (3.459.606€, 2007-2009)

2.4. - Capacitação e investigação na área da Agricultura e Segurança Alimentar (1.579.184€)

Este eixo visa apoiar os esforços angolanos na luta contra a pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável através da aposta em áreas consideradas essenciais para a promoção do desenvolvimento humano e social, como a educação, saúde e desenvolvimento rural.

4.2.1. Educação

Caixa Resumo nº 8 – Área da Educação

Ensino Básico e Secundário (4.221.516 €, 2007-2009)

Escola Portuguesa de Luanda – Escola da Rede de Escolas nos PALOP (2.319.548€, 2007-2009)

Projecto de Reforço do Ensino Secundário – Saber Mais (932.424€, 2008-2009)

Construção da 4.ª Escola Pública – Belas (521.867€, 2007)

Projecto de construção 3ª Escola Ensino Público Básico Angolano – Kilamba Kiaxi (240.642€, 2007)

FEC – PAEBA – Projecto de Apoio à Educação no Interior de Angola (104.173€, 2008)

CIC – Projecto de Integração Escolar dos filhos de Ex-Militares da Comuna da Catabola, Município de Longonjo, comuna do Mundundo, Município de Ucuma, e Comuna Chinjenje Sede, no Município de Chinjenje (34.012€, 2008)

FEC – PAEBA – Projecto de Apoio à Educação Básica em Angola (30.032€, 2007)

Construção de Escola – Huambo – São Pedro (25.000€, 2008)

Formação de Professores do Ensino Secundário (13.498€, 2009)

AMU – Escolinha Infantil "Pequena Chama" (320€, 2007)

Ensino Superior (1.384.672 €, 2007-2009)

Ensino da Língua Portuguesa e Ciências Básicas na UAN (405.776€, 2007-2009)

Rede de Docência (Leitores) (340.700€, 2007-2009)

Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior em Benguela (PRODESB) (311.912€, 2007-2008)

Apoio à criação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Luanda (233.056€, 2007 e 2009)

Cooperação entre a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e a Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto (201.714€, 2007-2009)

Cooperação entre a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto – FEUP/FEUAN (Mestrado em Engenharia do Ambiente) (108.729€, 2007-2009)

Cooperação entre a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto – FEUC/FEUAN (90.074€, 2007)

Cooperação entre a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Agostinho Neto – FMVUTL/FCAUAN (Curso Superior em Medicina Veterinária) (84.540€, 2007-2008)

Instituições Apoiadas (80.823€, 2007-2008)

Cooperação entre o Instituto Superior Técnico e a Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto (61.289€, 2007)

Cooperação entre a Universidade do Algarve e Angola – Universidade Agostinho Neto (UAN) (44.449€, 2007)

Centro de Língua Portuguesa / Instituto Camões de Luanda, Lubango e Benguela (35.580€, 2007-2009)

Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (15.751€, 2007)

Bolsas de estudo IC IP (8.000€, 2007-2009)

Programa de Cooperação Inter-Universitária (6.068€, 2008)

Ensino Técnico-Profissional (8.796 €, 2007-2009)

Bolsas de Formação Profissional – IPAD (8.796€, 2008-2009)

Bolsas de Estudo (7.550.460€, 2007-2009)

Outras Intervenções (2.302.694 €, 2007-2009)

Reabilitação e equipamento escolar e de apoio pedagógico ao Colégio de S. Bento em Luena (367.067€, 2007-2008)

CELP – Centro de Ensino de Língua Portuguesa em Luanda (239.914€, 2007-2009)

ELOS – Vida a crescer (214.954€, 2008-2009)

ONGD CIC – Projecto de Duas Escolas de Educação Especial (5.4717€, 2009)

O apoio na área da educação teve como objectivo geral contribuir para a melhoria do sistema de ensino angolano, de forma a promover o desenvolvimento sustentável, no quadro da realização dos ODM, e reforçar a lusofonia. No período em análise foram implementados/estão em curso diversas intervenções, quer por actores públicos, quer da sociedade civil. A Escola Portuguesa de Luanda e o Centro Cultural Português não foram incluídos no PIC, por decisão das autoridades angolanas. As principais intervenções, co-financiadas pelo IPAD, constam do anexo 3.2.

Ensino Básico e Secundário

O principal programa neste nível de ensino é o **Saber Mais – Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário**, que tem por objectivo reforçar o sector do ensino, através da colocação de formadores/professores portugueses em instituições de formação de professores, integradas no Ensino Médio angolano. Esta intervenção traduz-se no apoio à formação de docentes em províncias angolanas, com vista a promover um Ensino Secundário de qualidade e constituir uma rede sólida de formadores nacionais (com responsabilidades acrescidas na Estratégia Integrada

para a Melhoria do Sistema de Ensino e na implementação do processo de reforma do sistema de ensino da República de Angola). Inicialmente, foi designado de PARES (Projecto de Reforço do Ensino Secundário) e nasceu de um pedido das autoridades angolanas. Portugal comprometeu-se a enviar 200 formadores/professores portugueses, de forma faseada, tendo sido identificadas como províncias alvo, pelo governo angolano, Kwanza Sul, Benguela, Moxico e Cunene.

O Saber Mais privilegia a formação em exercício, em Português, a troca de melhores práticas, o desenvolvimento curricular e a avaliação de aprendizagens apoiadas em novas tecnologias de informação e de comunicação, reforçando, deste modo, as competências pedagógicas dos actuais e futuros professores angolanos. Arrancou em 2007, com a assinatura de um Memorando de Entendimento que define as obrigações das partes. Para além do financiamento partilhado (Angola suporta os custos de alojamento, as deslocações internas e metade do salário dos docentes, e Portugal paga a outra metade do salário, os seguros e viagens e transportes internacionais), foi criada uma Comissão de Acompanhamento Estratégico (CAE), um órgão de natureza estratégica, cuja finalidade é acompanhar o processo de implementação do programa.

O projecto tem um coordenador logístico expatriado que está instalado na Escola de Formação de Professores Garcia Neto, em Luanda, que se desloca às Províncias pelo menos uma vez por mês para acompanhar a implementação a qual é também assegurada por uma Coordenação Pedagógica em cada Província. A coordenação/gestão do programa é feita com o Instituto Nacional de Formação de Quadros do Ministério da Educação.

Os principais **constrangimentos** situam-se ao nível do alojamento dos docentes portugueses nas províncias e obtenção de vistos de trabalho, ambos dependentes das autoridades angolanas. A chegada tardia dos docentes, a ausência inicial de coordenador pedagógico em Benguela, o perfil de alguns docentes (que tiveram dificuldades de adaptação local) e alguma resistência por parte dos professores angolanos em adoptar a forma de trabalhar dos professores portugueses são outros constrangimentos identificados. Outro constrangimento está relacionado com o desvio dos alunos formados para outras áreas melhor remuneradas, como é o caso da polícia.

Para além do Saber Mais, há **outras intervenções** da Cooperação Portuguesa no ensino básico e secundário. A construção de escolas públicas, o Projecto de Apoio à Educação Básica em Angola (PAEBA), implementado pela ONGD Fundação Evangelização e Culturas (FEC) no quadro da linha de co-financiamento das ONGD, do IPAD, e o co-financiamento do projecto de Introdução da matéria de Entrepreneurship nos Curricula escolares de Angola, em parceria com a UNIDO, são disso exemplo.

Extra-PIC, no quadro da **linha de co-financiamento das ONGD**, foram desenvolvidas algumas intervenções no sector da educação. A título de exemplo, refira-se a intervenção **“Educação em**

Movimento”, actualmente o principal projecto da FEC, implementado na diocese de Luena, no Moxico, e centrado na alfabetização. Para o efeito foram elaborados manuais, estando ainda numa fase experimental e de adaptação à realidade. Tem havido diálogo com o Ministério da Educação bem como com a Direcção Regional de Educação Provincial e com o Governo Provincial, cujo envolvimento é considerado fundamental para o sucesso do projecto, nomeadamente para a integração dos alfabetizadores no quadro do ME angolano. A alfabetização é considerada muito importante e vista como uma ferramenta de integração social e de aproximação entre as populações.

Outra intervenção é a da ONGD Leigos para o Desenvolvimento, em Benguela, que, através do co-financiamento do IPAD criou no Bairro da Graça o **Centro Juvenil da Graça**, com várias valências na área da educação não formal e formação profissional, tendo alargado a alfabetização também a este bairro e a outras áreas envolventes.

Ensino Superior

O apoio ao ensino superior engloba um conjunto de 8 intervenções, abrangendo diversas áreas de formação, nomeadamente Engenharia, Medicina, Direito e Agronomia. O apoio centrou-se na **Universidade Agostinho Neto** (UAN) e na sua reorganização. O balanço feito pelas autoridades angolanas é muito positivo, não tendo existido quaisquer constrangimentos. Entre os projectos em curso destacam-se:

- Programa estruturante de qualidade e excelência da educação médica na **Faculdade de Medicina da UAN**, vector da promoção da saúde das populações em Angola, com o objectivo de promover um ensino de excelência no domínio das ciências da saúde.
- **Mestrado e Especialização em Engenharia do Ambiente** – traduzido no apoio à criação do Mestrado no ramo de tratamento de águas e águas residuais e geoambiente. Foram formados 10 mestres (em fase de discussão pública) e 20 especialistas em Engenharia do Ambiente. Angola passou a dispor de docentes/investigadores e técnicos altamente qualificados para resolver os problemas ambientais existentes.
- **Reorganização e Reformulação da Formação Superior e Técnica na área da Engenharia** – diagnóstico (através de análise SWOT) da formação superior nesta área e levantamento das necessidades de competências no sector público e privado, bem como definição de uma estratégia de ensino consequente, consultando para o efeito uma equipa multidisciplinar. Diagnóstico e proposta encontram-se em fase de discussão na UAN.
- **Superação Profissional para Médicos Veterinários no âmbito da Saúde Pública Veterinária** – Curso implementado em 2007/08, para capacitar a UAN e o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, com pessoal técnico superior qualificado em matéria de Saúde Animal. Foram formados 80 médicos veterinários e outros profissionais dos

serviços veterinários angolanos em matérias de saúde pública veterinária. Considerado pelas autoridades angolanas como tendo alcançados grandes resultados, por contraponto à formação no exterior que tem menor retorno.

- **Cooperação entre a Faculdade de Direito de Lisboa e Faculdade de Direito da UAN** – Projecto implementado para dotar Angola com quadros especialistas na área do Direito. Foi realizado o 1º curso de mestrado em Direito no Lubango e o 1º Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, tendo sido atribuídas 16 bolsas de mérito para investigação bibliográfica, no quadro do apoio à elaboração das dissertações de mestrado.
- **Mestrado de Agronomia** – Curso que superou todas as expectativas, sendo uma área em que se deve continuar a investir no futuro, nomeadamente ao nível do doutoramento. O curso de Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais visou contribuir para o relançamento do ensino superior agrário (licenciaturas e bacharelatos), apoiando a formação e preparação de docentes e investigadores da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da UAN, em reinstalação no Huambo, bem como de futuras Faculdades ou Escolas Superiores Agrárias.
- **Cursos de especialização em Ciências do Mar** – Curso de mestrado implementado pela Universidade do Algarve.
- **Aprendizagem de Língua Portuguesa** – Contratação de docentes de Língua Portuguesa para os Pólos Provinciais da UAN, com o objectivo de alcançar um maior desenvolvimento das competências, através da formação de professores, de forma a desenvolver o ensino de Português e Ciências Básicas (Matemática, Química e Física).
- **Leitorado na Faculdade de Letras da UAN** – Financiado pelo Instituto Camões, o leitorado evoluiu para uma cátedra na licenciatura em Língua Portuguesa na Faculdade de Letras.

O **Instituto Camões**, através dos Centros de Língua de Luanda, Benguela, Lubango e Huambo também desenvolveu outras actividades na área do ensino superior, ao nível do ensino de português. O Centro de Língua de Luanda promoveu a formação de professores, não tendo havido, nos últimos anos, grande empenhamento ao nível dos mestrados em Língua Portuguesa. Em Benguela, o Centro de Língua esteve encerrado, tendo reaberto apenas em 2008. No Lubango o leitor tem dado um grande incremento aos mestrados. No Huambo, aberto há 2 anos, aguarda-se a abertura da licenciatura em Língua Portuguesa no próximo ano lectivo, bem como do Centro de Língua no Pólo da Universidade. Entretanto o leitor tem dado aulas a alunos de outras licenciaturas que têm português curricular. A intervenção do Instituto Camões em Angola tem subjacente uma abordagem regional (África Central) estando a equacionar a abertura de mais Centros e a articulação com países vizinhos de Angola.

Bolsas

As bolsas têm sido desde sempre um importante instrumento no quadro da cooperação. Em 2006 as bolsas do IPAD foram objecto de uma avaliação externa⁴ tendo, na sua sequência, sido revista a política de bolsas. As **bolsas em Portugal**, para frequência de cursos superiores, passaram a ter um menor número de vagas e a centrar-se nos níveis de mestrado e doutoramento. Simultaneamente, apostou-se nas bolsas internas para a frequência nos estabelecimentos de ensino superior em Angola.

Entre 2007 e 2010 foram atribuídas quase duas centenas de bolsas para formação em Portugal (quadro 10) com uma diminuição das bolsas de licenciatura e concentração do apoio nos níveis de mestrado e doutoramento. Contudo, nem todo o contingente de bolsas disponibilizado por Portugal, para cada um dos três níveis de formação, tem sido aproveitado por Angola (quadro 11).

Quadro 10 – Bolsas para formação em Portugal, por ano lectivo, novas e renovadas

	2006/07			2007/08			2008/09			2009/10		
	L	M	D	L	M	D	L	M	D	L	M	D
Novas	6	9	2	1	10	3	3	13	2	2	7	2
Renovadas	30	5	3	30	6	4	15	8	6	10	13	7
Total	36	14	5	31	16	7	18	21	9	12	20	9

Fonte: IPAD/NB; L – licenciatura, M – mestrado, D – doutoramento.

Quadro 11 – Bolsas disponibilizadas e utilizadas, por ano lectivo, para formação em Portugal

	2006/07		2007/08		2008/09		2009/10	
	D	U	D	U	D	U	D	U
Licenciatura	10	6	5	1	4	3	3	2
Mestrado	15	9	18	10	14	13	14	7
Doutoramento	4	2	4	3	4	2	2	2
Total	29	17	27	14	24	18	19	11

Fonte: IPAD/NB; D – Disponibilizadas; U – Utilizadas.

O programa de **Bolsas internas** iniciou-se em 2005, tendo nesse contexto sido assinado um Regulamento que contemplava bolsas exclusivamente para o ensino superior em cursos considerados prioritários para a estratégia de desenvolvimento de Angola. A gestão das bolsas internas é feita pela Embaixada de Portugal em Luanda, sendo para o efeito transferida a verba correspondente ao número de bolseiros. O montante mensal da bolsa foi de 300 USD até 2008/09, tendo em 2009/10 sido objecto de actualização passando para 240 €. Em cada ano lectivo são disponibilizadas 40 vagas. No entanto, este contingente não tem sido plenamente aproveitado pelas autoridades angolanas (quadro 12). Isto prende-se, por um lado, com a grande dificuldade de articulação entre o INABE e a Embaixada de Portugal e, por outro, com problemas relacionados com a apresentação da documentação exigida aos estudantes.

⁴ http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/bolsas_rel-final.pdf

Quadro 12 – Bolsas internas

	Contingente aprovado	Bolsas em execução	
		Renovadas	Novas
2006/07	40	28	
2007/08	40	16	1
2008/09	40	12	11
2009/10	40	10	15
Total	160	93	

Fonte: IPAD/NB.

Bolsas de Ensino Militar – Em função do programa de cooperação acordado com Angola, o Ministério da Defesa, através dos 3 ramos das Forças Armadas, e de acordo com a verba disponibilizada anualmente pelo IPAD, atribui vagas para cursos e estágios em estabelecimentos de ensino militar.

Quadro 13 – Bolsas de ensino militar, por ano lectivo

Ano lectivo	Contingente	Utilizadas	Não utilizadas
2007/08	69	45	24
2008/09	89	40	49
2009/10	71	43	28
Total	229	128	101

Fonte: DCTM/DGPDN.

Bolsas de ensino Jurídico – no âmbito da cooperação bilateral no sector da justiça, têm sido concedidas bolsas para a frequência do Curso de Formação de Magistrados, no Centro de Estudos Judiciários, com a duração de um ano. Em 2008/09 participaram 6 auditores angolanos e, em 2009/10, 5 auditores angolanos.

A concessão de **bolsas de formação profissional**, embora prevista, não foi aproveitada por Angola. Apenas em 2007/08 foi concedida uma a um médico angolano na especialidade de cardiologia.

4.2.2. Desenvolvimento Sociocomunitário

Caixa Resumo nº 9 – Área do Desenvolvimento Sociocomunitário

Desenvolvimento Sociocomunitário (6.043.685€, 2007-2009)

Projecto Integrado de desenvolvimento sociocomunitário em Comunidades Vulneráveis na Província de Luanda (4.346.011€, 2007-2009)

Projecto Integrado para o desenvolvimento Sociocomunitário nos Municípios de Cambambe e Cazenga (Província de Kwanza Norte) (1.028.837€, 2007-2009)

Leigos para o Desenvolvimento – Educação, Saúde e Promoção Social em Benguela (156.147€, 2007-2009)

Leigos para o Desenvolvimento – Educação, Saúde e Promoção Social no Uíje (119.934€, 2008)

ISU – Centro Social Okulichita – Apoio e Promoção à Mulher afectada pelo fenómeno da prostituição no Lobito (98.319€, 2008)

Projecto Solidário – Angola/Benguela (Projecto de Reabilitação e Inserção Social de jovens de rua) (77.286€, 2007)

Reforço institucional – Apoio aos Serviços do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) (72.605€, 2007-2009)

Reforço Institucional – Apoio aos serviços do MAPESS – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (68.427€, 2007-2009)

POLITEC – Implementação de uma Escola Politécnica (25.000€, 2007)

ADRA - Mulheres Empreendedoras (17.240€, 2008-2009)

Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Viana (15.113€, 2007-2008)

IMVF – Gestão Comunitária de Chafarizes na Comuna de Tali Hadi, Bairro de Vila da Mata, Luanda (13.411€, 2008)

Sol sem Fronteiras – Obra de Amparo a Órfãs e meninas de Rua "Mwenho – Ukola (13.144€, 2007)

IMVF – Reintegração Socioeconómica dos Ex-Militares no Município da Ekunha (9.451€, 2007)

O apoio ao desenvolvimento sociocomunitário teve como objectivo geral a redução da pobreza e extensão da protecção social, promovendo assim o desenvolvimento económico e social sustentável. As principais intervenções nesta área dizem respeito ao Programa de cooperação com o Ministério da Assistência e Reintegração Social (MINARS) e ao Programa de cooperação com o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), ambos financiados e executados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). O trabalho de algumas ONG também se enquadra nesta área, como é o caso do IMVF, OIKOS, CIC Portugal, ISU, ADRA e Leigos para o Desenvolvimento.

A **cooperação com o MINARS** consiste num subprograma de desenvolvimento sociocomunitário sob a designação de **Luta contra a Pobreza e extensão da Protecção Social** e num **Projecto de Reforço Institucional do MINARS**, tendo subjacente a assinatura de um protocolo de cooperação, financiado pelo MTSS, o qual só começa a apreciar as propostas de financiamento quando as autoridades angolanas dão parecer favorável aos projectos. Os projectos dão apoio sociocomunitário às comunidades vulneráveis dos Municípios do Cazenga, Ingombotas, Samba, Sambizanga, Viana (Província de Luanda) e Municípios de Cambambe e Cazengo (Província de Kwanza Norte), tendo como parceiros locais associações da Igreja Católica⁵.

A intervenção do MTSS centrou-se, neste quadriénio, na luta contra a pobreza (97%) e no reforço institucional (3%), tendo despendido cerca de 7,5 M€. O principal beneficiário do MTSS foi a escola dos salesianos D. Bosco⁶, em Luanda. A Mamã Muxima⁷, em Luanda, e a Obra de

⁵ D. Bosco, nas Ingombotas, Cazenga e Kwanza Norte (Dondo); Associação de Direito Diocesano, na Mamã Muxima, na Samba; Associação de Caridade de Santa Isabel, em Viana e Cazenga; Associação Escrava da Santíssima Eucaristia e Mãe de Deus, na Samba, Maianga, e Kilamba Kiayi; Missionárias Claretianas.

⁶ A escola tem cerca de 4200 alunos, da 1ª à 12ª classes, com cursos médios, ensino superior à distância e alfabetização de adultos.

⁷ A Mamã Muxima, com actividade iniciada em 1999, centra a sua actividade no apoio a crianças. Dispõe de um internato com 96 crianças (dos 2 aos 19 anos) vindas de todas as províncias angolanas, sobretudo as mais afectadas

Caridade Santa Isabel, em Oxi, são outras duas instituições importantes em termos de apoio. As actividades desenvolvidas incluem assistência alimentar, assistência médica e medicamentosa, microcrédito, formação profissional, apoio à organização de comunidades e educação (alfabetização e ensino regular).

O **Programa de cooperação com o MAPESS** tem como objectivos reforçar a capacidade institucional do Ministério, através de dois projectos: 1) Apoiar a Instalação em Angola do Observatório do Emprego e Formação Profissional; 2) Dotar o CENFOR de uma equipa de formadores de formadores, de recursos técnico-pedagógicos necessários ao desenvolvimento da actividade formativa e de instrumentos de gestão de uma bolsa de formadores.

Como principais **constrangimentos** nos dois programas apoiados pelo MTSS incluem-se o reduzido envolvimento das autoridades angolanas no financiamento dos projectos, a ausência de articulação entre Ministérios directamente envolvidos (MAPESS, MED e M. Saúde), bem como a ausência de envolvimento e articulação com a Embaixada de Portugal.

No quadro da **linha de co-financiamento das ONGD**, na área do desenvolvimento sociocomunitário é de referir a intervenção de duas ONG, os Leigos para o Desenvolvimento e o ISU. Os **Leigos para o Desenvolvimento** desenvolvem acções de cooperação em Benguela e Uíge, cuja escolha se ficou a dever a um pedido expresso dos respectivos bispos. A intervenção principal centrou-se no bairro da Damba Maria, com trabalho com as mulheres na área da formação profissional, alfabetização de jovens e adultos, em parceria com os salesianos D. Bosco e com a Paróquia local. No Uíge, apoiaram o Centro Cultural de Santa Cruz, através de co-financiamento do IPAD, da FCG, da Esso Angola, da Embaixada Alemã, da Unicef e da Cooperação Francesa. Nesse espaço físico, com várias valências, foram desenvolvidas actividades de formação de mulheres (culinária, costura e criação de negócio), educação para a saúde (campanhas de sensibilização), cursos de informática e acções de dinamização de jovens. Tiveram como parceiros a comunidade de Padres Passionistas e a paróquia local. A meta é o funcionamento autónomo do Centro.

O **Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU)** implementou uma intervenção no Lobito, com as Irmãs Oblatas do Santíssimo Redento, no apoio e promoção da mulher afectada pelo fenómeno da prostituição. Este projecto, co-financiado a 75% pelo IPAD, foi também co-financiado por uma ONG italiana. Dando continuidade a esta intervenção foi desenvolvido um novo projecto de construção do Centro de Apoio “Centro Social Renascer”, também co-financiado pelo IPAD.

pela guerra. A escola dispõe de 9 salas onde são leccionadas aulas a 1662 alunos, do 1º e 2º ciclos, estendendo-se também o apoio à alfabetização de adultos, à noite.

É, ainda, de referir a cooperação de ONG portuguesas com o **IRSEM**. Após o processo de pacificação, Angola viu-se na necessidade de pedir apoio para o programa de reinserção dos ex-militares afectos à UNITA. O programa foi financiado pelo BM, executado a partir de 2004, com regras consideradas muito complexas pelas autoridades angolanas. Foram estabelecidas parcerias para o implementar, tendo para o efeito sido aberto concurso público para ONG. Por solicitação de Angola, participaram as ONG portuguesas Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura (CIC), OIKOS e IMVF, as quais implementaram 19 projectos destinados a assistir 12400 militares e alguns cidadãos vulneráveis (das comunidades de inserção dos militares). As acções incluíram a formação profissional nas áreas agrícola e pecuária, com entrega de gado bovino para tracção animal e reprodução, bem como a entrega de kits. O Programa encerrou em 2009. O balanço feito pelo IRSEM aponta para resultados satisfatórios da intervenção da CIC e do IMVF e, quase até ao fim, da OIKOS. Esta ONG provocou algum constrangimento no final do programa, não tendo respondido cabalmente ao BM, nem tendo executado parte do financiamento.

4.2.2. Capacitação e investigação na área da saúde

Caixa Resumo nº 10 – Área da Saúde

Capacitação e investigação na área da saúde (3.459.606€, 2007-2009)

- Apoio à Criação de um Centro de Investigação em Saúde em Angola (1.370.614€, 2007-2009)
- Centro de Investigação em Saúde em Angola (363€, 2009)
- Programa de reforço de capacidades no sector da Saúde (Pediatría, Saúde Pública, Gestão em Saúde, Clínica Geral, Queimados, Enfermagem, Manutenção de Equipamentos) (314.143€, 2007-2009)
- Campanha de Erradicação da Poliomielite (OMS) (300.000€, 2007 e 2009)
- Capacitação de recursos da saúde no combate a endemias (188.975€, 2007-2009)
- Prestação de cuidados médicos – Evacuação de doentes (154.000€, 2007)
- Apoio MS a um projecto da ONG Associação Bem Sorrir (Comissões de Serviço - Assistência Técnica do MS a Angola) (116.050 €, 2008)
- Projecto de Capacitação de Pessoal de Saúde de Angola (105.000€, 2007-2008)
- Capacitação de Pessoal de Saúde em Angola – Curso de Gestão Clínica (70.670€, 2008)
- II Curso de Gestão para Directores Clínicos (65.000€, 2009)
- Recursos Botânicos e Saber Medicinal na História e Cultura dos Handa (Angola). Práticas terapêuticas e estratégias de poder e de género (62.054€, 2007 e 2009)
- Projecto Integrado de Saúde Materno-Infantil (50.000€, 2009)
- SANTE-HEALTH 2006/105-398 Integrated project to malaria control program in Chokwe region (42.960€, 2008)
- Seminário sobre Contrafacção de medicamento (40.397€, 2009)
- AMI – Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar, Município dos Gambos, Angola (35.852€, 2009)
- Preparação da plataforma Luso-Angolana do medicamento (20.222€, 2009)
- Reforço Institucional: Assistência Técnica – Envio de Missões (Programa de Apoio a Angola na Área da Saúde) (17.415€, 2007)

III Simpósio Luso-Angolano de Doenças Infecciosas (17.235€, 2009)
Intercâmbio entre o INSA e o Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola (14.609€, 2009)
Capacitação de Pessoal de Saúde em Angola – Curso de Gestão para Directores de Enfermagem (10.000€, 2009)
Hospitalizações – Assistência sanitária em Portugal (9.608€, 2009)
Programa de Formação de Quadros da Saúde (6.000€, 2009)
Outbreak Surveillance: Strengthening reference capacities and methods. Colaboração entre o INSA e o Instituto Nacional de Saúde Pública de Luanda (5.479€, 2009)
Apoio ao Ministério da Saúde (5.100€, 2009)
Estágios em Microbiologia (1.900 €, 2009)
Estudo de Conservação de Frutos com impacto na Segurança Alimentar (1.190€, 2007)

O Apoio à Criação de um **Centro de Investigação em Saúde em Angola (CISA)** é o principal projecto nesta área de intervenção. Tem como objectivos melhorar as condições de saúde da população do Município do Dande, através do fortalecimento assistencial dos seus serviços de saúde, criar um centro de investigação em Angola que dará contributos à resolução dos principais problemas de saúde que afectam o país e a região e, ainda, potenciar a participação nacional de Angola e Portugal a nível internacional na área da investigação direccionada às principais doenças que afectam os países menos desenvolvidos. Tem por base um Memorando de Entendimento entre Estados e um Contrato-Programa. É co-financiado pelo IPAD (80%) e executado pela FCG, que co-financia os restantes 20%. A intervenção é apoiada pela parte angolana ao nível do alojamento para os investigadores e técnicos do projecto. Este apoio inclui ainda a cedência de um terreno para a instalação do 1º Núcleo do CISA. O projecto conta também com o apoio de algumas empresas. A implementação é assegurada por uma equipa no terreno, que é apoiada por um “back-office” na FCG.

Em termos de **constrangimentos**, verificam-se algumas dificuldades: na identificação de técnicos especializados, quer angolanos quer internacionais, irregularidades de fornecimento de energia e alojamento, quer para técnicos expatriados, quer nacionais. O financiamento do projecto é um aspecto referido como necessitando de ser melhorado para poder dar uma maior margem de recolha de informação, alargando a amostra nos bairros. A equipa integra dois expatriados (moçambicano e espanhola), os quais tiveram problemas com a concessão de vistos por parte das autoridades angolanas. A concessão de vistos a consultores internacionais afigura-se também difícil. As acções de formação e capacitação previstas na área de diagnóstico laboratorial, para os técnicos do hospital, não foram realizadas devido ao atraso nas obras de reabilitação do laboratório, da responsabilidade de Angola. Acresce referir dificuldades na aquisição e gestão dos stocks de reagentes, fundamentais para uma boa gestão do laboratório. Também nas actividades de apoio ao hospital tem havido alguns constrangimentos relacionados

com carências em equipamentos e problemas organizacionais. Uma das principais preocupações das autoridades provinciais, fortemente envolvidas no projecto, está relacionada com a necessidade de um patrocínio para a reabilitação do laboratório.

O PIC integra, ainda, um **Programa de Reforço de Capacidades no Sector da Saúde**, que se tem centrado essencialmente no apoio à reorganização dos Serviços de Saúde (Economia da Saúde, Planeamento da Saúde, Autoridade de Saúde e Administração da Saúde, Gestão da Informação e do Conhecimento, Saúde Pública e Sistemas de Saúde); no apoio à Unidade Laboratorial do Hospital Pediátrico de Luanda ao nível da investigação e controlo de doenças endémicas e infecto-contagiosas, da alimentação parentérica e controlo da Drepanocitose e infecção hospitalar. No quadro deste Programa, foi realizado um **Curso de Gestão para Directores de Enfermagem**, co-financiado pelo IPAD e executado pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), tendo formado 28 profissionais.

O **Curso de Gestão para Directores Clínicos**, teve como objectivo melhorar os conhecimentos e a capacidade de gestão dos directores clínicos, motivando-os para as boas práticas nos hospitais e, assim, contribuir para a melhoria do funcionamento dos hospitais nas várias vertentes. Foram realizados dois cursos (em 2008 e 2009), com a duração de 4 semanas cada, envolvendo 23 formadores portugueses. O primeiro, inicialmente destinado a 18 pessoas, formou 37, abrangendo directores dos hospitais de Luanda e provinciais. O financiamento dos cursos foi tripartido: Ministério da Saúde de Angola (MINSa), IHMT e IPAD, assegurando a parte angolana os custos associados ao alojamento.

Realça-se, ainda, o apoio à realização de um **Programa de Capacitação de Recursos da Saúde no Combate a Endemias**, que integrou 12 médicos e profissionais de saúde angolanos, com funções de topo, em programas de doutoramento ou mestrado no Centro de Malária & Doenças Tropicais do IHMT, da Universidade Nova de Lisboa, e implementou um sistema tutorial (*mentoring*) com os médicos e técnicos de saúde angolanos envolvidos no projecto.

Ainda na área da saúde, a **Fundação Evangelização e Culturas (FEC)**, fez o diagnóstico sobre as estruturas de saúde da rede da Igreja Católica e um estudo Estratégico para melhoria da qualidade dos serviços de saúde materno-infantis destas estruturas, feito em 5 províncias analisando cerca de 100 unidades de saúde e cujo relatório está em finalização. Este projecto, realizado em articulação com o MINSa e Delegações Provinciais de Saúde, foi apoiado pelo IPAD, FCG, Alto Comissariado para a Saúde e Santa Casa da Misericórdia.

4.2.4. Capacitação e investigação na área da Agricultura e Segurança Alimentar

Caixa Resumo nº 11 – Área da Agricultura e Segurança Alimentar

Capacitação e investigação na área da Agricultura (1.579.184€, 2007-2009)

- Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (709.250€, 2007-2009)
- Detecção remota de alterações de coberto do solo em Angola (273.264€, 2007-2008)
- Apoio institucional ao Instituto de Investigação Agronómica (IIA) (200.414€, 2007-2009)
- Projecto de Desenvolvimento Pecuário de Ekunha, Huambo, Angola (120.854€, 2008-2009)
- IMVF – Relançamento Sustentável da Produção e Comercialização do sector Pecuário Privado, Familiar e Empresarial, no município de Ecuinha (199.934€, 2008)
- IMVF – Projecto para o Reforço do Sector da Comercialização da Coopecunha – Município de Ekunha – Huambo (105.444€, 2008)
- Projecto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais (43.971€, 2007)
- Essências Florestais de Angola (Maiombe) (32.607€, 2007)
- PROSOIL- Processos edáficos no espaço e no tempo: Evolução, comportamento e remediação (30.652€, 2007)
- CIC – Projecto de Apoio a Cooperativas de Camponeses nos Municípios de Ukuma, Chinjenje e Longonjo (27.633€, 2007)
- Instalação da Escola Superior Agrária do Quanza Sul (12.000€, 2008-2009)
- IMVF – Projecto para o Desenvolvimento dos Recursos Naturais – Município de Ekunha – Província do Huambo (10.990€, 2008)
- Projecto de Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural (9.759€, 2009)
- CIC – Projecto de Promoção da Produção Agrícola dos Municípios de Ukuma, Chinjenje e Longonjo (9.581€, 2008)
- Avaliação do Valor nutritivo de espécies forrageiras de Angola (6.000€, 2009)
- IMVF – Projecto de Desenvolvimento Rural Sustentado no Município da Ekunha (5.169€, 2007)
- I Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural (2.500€, 2008)

Nesta área de intervenção destaca-se o Projecto de **Apoio Institucional ao Instituto de Investigação Agronómica (IIA)**, que tem como objectivos: (i) o reforço da instituição através da melhoria das capacidades de investigação dos técnicos angolanos pertencentes ao IIA e sua qualificação em pós-graduação, (ii) a constituição de uma área departamental integrada de Agricultura, Florestas, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural na instituição e, (iii) a dinamização do IIA através da adopção de metodologias e técnicas que permitam activar uma linha de investigação que perdurará no futuro. Em 2010 o projecto passou a integrar um objectivo de apoio à estruturação e funcionamento do Laboratório de Solos, Plantas e Água da Estação Experimental Agrícola da Chianga”, no sentido de apoiar a reactivação do Laboratório “Castanheira Diniz” da Estação do IIA da Chianga.

O **Projecto de Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)** tem como objectivos contribuir para o desenvolvimento de um programa nacional de desenvolvimento rural que concorra para combater a pobreza de uma grande parte das famílias camponesas e para

favorecer a integração no mercado dos produtos dos agricultores familiares e camponeses. Está em implementação, após ultrapassadas as dificuldades que resultaram em atraso no seu arranque (alterações institucionais no MINADER e dificuldades com o alojamento da equipa expatriada). O projecto tem vindo a desenrolar-se como o previsto, com ênfase em três dos cinco resultados esperados: (i) organização de um sistema de acompanhamento e manutenção do PNDR, (ii) definição e operacionalização de variáveis relativas a temas a considerar numa política de desenvolvimento rural e (iii) Planos de Desenvolvimento Local. Em 2009, os principais **constrangimentos** prenderam-se com os Grupos de Trabalho (adiamento da missão devido a problemas logísticos) e com a Formação (dificuldades na constituição das equipas de formandos).

No quadro da **linha de co-financiamento das ONGD**, o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) tem vindo a desenvolver um conjunto de intervenções neste domínio, nomeadamente no apoio à criação de uma cooperativa agrícola vocacionada para o mercado angolano (CoopEcunha⁸). Em 2009, com co-financiamento do IPAD, foi implementado um projecto para o **Reforço do Sector da Comercialização** dessa cooperativa, o qual promoveu a formação dos agricultores nomeadamente na análise dos custos de produção, construção de um armazém e espaço de comercialização e, ainda, aquisição de equipamento e de uma viatura. Como resultados, constatou-se um aumento e diversificação da produção e comercialização agrícolas (principais produções: batata, cebola e cenoura). Foi também elaborado um estudo sobre preços, circuitos de comercialização e mercados dos produtos agrícolas da CoopEcunha.

Um outro projecto, desenvolvido desde 2008, foi o da criação da **cooperativa “GadoEcunha”**, uma cooperativa de prestação de serviços aos produtores locais, proprietários e criadores de gado, visando aumentar os níveis de exploração animal, com aperfeiçoamento técnico do meio alimentar, reprodutivo e sanitário, e promover o incremento significativo da comercialização para produzir reflexos sensíveis no auto-consumo de carne e leite das populações e na disponibilização de excedentes, com o objectivo de relançar a actividade pecuária local. Engloba cerca de 25 criadores de gado bovino e caprino (beneficiando 300 famílias) e, em menor escala, ovino e aves.

Todos os projectos do IMVF foram co-financiados pela Comissão Europeia, representando um bom exemplo de articulação entre financiadores na implementação de uma estratégia de desenvolvimento municipal a médio e longo prazo, considerando os dois eixos: Desenvolvimento

⁸ Esta cooperativa abrange actualmente mais de 300 sócios em 41 aldeias, disponibilizando vários serviços pagos, nomeadamente uma estrutura de apoio à produção, uma loja destinada aos sócios com produtos de primeira necessidade e Moagens, com preços inferiores aos do mercado para os sócios.

Sustentável e Luta Contra a Pobreza (agricultura, pecuária, recursos naturais) e Boa Governação, Participação e Democracia (assistência técnica e reforço institucional).

4.3. Cluster da Cooperação

Caixa Resumo nº 12 – Área do Cluster da Cooperação

Cluster da Cooperação (24.810€, 2007)

CLUSTER – Identificação e preparação do programa (24.810€, 2007)

A inclusão de um cluster no PIC teve como objectivo potenciar o desenvolvimento sustentado, através de uma intervenção integrada e descentralizada que criasse sinergias entre vários agentes e áreas de intervenção. A sua implementação deveria ser efectuada em estreita colaboração com as autoridades locais e centrais, assegurando a apropriação dos projectos por parte das entidades angolanas. Deveria igualmente ter em atenção a presença de outros doadores na região. Para identificar possíveis regiões, em 2007, foi adjudicado um estudo à ONG TESE intitulado “Cluster da Cooperação Portuguesa em Angola: análise de oportunidades e constrangimentos”, estudo que identificou a província do Kwanza Norte como aquela que melhores condições reunia para a implementação do Cluster.

A implementação do *cluster* pressupunha o estabelecimento de um entendimento (sob a forma de acordo ou de memorando) com o Governo angolano para concretização do programa, nomeadamente prevendo a definição de competências e responsabilidades de ambas as partes, bem como um entendimento com o Governo provincial/municipal para aceitação dos princípios e obrigações previstas. Pela sua especificidade e sendo necessário estabilizar a definição da província-alvo foi superiormente decidido ponderar outras alternativas.

5. Apreciação

5.1. Incorporação das recomendações da avaliação anterior

Da avaliação do PIC anterior resultou um conjunto de 23 recomendações, 22 das quais aceites. Destas, nem todas foram implementadas.

A recomendação de melhoria da orçamentação da cooperação não se verificou, apesar de o IPAD concordar com ela, pelo facto de não estar no âmbito das suas competências. A introdução de preocupações com o género deu pequenos passos, nomeadamente nas regras de paridade na escolha de bolseiros.

Outra recomendação dizia respeito à necessidade de melhoria no sistema de informação dos projectos. Foram criadas fichas de acompanhamento de cada projecto, com informação técnica e financeira, regularmente actualizadas e disponíveis na intranet, e cujos conteúdos estão uniformizados. Estas fichas são partilhadas com o MIREX e com a Embaixada de Portugal em Luanda. O sistema de controlo financeiro também foi aperfeiçoado, sendo sistematicamente actualizado, dando informação sobre o seu grau de execução e eventuais disponibilidades orçamentais.

O reforço do sistema de acompanhamento, traduzido num reforço dos recursos humanos junto da Embaixada não foi implementado. Em contrapartida, foi criada a figura de “chefe de projecto” (no IPAD, no executor e no terreno), para assegurar um acompanhamento mais rigoroso. A criação da figura de “coordenador residente”, como acontece no CED/GDLN, PICATFin e Saber Mais foi outra forma de reforçar a gestão e acompanhamento dos projectos. No caso do CISA foi criada uma Comissão de Acompanhamento Estratégico.

A recomendação de implementação de processos sistematizados de avaliação não foi concretizada. A adopção de um sistema de financiamento mais ágil foi tida em consideração em alguns casos, nomeadamente no projecto CISA, tendo subjacente a natureza dos executores.

Quanto à estratégia de intervenção da Cooperação Portuguesa em Angola, o PIC identifica dois eixos prioritários de intervenção tendo em conta as mais-valias de Portugal e as necessidades e prioridades de Angola. Os eixos do PIC 2007-20101 foram definidos tendo subjacente a Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. No PIC foram introduzidos instrumentos inovadores, como é o caso do Cluster, contudo na prática não foi implementado. Em termos de parcerias público-privadas avançou-se com a parceria com a FCG no CISA.

A implementação de mecanismos de avaliação das necessidades, embora adoptada em reuniões com os parceiros em Luanda, parece carecer de maior aprofundamento.

No PIC foi elaborada uma matriz de objectivos com metas definidas em termos temporais. Todos os projectos têm marcadores em termos de ODM e sectores do CAD. Porém, a matriz de intervenção do PIC pode ser melhorada, com indicadores globais e específicos melhor definidos, e com metas a atingir.

A coordenação entre actores angolanos sugerida pela avaliação ainda não foi melhorada. Os ministérios sectoriais não são pró-activos, reportando ao MIREX apenas quando solicitados. O reforço dos mecanismos de coordenação entre os actores portugueses continua a carecer de atenção. Não há reuniões regulares dos diversos actores, nem global nem em termos sectoriais, em Lisboa e e/ou em Luanda. As reuniões da CIC, pouco frequentes, não têm potenciado essa coordenação. Apesar de alguns progressos, como é o caso da criação de “chefes de projecto”, há ainda um longo caminho a percorrer. A articulação entre actores portugueses e angolanos não vai além de reuniões pouco regulares entre IPAD-MIREX ou entre IPAD e Ministérios Sectoriais. Também neste domínio infere-se que há espaço para melhorias no futuro.

A integração de um número mais alargado de actores (por ex. ONG) na cooperação com Angola está em estudo, dependendo também da concordância das autoridades angolanas. A articulação com outros doadores internacionais ocorre apenas pontualmente, participando o IPAD em algumas das reuniões que são promovidas em Luanda. A Embaixada portuguesa não foi reforçada em termos de recursos humanos.

5.2. Critérios da avaliação

A análise tem por base os cinco critérios de avaliação definidos pelo CAD/OCDE, os quais constituem a base de qualquer avaliação: relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade. São também analisados os critérios da coordenação e complementaridade e valor acrescentado da Cooperação Portuguesa, os quais ganharam importância na sequência da Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda e do Código de Conduta da UE em matéria de complementaridade e coordenação.

Dado que no terreno apenas se visitou um projecto apoiado através da linha de co-financiamento das ONGD, não se procedeu à sua inclusão na análise dos critérios de avaliação. Contudo, das reuniões tidas em Lisboa e do diálogo com os interlocutores no terreno foi possível perceber a importância das ONGD na promoção do desenvolvimento e da sua articulação e complementaridade com as intervenções da cooperação oficial. Por isso, há referência ao seu papel nas conclusões e recomendações.

Como já referido, a Cooperação Portuguesa com Angola tem por base um documento enquadrador, o Programa Indicativo de Cooperação (PIC), assente na identificação das

necessidades e prioridades das autoridades angolanas e dando previsibilidade ao apoio ao desenvolvimento, desde logo porque identifica um pacote financeiro e quadro de referência para 4 anos. No PIC foram definidos indicadores de desempenho, organizados por indicadores globais e sectoriais. A definição de indicadores num documento desta natureza é muito importante mas deverá ser acompanhada por uma reflexão prévia que permita fazer uma escolha mais selectiva dos mesmos. A maioria dos indicadores sectoriais são indicadores de *output*, importantes para o acompanhamento mas, para um documento de natureza estratégica como este, seria importante estarem também identificados indicadores de *outcome*. A escolha dos indicadores deve ter por base dois critérios essenciais: por um lado, devem ser, quanto possível, em número reduzido desde que permitam fazer a análise dos critérios de avaliação e, por outro lado, ter a garantia, à partida, que a informação necessária para alimentar esses indicadores é de fácil recolha. Em suma, considera-se que seria importante que o PIC fosse mais orientado para os resultados.

5.2.1. Relevância

Em que medida os objectivos das intervenções de desenvolvimento são consistentes com as necessidades dos beneficiários e do país parceiro, bem como com as políticas dos parceiros e dos doadores. Determina se as actividades e os resultados das intervenções estão em conformidade com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada à realização dos objectivos e à obtenção dos resultados pretendidos.

A equipa de avaliação considera que a Cooperação Portuguesa em Angola é globalmente relevante. A elaboração do PIC teve subjacentes as prioridades identificadas na Estratégia de Combate à Pobreza⁹ (ECP), a qual tem como objectivo central a “*consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável*”. A melhoria da prestação dos serviços básicos, a reabilitação das infra-estruturas, a revitalização da economia rural e o restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais em todo o território nacional, são alguns dos objectivos específicos desse documento.

Em relação ao **Eixo Estratégico “Boa Governação, Participação e Democracia”**, pode afirmar-se que as intervenções de apoio à capacitação da Administração pública, na área das finanças públicas, justiça, técnico-militar e polícia e segurança, correspondem a necessidades identificadas pelas autoridades angolanas e correspondem às prioridades definidas no documento norteador da Cooperação Portuguesa “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”¹⁰.

Quanto ao **Eixo Estratégico “Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza”**, consideram-se relevantes sobretudo as intervenções nos sectores da educação (incluindo a

⁹ http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_ECP.pdf

¹⁰ http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf

alfabetização), saúde e desenvolvimento sociocomunitário, fundamentais para contribuir para a redução da pobreza nos grupos mais vulneráveis e em particular nas crianças e jovens.

5.2.2. Eficácia

Em que medida os objectivos das intervenções de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida a Ajuda atinge os seus objectivos.

A análise da eficácia foi feita essencialmente com base na leitura da documentação, na opinião das autoridades angolanas, na observação de campo de alguns projectos e no diálogo com os coordenadores das intervenções.

Embora tenham sido introduzidos no documento do PIC mecanismos para o seu acompanhamento, tal não aconteceu. Não existem fichas por sector, que permitam ter uma visão mais abrangente. Não se realizaram reuniões periódicas, em Lisboa, de coordenação por eixos de intervenção, incluindo os diferentes ministérios sectoriais e instituições envolvidas na implementação. Não houve, no período em análise, nenhuma CIC especificamente sobre Angola nem foi elaborado nenhum relatório de progresso anual, incorporando os desenvolvimentos no plano sectorial. A CG I realizou missões periódicas (semestrais) ao terreno para acompanhamento dos projectos co-financiados pelo IPAD mas não houve, formalmente, acompanhamento do PIC pela DCG, com excepção da vertente financeira através dos Planos de Tesouraria. Os exercícios de auto-avaliação das principais intervenções co-financiadas pelo IPAD, numa base anual, tiveram lugar no quadro da deslocação de técnicos da CG I ao terreno.

Olhando para o PIC, um dos problemas diz respeito à definição dos objectivos e seus indicadores. No PIC foi elaborada uma Matriz de Intervenção (pág. 105-123) onde figuram os objectivos globais e específicos e os eixos de intervenção, com indicadores globais e sectoriais. Apesar disso, teve uma aplicabilidade reduzida. Para além de não serem identificadas metas, os indicadores de resultados situaram-se, sobretudo, ao nível dos *outputs* e menos ao dos *outcomes*. Torna-se, por isso, difícil analisar até que ponto as actividades do PIC foram realizadas de acordo com os objectivos definidos e, mais importante ainda, até que ponto o PIC contribuiu para a promoção do desenvolvimento de Angola.

Quanto aos projectos de cooperação, é de referir melhorias significativas ao nível da sua definição, nomeadamente através da implementação de normas para a apresentação, selecção e financiamento¹¹. A existência destas regras levou a um melhor planeamento dos projectos com definição dos objectivos, resultados (*outputs*) esperados e indicadores. Apesar de haver relatórios

¹¹ Estas melhorias constituem um progresso em relação ao PIC anterior, onde tinham sido detectadas falhas na apresentação dos projectos.

anuais dos projectos co-financiados pelo IPAD, dando conta do progresso em relação aos resultados (*outputs*), há lacuna de informação que dê uma visão geral. Os problemas persistem na inexistência de um sistema global de acompanhamento de indicadores que permita ter uma visão geral do cumprimento das actividades e dos objectivos dos vários projectos e que estabeleça uma relação entre os objectivos e os resultados alcançados, dificultando a apreciação global da eficácia. As excepções quanto a informação sistematizada dizem respeito aos dados da execução financeira dos projectos. Relativamente aos projectos co-financiados pelo IPAD, são feitas revisões semestrais e acompanhamento pelos técnicos. O registo escrito destas acções é feito em “relatórios de missão” que se encontram disponíveis na intranet do IPAD.

A análise da eficácia centra-se, assim, sobretudo nos *outputs*. Globalmente pode afirmar-se que os resultados foram atingidos em termos de *outputs*, ainda que com algumas diferenças entre intervenções. Um dos factores que contribuiu para a realização das actividades e resultados é a existência reconhecida de relações bilaterais próximas com as autoridades angolanas e de contactos pessoais estreitos. Este tipo de relações constitui uma mais-valia para a Cooperação Portuguesa, relativamente a outros doadores, contribuindo para a agilização de processos e tomada de decisões.

O sector da **Cooperação Técnico-Militar** no Eixo I e o do **Desenvolvimento Sociocomunitário e Educação** no Eixo II são as áreas em que a Cooperação Portuguesa concentrou os seus esforços. Estes três sectores totalizaram cerca de 60% da ajuda financeira entre 2007 e 2009 (28,9% para a Cooperação Técnico-Militar, 17,4% para o Desenvolvimento Sociocomunitário e 13,8% para a Educação). Não é possível fazer esta análise relativamente ao ano de 2010, pelo facto de a informação ainda não estar consolidada. No entanto é possível afirmar, com base nos dados disponíveis no final do 1º semestre, que esta distribuição tende a manter-se.

A maior parte das intervenções do **Eixo Estratégico I** pode considerar-se eficaz, nomeadamente no que diz respeito à capacitação da Administração pública, com especial realce para o arquivo nacional. Os resultados alcançados até ao momento são classificados como muito positivos pelas autoridades angolanas, tendo contribuído para a melhoria dos respectivos serviços, tendo também promovido a qualificação dos técnicos. Nas intervenções em que houve atrasos de implementação, na maior parte dos casos relacionadas com dificuldades logísticas, os resultados inicialmente previstos não foram alcançados.

O **CED**, apesar dos atrasos iniciais na sua implementação, encontra-se já em pleno funcionamento em termos de actividades de formação, ainda que muito centradas na Administração pública. Dos objectivos definidos estão ainda por alcançar três: desenvolver e difundir actividades adequadas às necessidades e competências de Angola e às prioridades

estratégicas do Governo, estabelecer parcerias e dinamizar as relações com os CED da Rede Lusófona.

No **PICATFin**, em termos de número de acções, a área da Inspeção-Geral de Finanças foi a que mais executou (25 no total) seguida da área das Alfândegas. Acresce que houve que restringir solicitações adicionais e concentrar acções, uma vez que a oferta não pôde corresponder cabalmente à procura. Em termos de visibilidade dos resultados são de referir a área do Património, onde foi possível aprovar legislação, e a das Alfândegas.

Quadro 14 – Execução material do PICATFin (nº de acções)

Áreas do PICATFin	2007-2010	2007			2008			2009			2010*			Execução Global	
	P	P	E	%	P	E	%	P	E	%	P	E	%	E	%
Património do Estado	34	1	1	100	16	9	56	5	5	100	12	4	33	11	56
Impostos	42	1	1	100	4	3	75	3	3	100	34	4	12	19	26
Alfândegas	34	7	1	100	10	7	70	7	7	100	10	3	30	24	71
Contabilidade Pública	1	1	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100
Inspeção de Finanças	25	-	-	-	17	16	94	3	3	100	5	6	120	25	100
Tecnologias de Informação	10	-	-	-	3	1	33	2	2	100	5	1	20	4	40
Relações Internacionais	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0	0	0
Gestão e avaliação	6	2	2	100	1	2	200	2	2	100	1	1	100	7	117
Total	153	12		100	51	38	75	22	22	100	68	19	28	91	59

Fonte: GPEARI/MFAP; P – previsto; E – executado; * até Junho de 2010.

No caso da formação na área dos **Arquivos**, os resultados alcançados são considerados pelas autoridades angolanas como excelentes, tendo ajudado a operacionalizar o Arquivo Histórico de Luanda.

A cooperação na área da **Justiça** indicia pouca eficácia, desde logo por só ter executado cerca de 50% do inicialmente previsto. Contudo, só a análise dos resultados alcançados pode permitir apreciar o grau de eficácia, a qual está a ser realizada no quadro da avaliação externa ao Sector da Justiça nos PALOP e cujo relatório será publicado no início de 2011.

Na **cooperação técnico-militar** foram realizadas cerca de 160 acções de formação, envolvendo cerca de 410 assessores militares, 6300 militares formados em Angola e 167 em Portugal. Os custos desta cooperação ascenderam a cerca de 6 M€ (2007-2009). Apesar dos resultados, os objectivos não foram plenamente atingidos devido às dificuldades anteriormente identificadas.

Quadro 15 – Acções de formação na área técnico-militar

Ano	Nº de acções de formação	Nº de formandos
2007	27	2066
2008	43	1926
2009	44	2306
2010	50	1790
Total	164	8088

Fonte: MDN.

No que diz respeito à cooperação na área da **Polícia e Segurança**, comparando as actividades previstas com as realizadas (quadro 16) constata-se que o número global de acções previstas foi superior ao efectivamente realizado, facto que se traduziu num menor número de formandos, sobretudo em 2007.¹² Contrariamente, o número de formadores tendeu a ser superior ao previsto (com excepção de 2009) devido à introdução de novos conteúdos de formação, bem como o número de dias e de horas de formação (com excepção para 2007). Estas discrepâncias entre o previsto e o executado teve reflexos nos custos globais, tendo sido inferiores ao inicialmente previsto em todos os anos (quadro 17).

Quadro 16 – Cooperação Técnico-policial – nº de acções de formação prevista

		2007	2008	2009	Total (2007-2009)	2010
Acções	Previstas	40	49	52	141	32
	Realizadas	35	59	47	132	
Formadores	Previstos	65	98	69	252	54
	Envolvidos	83	102	68	253	
Formandos	Previstos	5485	790	1716	7991	690
	Formados	1421	1450	1633	4523	
Dias de Formação	Previstos	2218	2956	2224	7398	1928
	Realizados	20765	3971	2935	9356	

Fonte: CGI e DGAI.

Quadro 17 – Cooperação Técnico-policial – investimento anual previsto e executado, em €

	2007		2008		2009		2010	
	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Executado	Previsto	Cabimentado
IPAD	716.655	712.655	750.000	746.344	569.629	542.990	465.464	465.464
MAI	1.165.558	688.499	799.969	511.772	985.239	974.761	1079.672	
Total	1.882.213	1.401.154	1.549.969	1.258.116	1.554.868	1.517.751	1.545.136	

Fonte: CGI e DGAI.

Inicialmente a formação era feita em Portugal, realidade que foi objecto de discussão conjunta no final de 2008, passando a privilegiar-se as acções em Angola. A aposta na formação em Angola e redução drástica da formação em Portugal, resultou do facto de se entender que a formação em Portugal não tem a mesma rentabilidade que em Angola. Contudo, face aos

¹² A disparidade entre o número de formandos previstos e efectivos tem a ver com a forma de contagem realizada nesse ano, ou seja, adicionava-se o número de alunos por acção no Instituto Médio de Ciências Policiais, quando as diferentes acções se referiam aos diferentes conteúdos a ministrar em conformidade com o plano curricular, sendo os alunos sempre das mesmas turmas.

constrangimentos relacionados com o custo do alojamento em Luanda foi necessário repensar a localização dos cursos, tendo alguns passado, em 2010, a ser realizados em Portugal, numa óptica de redução de custos.

Um aspecto importante a realçar é a aposta na formação de formadores angolanos, que já se encontram a replicar as acções de formação, factor que contribuirá para que a PNA possa autonomizar-se do ponto de vista da sua formação. Por isso, esta cooperação foi considerada muito eficaz pelas autoridades angolanas, tendo conseguido dar o salto qualitativo da formação de agentes para a formação de formadores. Acresce que os cursos foram considerados muito benéficos aumentando as competências dos agentes policiais. O não cumprimento de todas as acções previstas deveu-se à indisponibilidade de Angola receber os formadores, nomeadamente problemas relacionados com o alojamento (da responsabilidade da parte angolana).

Ainda entre os resultados alcançados é de referir o apoio ao Instituto Médio de Ciências Policiais, criado há 4 anos, nomeadamente na formação, na elaboração dos curricula e na assessoria a diversos níveis. Inicialmente grande parte dos professores era portuguesa, número que foi diminuindo à medida que se foram formando docentes angolanos.

Quanto ao **Eixo Estratégico II**, uma das áreas mais importantes é o sector da Educação, em particular o ensino básico e secundário. O principal projecto, **Saber Mais**, sofreu atrasos consideráveis na sua implementação, tendo iniciado as actividades no final do ano lectivo de 2009. Ainda é cedo para se falar em resultados mas parecem estar criadas as condições para ser eficaz, nomeadamente, a existência de uma equipa de coordenação no terreno e de apoio científico-pedagógico assegurado pela Escola Superior de Educação (ESE), de Viana do Castelo. Este projecto aposta na formação inicial de professores, na formação contínua, para além da partilha de melhores práticas, do desenvolvimento curricular e avaliação, apoiado em novas tecnologias de informação.

Quadro 18 – Custos previstos e executados, por ano, no Saber Mais, em €

	Previsto	Executado
2008		8.500,00
2009	2.775.586,15	748.738,32
2010	7.275.602,91	182.234,28 (até Maio)

Fonte: IPAD.

As autoridades angolanas manifestaram satisfação com o perfil dos primeiros formadores e reiteraram a necessidade deste apoio e do seu alargamento a outras províncias, estando já Malange a preparar as condições de alojamento para receber professores no próximo ano lectivo. A aposta na formação de formadores é vista como fundamental, dada a necessidade de professores qualificados no sistema de ensino angolano.

Relativamente ao **Ensino superior**, o apoio centrou-se na UAN, considerando as autoridades angolanas que os objectivos definidos foram alcançados. No que diz respeito às **Bolsas**, o contingente anualmente posto à disposição de Angola nem sempre foi preenchido, com particular destaque para as bolsas internas. Também no ensino técnico-profissional não foram aproveitadas as possibilidades de formação, não tendo tido grande desenvolvimento no período em análise. Sem entrar em consideração com uma análise mais fina da eficácia, nomeadamente em termos de resultados escolares, e atendendo apenas ao contingente de vagas, esta é uma área que pode aumentar a sua eficácia no futuro.

Relativamente ao conjunto de intervenções de **apoio à Língua Portuguesa**, os resultados são considerados positivos, mas a eficácia pode ser aumentada na sequência da operacionalização do Centro de Língua de Benguela.

As intervenções na área do **desenvolvimento sociocomunitário**, a mais importante do Eixo II em volume financeiro, são muito eficazes no apoio aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças e jovens, numa abordagem intimamente ligada à luta contra a pobreza, de que são exemplos paradigmáticos a **escola D. Bosco** e **Mamã Muxima**. As actividades foram implementadas como o inicialmente previsto, não tendo havido constrangimentos à sua implementação. As acções desenvolvidas neste âmbito foram ao encontro das expectativas do Ministério. No terreno não houve envolvimento da Embaixada de Portugal nem do MIREX. É o MTSS quem faz o acompanhamento e articulação anual com o MINARS, o qual não dá conhecimento ao MIREX sobre os resultados das intervenções. Este aspecto é reconhecido pelo MINARS como devendo ser repensado e feita a necessária articulação com o MIREX.

O apoio, pela sua natureza, de carácter mais assistencialista, é considerado fundamental para as comunidades. O seu fim traduzir-se-ia num importante constrangimento financeiro, dado que a maior parte das actividades são financiadas a 100% pelo MTSS. Do ponto de vista deste Ministério, será necessário reforçar os níveis de co-financiamento da Administração pública angolana, dado o novo contexto ser bastante diferente do que existia quando os projectos se iniciaram.

Na capacitação e investigação na área da Saúde, o projecto **CISA** assume-se como a principal intervenção, através de um instrumento inovador, a parceria público-privada. Apesar do curso das actividades e dos resultados já alcançados, não houve uma decisão quanto ao futuro figurino jurídico do Centro de Investigação, objectivo importante do projecto. Este deu um importante contributo no conhecimento do perfil de saúde da população do Município do Dande, para além do apoio ao sector provincial e distrital de saúde e ao hospital do Bengo. A investigação deverá

desenvolver instrumentos que permitam lutar de forma mais eficaz contra as doenças mais prevalentes e diminuir as elevadas taxas de morbi-mortalidade actualmente existentes.

No momento da avaliação, a equipa no terreno integrava 67 pessoas (60 de equipa local e 7 expatriados). Em termos de resultados, no que diz respeito às condições logísticas, o CISA tem o primeiro núcleo construído, a equipa expatriada está alojada em instalações cedidas pela Direcção Provincial de Saúde e em casa alugada pela FCG, e foram contratados colaboradores/investigadores, estando criadas as condições para o desenvolvimento do projecto. O apoio ao hospital começou a produzir os primeiros resultados, tendo sido cumprido o plano de formação e organização dos serviços, bem como introduzidas algumas melhorias no funcionamento e organização do hospital. Foram formados até ao momento mais de 500 profissionais de saúde, feito o levantamento da situação das estruturas sanitárias do Dande, no âmbito do Processo de Revitalização dos Serviços Municipais de Saúde do MINSA, apoiada a reorganização da farmácia hospitalar e, na vertente da pesquisa, foram dados os primeiros passos para o estabelecimento de colaborações ao nível interno e internacional, tendo sido assinado um protocolo para a realização de estudos de prevalência da malária, schistosomíase, parasitoses intestinais, anemia e malnutrição.

Foi implementado o sistema de vigilância demográfica (SVD), sendo a população abrangida superior ao inicialmente esperado, muito dispersa, o que provocou algum atraso no censo inicial. Está já concluída a 1ª ronda de actualização deste censo.

Apesar do Projecto CISA estar no terreno há pouco mais de 2 anos, prazo manifestamente curto para um projecto de produção científica, existe já alguma actividade de pesquisa, estando a consolidação da agenda científica em preparação, a qual permitirá ganhos em termos de credibilidade científica e reforçar pontes com outros parceiros e doadores.

Os cursos para profissionais de **Enfermagem** e para **Directores Clínicos** foram referidos como tendo alcançado resultados considerados muito positivos pelas autoridades angolanas. No curso para Directores Clínicos, o nível de conhecimento em gestão hospitalar melhorou significativamente, o que significa uma melhoria na prática de gestão das instituições em que trabalham.

Na área da **agricultura e segurança alimentar**, face aos atrasos verificados na implementação do apoio à capacitação humana e institucional do IIA, ainda é cedo para se falar em resultados. O mesmo se passa no apoio ao PNDR, cuja implementação se está a processar também com atrasos.

5.2.3. Eficiência

Medida segundo a qual os recursos (fundos, peritos, tempo, etc.) são convertidos em resultados de forma mais económica.

Um primeiro comentário deve ser feito à fragmentação da cooperação, com um grande número de pequenos projectos, sobretudo nos primeiros anos do PIC, quando as intervenções extra-PIC tiveram grande expressão (quadro 9). Esta abordagem limita as economias de escala. Uma redução do número de intervenções passando para uma abordagem mais integrada potenciará a utilização dos recursos e promoverá a eficiência na sua utilização, apesar da reorganização dos projectos em eixos ter constituído um primeiro esforço de concentração em áreas prioritárias de projectos dispersos decorrentes do PIC 2004-2006.

O actual quadro de desenvolvimento da Cooperação Portuguesa com Angola apresenta melhorias em relação ao último PIC, sobretudo no que diz respeito à afectação dos recursos disponíveis, à reestruturação dos eixos e áreas prioritárias e ao desenvolvimento de instrumentos de gestão e apoio às actividades de cooperação.

A análise da eficiência centra-se, sobretudo, na comparação entre os compromissos, o planeado e o executado, no padrão de desembolsos e na evolução dos custos no período em análise, para verificar se os recursos foram utilizados como inicialmente previstos ou se houve necessidade de reformulação. Desde logo, da análise das taxas de execução financeira (quadro 19), verifica-se que a taxa global de execução aumentou gradualmente de 2007 a 2009, não havendo ainda informação consolidada para 2010. Tendencialmente as taxas de execução foram superiores no Eixo 1.

Quadro 19 – Execução Financeira do PIC

	2007	2008	2009	2010*	Execução Global (*)
Eixo 1	84%	93%	123%	30%	75%
Eixo 2	76%	91%	80%	34%	71%
Execução Global	81%	92%	98%	33%	33%

Fonte: GAAI/IPAD, a partir da informação sobre a Execução do PIC.

(*) dados referentes a 30 de Junho para os Ministérios sectoriais e 31 de Dezembro 2010 para o IPAD.

O montante indicativo do PIC foi de 65 M€, distribuídos pelos dois Eixos e Intervenção complementar (Eixo I – 48%; Eixo II – 50% e Intervenção Complementar 2%). Da análise da execução por eixo relativamente ao total (quadro 20), constata-se que o Eixo I absorveu mais recursos (54% até ao momento) do que o Eixo II (46%), alterando o inicialmente planeado. Dentro de cada Eixo do PIC, no Eixo Estratégico I foi a cooperação técnico-militar que absorveu mais recursos financeiros, e no Eixo II o desenvolvimento sociocomunitário, seguido da Educação, áreas particularmente importantes na luta contra a pobreza (quadro 20).

Quadro 20 – Execução Financeira do PIC, distribuído por Eixo e áreas de intervenção

Designação	2007		2008		2009		2010		Total Executado PIC	%
	€	%	€	%	€	%	€	%		
Eixo I Boa Governação, Participação e Democracia	5.959.284	62%	4.882.701	56%	5.971.959	54%	1.620.969	37%	18.434.913	55%
1.A. Capacitação da Administração Pública	1.621.827	17%	1.371.303	16%	941.269	9%	273.213	6%	4.207.612	12%
1.B. Cooperação na Área da Justiça	95.996	1%	54.447	1%	80.154	1%	7.632	0%	238.228	1%
1.C. Cooperação Técnico-Militar	2.952.967	31%	2.105.400	24%	3.433.201	31%	721.970	16%	9.213.537	27%
1.D. Cooperação na Área da Polícia e Segurança	1.288.494	13%	1.351.551	16%	1.517.336	14%	618.154	14%	4.775.536	14%
Eixo II Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza	3.642.168	38%	3.757.072	43%	4.986.493	45%	2.716.407	62%	15.102.141	45%
2. A Educação	1.424.721	15%	1.095.658	13%	1.538.190	14%	1.268.705	29%	5.327.274	16%
2.AA. Ensino Básico e Secundário	303.719	3%	199.015	2%	796.757	7%	583.446	13%	1.882.937	6%
2.AB. Ensino Superior	920.556	10%	888.767	10%	706.902	6%	634.393	14%	3.150.618	9%
2.AC. Ensino Técnico-Profissional	200.445	2%	7.876	0%	34.531	0%	0	0%	242.852	1%
2.B. Desenvolvimento Sócio-comunitário	1.200.664	12%	1.770.477	20%	2.144.215	19%	455.879	10%	5.571.234	17%
2.C. Capacitação e Investigação na Área da Saúde	728.581	8%	779.698	9%	767.035	7%	835.808	19%	3.111.122	9%
2.D. Capacitação e Investigação na área da Agricultura e Segurança Alimentar	288.203	3%	111.240	1%	537.053	5%	156.015	4%	1.092.511	3%
Intervenção Complementar - Cluster	24.810	0%	0	0%	0	0%	0	0%	24.810	0%
Fundo Para Pequenos Projectos	50.000	1%	50.000	1%	50.000	0%	50.000	1%	200.000	1%
TOTAL	9.676.262	100%	8.689.773	100%	11.008.452	100%	4.387.376	100%	33.761.863	100%

Fonte: Taxas calculadas pela equipa, a partir dos dados do IPAD.

É de referir no Eixo I, na área da Administração Pública, a importância do **PICATFin**, com um custo total estimado para os 4 anos de 2,6 M€, co-financiado em partes iguais pelos dois países parceiros (1,3 M€). À parte angolana coube suportar os custos de alojamento e deslocação interna dos peritos portugueses e do gestor do PICATFin, e à parte portuguesa os restantes encargos decorrentes da cooperação nesta área. A execução do programa no período de 2007 a 2009, em termos financeiros, foi de 49% e a execução material foi de 59%. De referir, ainda, os reduzidos montantes atribuídos à **Justiça** que representam em termos globais apenas 1% do total da execução financeira do PIC.

Quadro 21 – Execução Financeira do PICATFin (euros)

Total previsto	2007		2008		2009		Total	
1.343.490	142.206	11%	198.346	15%	319.157	24%	659.709	49%

Fonte: GPEAR/MFAP; 2010 em apuramento.

A maior parte das intervenções da cooperação com Angola estavam orçamentadas no PIC. Apesar disso, 27% dos recursos foram utilizados em intervenções extra-PIC (quadro 22), sobretudo em 2007, tendo o número de projectos vindo a diminuir desde então (quadro 9). Em 2010, os projectos extra-PIC são já residuais. As taxas de execução têm vindo a aumentar desde 2007, evidenciando um aumento na eficiência da execução orçamental.

Os montantes orçamentados (quadro 22) são inferiores aos compromissos assumidos aquando da assinatura do PIC (65 M€) e os montantes executados são, por regra, inferiores ao orçamentado (quadros 22 e 23), reflexo de um planeamento deficiente e de um empolamento do montante indicativo. Tendo em consideração o volume de recursos financeiros globais, constata-se que a execução final do PIC atingiu o montante de 33.7 M€ com uma taxa de execução de 73%. Se considerarmos os projectos extra-PIC e as despesas de funcionamento então esse montante sobe para 46.1 M, ou seja, 79% do orçamentado. Estes números ficam aquém do valor indicativo do PIC (65 M€, sem projectos extra-PIC), revelando o já referido empolamento do montante indicativo o que desvirtua o exercício de planeamento e programação realizado entre os dois países, dificultando a aplicação do critério da eficiência. Em suma, fica em aberto saber se o PIC foi ou não eficiente.

Apesar disso, pode afirmar-se que houve progressos significativos no acompanhamento da execução financeira através dos Planos de Tesouraria, existindo igualmente canais claros para a implementação e mecanismos de desembolso e gestão das intervenções, trabalho que é facilitado quando existe um coordenador de projecto, o qual articula directamente com as autoridades portuguesas. Quanto à prestação de contas, é de destacar que na maioria dos projectos analisados houve uma preocupação de apresentação de contas e respectiva verificação, estando o desbloqueamento de verbas da fase seguinte a isso condicionado.

A implementação das normas para a apresentação, selecção e financiamento de projectos de cooperação, incluindo uma grelha de avaliação para a respectiva apreciação e a introdução de alterações aos critérios de selecção/elegibilidade dos projectos, foram outros procedimentos que devem ser referidos como tendo contribuído para uma maior eficiência global dos recursos do PIC.



Quadro 22 – Montantes totais da cooperação com Angola, 2007-2010

Global	Total			2007			2008			2009			2010		
	Orçamento (€)	Execução (€)	%	Orçamento (€)	Execução (€)	%									
PIC 2007 - 2010	45.967.785	33.761.864	73%	11.955.382	9.676.262	81%	9.420.570	8.689.773	92%	11.191.506	11.008.452	98%	13.400.327	4.387.377	33%
Funcionamento	291.849	208.931	72%	58.064	58.064	100%	43.077	43.076	100%	85.708	86.108	100%	105.000	21.682	21%
Extra PIC	12.305.362	12.213.645	99%	6.442.748	6.442.748	100%	4.248.175	4.248.175	100%	1.471.273	1.503.396	102%	143.166	19.326	13%
Total Global	58.564.996	46.184.440	79%	18.456.194	16.177.074	88%	13.711.822	12.981.025	95%	12.748.487	12.597.956	99%	13.648.493	4.428.385	32%

Quadro 23 – Programação e execução do PIC de Angola 2007-2010, por eixo e área de intervenção

Designação	2007			2008			2009			2010			Total		%
	Orçamento	Execução	%	Orçamento	Execução	%	Orçamento	Execução	%	Orçamento	Execução	%	Orçamento	Execução	
	€	€		€	€		€	€		€	€		€		
Eixo I Boa Governação, Participação e Democracia	7.094.851	5.959.284	84%	5.259.060	4.882.701	93%	4.873.500	5.971.959	123%	5.370.449	1.620.969	30%	22.597.860	18.434.913	82%
1.A. Capacitação da Administração Pública	2.054.467	1.621.827	79%	1.464.904	1.371.303	94%	1.093.371	941.269	86%	1.570.374	273.213	17%	6.183.117	4.207.612	68%
1.B Cooperação na Área da Justiça	262.640	95.996	37%	58.447	54.447	93%	56.585	80.154	142%	87.720	7.632	9%	465.392	238.229	51%
1.C Cooperação Técnico-Militar	2.982.191	2.952.967	99%	2.189.431	2.105.400	96%	2.195.278	3.433.201	156%	2.162.684	721.970	33%	9.529.584	9.213.537	97%
1.D Cooperação na Área da Polícia e Segurança	1.795.553	1.288.494	72%	1.546.277	1.351.551	87%	1.528.265	1.517.336	99%	1.549.672	618.154	40%	6.419.767	4.775.536	74%
Eixo II Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza	4.785.721	3.642.168	76%	4.111.511	3.757.072	91%	6.268.006	4.986.493	80%	7.979.877	2.716.407	34%	23.145.115	15.102.141	65%
2. A Educação	1.440.801	1.424.721	99%	1.322.775	1.095.658	83%	2.564.393	1.538.190	60%	4.824.443	1.268.705	26%	10.152.412	5.327.274	52%
2.AA . Ensino Básico e Secundário	303.719	303.719	100%	199.015	199.015	100%	1.819.253	796.757	44%	3.690.115	583.446	16%	6.012.102	1.882.937	31%
2.AB. Ensino Superior	936.637	920.556	98%	1.115.885	888.767	80%	710.609	706.902	99%	998.236	634.393	64%	3.761.366	3.150.618	84%
2.AC. Ensino Técnico-Profissional	200.445	200.445	100%	7.876	7.876	100%	34.531	34.531	100%	0	0		242.852	242.852	100%
2.B.Desenvolvimento Sócio-comunitário	1.883.685	1.200.664	64%	1.812.457	1.770.477	98%	2.337.069	2.144.215	92%	2.018.703	455.879	23%	8.051.914	5.571.234	69%
2.C. Capacitação e Investigação na Área da Saúde	948.828	728.581	77%	865.038	779.698	90%	829.491	767.035	92%	774.298	835.808	108%	3.417.655	3.111.122	91%
2.D. Capacitação e Investigação na área da Agricultura e Segurança Alimentar	512.407	288.203	56%	111.240	111.240	100%	537.053	537.053	100%	362.434	156.015	43%	1.523.134	1.092.511	72%
Intervenção Complementar - Cluster	24.810	24.810	100%	0	0		0	0		0	0		24.810	24.810	100%
Fundo Para Pequenos Projectos	50.000	50.000	100%	50.000	50.000	100%	50.000	50.000	100%	50.000	50.000	100%	200.000	200.000	100%
TOTAL	11.955.382	9.676.262	81%	9.420.570	8.689.773	92%	11.191.506	11.008.452	98%	13.400.327	4.387.377	33%	45.967.785	33.761.864	73%

Fonte: IPAD.

5.2.4. Sustentabilidade

Em que medida os benefícios são susceptíveis de perdurar após o financiamento do doador terminar. Probabilidade de os benefícios perdurarem no longo prazo.

O apoio centrado não só na capacidade individual mas também institucional reflecte as preocupações da Cooperação Portuguesa com a sustentabilidade. Esta preocupação é também reflectida no compromisso de apoio a longo prazo às instituições angolanas.

A análise da sustentabilidade tem em consideração os aspectos financeiros, de capacidade técnica e institucional. Do ponto de vista da **sustentabilidade financeira**, há indícios de apropriação e co-responsabilização das instituições angolanas, com partilha de custos e, tendo em consideração as actuais condições de Angola, começam a ser dados os primeiros passos para a sustentabilidade em grande parte das intervenções (Saber Mais, PICATFin, CISA, etc.). Contudo, se o apoio português fosse interrompido, alguns projectos poderiam parar (PICATFin, CISA, Mamã Muxima, por exemplo).

Em termos de **capacidade técnica** há alguma sustentabilidade, embora com diferenças entre as várias áreas, garantidas através da transferência bem sucedida de conhecimentos e competências. No **PICATFin**, a aprovação de legislação e a constituição de um grupo de peritos angolanos (designadamente na área da dupla tributação) são considerados os aspectos mais visíveis na promoção da sustentabilidade desta cooperação. **Na área da Geologia e Minas**, há uma equipa de angolanos que participa na elaboração das cartas, desde a recolha das amostras até à edição das cartas geológicas. Há uma técnica angolana que é responsável pelo projecto e que faz a articulação com Portugal. Também é feita articulação com o MIREX.

Na área dos **Arquivos**, a formação criou alguma autonomia técnica dos profissionais de arquivo. Na **CTM**, há indícios de sustentabilidade, nomeadamente ao nível da formação de quadros (oficiais e sargentos) através da Escola de Administração Militar, tendo deixado de ser necessário o apoio português. Na **CTP** a formação de formadores garante a continuidade da capacidade de formação após a conclusão do apoio. Os formandos dos primeiros cursos são já formadores que replicam as acções de formação. Dado que a polícia auferе melhores salários relativamente a outros sectores, não há, à partida, fugas de quem beneficia da formação.

No **Saber Mais** a garantia de apropriação do projecto é assegurada a diferentes níveis, a começar pela Comissão de Acompanhamento Estratégico. O envolvimento das autoridades angolanas centrais e provinciais é real. Há, contudo, que ter em atenção a eventual fuga de formandos para empregos melhor remunerados.

Na **cooperação sociocomunitária** financiada pelo MTSS, os planos e os orçamentos são negociados e aprovados em conjunto, sendo a gestão da responsabilidade dos parceiros locais.

A **sustentabilidade institucional** existe já em algumas áreas e está a ser reforçada noutras. Há evidências de sustentabilidade na **UAN** e passos significativos nesse sentido no **Arquivo Nacional** e nos **Directores Clínicos**. No caso das **Finanças** há evidências de sustentabilidade na área do Património.

No que concerne ao **CISA**, a criação da Comissão de Acompanhamento Estratégico (CAE) poderá contribuir para a sustentabilidade do Centro de Investigação. Como aspecto positivo, realce-se que as orientações estratégicas do projecto são efectuadas no quadro da CAE, presidida por Angola. O Conselho Científico já está constituído e tem vindo a colaborar na avaliação científica de projectos. Deverá, porém, ser aprofundado o relacionamento institucional no seio do projecto, nomeadamente entre a CAE e o Conselho Científico. Acresce que está, ainda, por definir o modelo institucional e legal para o Centro, aspecto que cruza directamente com as questões da apropriação e sustentabilidade. Intimamente ligado a estes dois aspectos está a necessidade de recursos humanos devidamente capacitados e motivados para darem continuidade ao projecto. A já referida dificuldade em fixar técnicos especializados, nomeadamente angolanos, cruza também com a questão da sustentabilidade e deve ser devidamente equacionado no futuro próximo.

5.2.5. Efeitos

Que consequências é possível identificar, do ponto de vista técnico, económico, sociocultural, institucional e ambiental. Identificação de efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos pelas intervenções de desenvolvimento, directa ou indirectamente, previstos ou não.

O momento em que se realiza a avaliação dificulta a identificação de efeitos, dado que muitas intervenções se encontram ainda em implementação. Apesar disso, é possível identificar alguns efeitos em alguns projectos.

Em relação ao **primeiro eixo**, destacam-se algumas intervenções de apoio à Administração pública e o apoio na área da polícia e segurança. No primeiro caso é de salientar que na formação para técnicos de **arquivo** os efeitos já se fazem sentir a diversos níveis: Para o pessoal que trabalha em arquivo registou-se um maior interesse na documentação, na realização de reuniões com as Secretarias-gerais dos ministérios e a criação de um novo tipo de arquivo da documentação. Na área da **polícia e segurança**, um dos efeitos identificados pelas autoridades angolanas, resultante da Cooperação Portuguesa, é a mudança que se começa a verificar ao nível dos comportamentos na actuação das forças de ordem pública, estando cada vez mais profissionalizadas. O policiamento de proximidade é, nesta linha, uma área de formação em que

as autoridades angolanas pretendem investir com o apoio de Portugal. A criação de capacidade nacional está comprovada no facto de Portugal ter convidado Angola a ministrar cursos de formação de polícia na Guiné-Bissau.

A **CTM** é valorizada pelos interlocutores angolanos, que dela fazem uma apreciação positiva. A CTM pode ter efeitos multiplicadores em áreas cobertas por vários projectos, contribuindo para reforçar a visibilidade de Angola no continente e na sub-região, sendo paradigmático deste potencial o apoio à Escola Superior de Guerra que forma, com a participação da assessoria militar portuguesa, militares de outros países africanos de língua portuguesa e não só.

Quanto ao **segundo eixo** de intervenção pode afirmar-se que o apoio ao **ensino superior** tem produzido efeitos positivos na capacidade institucional e científica da UAN. No **apoio sociocomunitário**, pelos seus resultados, pode afirmar-se que contribuiu para a melhoria das condições de vida das crianças e jovens abrangidos, muitos deles órfãos da guerra provenientes de diversas regiões do país. Na área da formação profissional os resultados alcançados são muito satisfatórios, tendo contribuído para o relançar da auto-estima dos formandos.

5.2.6. Coordenação e complementaridade

Coordenação - até que ponto foram promovidas actividades entre os diversos parceiros do desenvolvimento (entre doadores, entre Portugal e Angola, entre actores da Cooperação Portuguesa) com o objectivo de mobilizar os recursos da cooperação ou harmonizar as suas intervenções, procedimentos e práticas para maximizar a eficácia dos recursos.

Complementaridade – até que ponto há uma partilha de competências entre os executores das intervenções, evitando sobreposições e potenciando as sinergias.

A coordenação e complementaridade das intervenções podem ser analisadas a quatro níveis:

- **Coordenação e complementaridade entre os actores da Cooperação Portuguesa em Lisboa**

A articulação e comunicação entre os actores da Cooperação Portuguesa foram razoáveis aquando da elaboração do PIC, para o qual foram recolhidas as opiniões e experiências dos diversos actores. Ao longo da sua execução, estes aspectos foram sendo cada vez mais reduzidos. Uma parte dos executores referiu a necessidade de haver encontros regulares ao longo da execução do PIC para melhorar a coordenação, identificar constrangimentos, prioridades estratégicas e partilhar métodos de trabalho. Esses encontros seriam também muito úteis para harmonizar a forma de apresentação e aprovação dos projectos e respectivos indicadores. Da mesma forma, foi referida a necessidade de o IPAD desempenhar efectivamente o papel de coordenador, nomeadamente dando indicações precisas sobre as prioridades estratégicas de intervenção.

Ao nível das áreas de intervenção, e no que diz respeito à cooperação na área da **Polícia e Segurança**, a programação e coordenação das acções implementadas por diferentes serviços¹³ é assegurada pela DGAI/MAI, a que se junta a gestão programática, administrativa e financeira dos vários projectos. Os programas de formação são enviados para Angola, para análise e aprovação. Esta racionalização organizacional foi introduzida em 2007 e, no entender da DGAI, melhorou bastante a eficácia dos programas anuais do PIC, bem como a eficiência da gestão financeira centralizada, que permite a poupança de verbas, como também saber, em tempo real e útil, o valor de verbas remanescentes e apresentar propostas de reafecção de verbas para novas acções. Na **CTM** a coordenação e complementaridade das acções dos diversos ramos é assegurada pelo MDN.

- **Coordenação e complementaridade entre actores da Cooperação Portuguesa no terreno**

No terreno, os contactos são muitas vezes informais e a Embaixada portuguesa não tem recursos humanos suficientes para garantir um acompanhamento e coordenação efectivos e sistemáticos. Os serviços de cooperação contam apenas com uma pessoa, que acumula funções. Há um longo caminho a percorrer no sentido de criar mecanismos regulares e formais de articulação e coordenação que integrem os diferentes sectores da cooperação para o desenvolvimento, o que dificulta a procura de complementaridade e pode conduzir a uma duplicação de esforços nos sectores. Esta realidade é ainda mais evidente quando os actores são as ONG. Apesar de as intervenções poderem ser complementares às das instituições públicas, no período de vigência do PIC não houve qualquer esforço nesse sentido.

Ao nível das intervenções, um bom exemplo de complementaridade é o **CISA** ter utilizado o **CED** na última Comissão de Acompanhamento Estratégico do projecto, recorrer ao laboratório de biologia molecular do Hospital Pediátrico David Bernardino, apoiado pela Cooperação Portuguesa, e fomentar a participação de clínicos do Hospital Provincial do Bengo nos cursos financiados também pela Cooperação Portuguesa. Contudo, os técnicos do CISA no terreno referiram não conhecer outras intervenções na área da saúde e educação, nas quais poderia haver complementaridade e sinergias. Apesar disso, em matéria de articulação com a Cooperação Portuguesa, a Embaixada tem respondido sempre que solicitado pela equipa.

- **Coordenação e complementaridade com outros doadores**

Em 2006, a UE estabeleceu um *Road Map* para implementação de um Plano de Acção para melhorar a coordenação e harmonização entre doadores da UE. Esta medida vai no sentido de

¹³ MAI, PSP, ISCPSP da PSP, GNR, SEF, ANSR, ANPC e IESM.

implementar as metas estabelecidas na Declaração de Paris. Contudo, apesar do *Road Map* assinalar a presença de muito doadores em sectores como a educação e saúde, a partilha de informação entre doadores é escassa. Na prática não tem havido esforços de harmonização.

Na área da educação básica e secundária, destaca-se o Brasil, na formação de professores do ensino secundário, na educação especial e no Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos de Educação (INID), Cuba e Brasil com professores a leccionar no 2º ciclo do Ensino secundário.

Ao nível do ensino superior é de realçar a presença de outros doadores. Alguns desenvolvem actividades mais pontuais (França, Itália¹⁴, Rússia) mas outros têm uma presença que se faz sentir em força, como é o caso do Brasil, com bolsas para formação superior, e sobretudo da Espanha (Canárias), com um vasto programa de formação ao nível das licenciaturas, mestrados e doutoramentos, que envolve milhares de estudantes.

Na área do desenvolvimento sociocomunitário, o MINARS desconhece a existência de outros doadores, ainda que as próprias comunidades tenham recorrido, por vezes, a outros parceiros. No caso do Sambizanga já houve apoio da CE e Itália mas o apoio da Cooperação Portuguesa foi sempre o mais importante.

- **Coordenação com as autoridades angolanas**

Por parte do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), há uma grande lacuna de informação. A maior parte dos sectores não apresenta relatórios de execução ao MIREX, o qual, por esse facto, não tem a possibilidade de assegurar a articulação com a Cooperação Portuguesa. Apesar disso, em alguns sectores registaram-se melhorias, nomeadamente no Ministério da Educação, com o qual a articulação melhorou substancialmente.

Da parte da Cooperação Portuguesa, revela-se, igualmente, necessário haver mais informação e maior transparência para com as autoridades angolanas, nomeadamente, no que diz respeito ao pacote financeiro das intervenções e à prestação de contas. Apesar disso, há alguns bons exemplos de procura de articulação. No caso das intervenções **PICATFin** e **Saber Mais**, a existência de um coordenador local garante a coordenação com as autoridades sectoriais competentes. O mesmo se passa na **CTP**: o Oficial de Ligação (OLI) assegura a coordenação com os responsáveis do Ministério do Interior ligados à cooperação e com os responsáveis das Forças e Serviços de Segurança angolanas, com a regularidade necessária.

No caso da cooperação na **área do desenvolvimento sociocomunitário**, há articulação entre o MTSS e o MINARS, nomeadamente para o desbloqueamento das verbas para os executores, o

¹⁴ A auto-suficiência em Medicina, Geologia e Arquitectura deve-se a Itália, pela aposta que fez nos doutoramentos de angolanos.

qual está condicionado ao cumprimento do acordado e ao envio das informações necessárias, nomeadamente a prestação de contas. No entender das autoridades angolanas esta cadeia funciona bem e não deve ser alterada.

No quadro da implementação do **CISA**, a institucionalização da Comissão de Acompanhamento Estratégico e a realização de reuniões regulares entre a Equipa do CISA, o Director Provincial de Saúde e o Director do Hospital potenciam a coordenação com as autoridades angolanas.

5.2.7. Valor acrescentado

Em que aspectos a Cooperação Portuguesa tem mais-valias comparativamente a outras cooperações.

No quadro da Auto-avaliação de Portugal¹⁵ para a implementação do Código de Conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão das tarefas na política de desenvolvimento, a educação e a capacitação institucional são identificadas como aquelas em que Portugal tem um valor acrescentado no cômputo geral da Cooperação Portuguesa. A vantagem da língua comum e a matriz jurídica e administrativa semelhante são os factores potenciadores dessa mais-valia. Estas mais-valias são reconhecidas pelas autoridades angolanas, colocando Portugal numa melhor posição para implementar intervenções nas áreas de apoio à boa governação (Eixo I) e da educação (Eixo II).

A existência reconhecida de relações bilaterais próximas com as autoridades angolanas e de contactos pessoais estreitos constituem uma mais-valia da Cooperação Portuguesa relativamente a outros doadores, contribuindo para a agilização de processos e tomada de decisões.

¹⁵ http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf

6. Conclusões e Recomendações

As conclusões e recomendações apresentam-se agrupadas por grandes áreas para facilitar a sua leitura:

Planeamento / Programação

A elaboração do PIC teve por base um processo participativo, liderado pelo IPAD, com consulta dos ministérios sectoriais e Embaixada, tendo sido assegurado o envolvimento das autoridades angolanas. Um menor envolvimento foi sentido dentro do IPAD, entre os diferentes serviços. As organizações da sociedade civil não foram envolvidas no processo.

Registaram-se progressos em termos de redução de eixos de intervenção e houve um esforço de concentração das intervenções as quais tiveram por base as solicitações das autoridades angolanas. Contudo, foi sentido por algumas instituições alguma indefinição e falta de orientação por parte do IPAD quanto ao que era estratégico, conduzindo a uma profusão de intervenções. As inúmeras intervenções extra-PIC nos primeiros anos atestam esta realidade. Esta miríade de intervenções absorve tendencialmente maiores custos de transacção do que se os recursos estivessem concentrados em abordagens sectoriais integradas. Por outro lado, apesar de o PIC incluir indicadores, há ainda muito trabalho a desenvolver nesta área, sobretudo na definição de indicadores de resultados.

Recomendação 1. O IPAD deve definir claramente as opções estratégicas relativamente à cooperação com Angola e dar essas instruções aos sectores e à sociedade civil, nomeadamente às ONG. O reduzido volume da Cooperação Portuguesa face à dimensão deste país parceiro obriga a que se definam claramente as áreas de intervenção, as opções geográficas e os grupos-alvo, em colaboração com as autoridades angolanas.

Recomendação 2. Dentro do IPAD deve ser promovido um maior entrosamento entre os serviços na elaboração do PIC, de forma a um aprofundamento sectorial.

Recomendação 3. A identificação do programa de cooperação deve ser feita em conjunto com as autoridades angolanas, o que significa partilhar também a informação sobre a definição de prioridades, a fixação de objectivos e de programas bem como do pacote financeiro e sua estrutura.

Recomendação 4. No novo PIC deve ser feito um esforço no sentido de, dentro do possível, apostar em abordagens sectoriais integradas.

Recomendação 5. Num contexto de recursos escassos, o IPAD deve apostar em co-financiamentos e parcerias público-privadas que potenciem a apresentação de propostas a fundos internacionais (facilidade da água, energia, segurança alimentar) a subvenções, em áreas

complementares e estratégicas para reforço da Cooperação Portuguesa. Promover a articulação da SOFID com Angola.

Recomendação 6. O cluster não foi implementado. No quadro da preparação do próximo PIC deve ser discutido com as autoridades angolanas a relevância de inclusão de um instrumento de cooperação deste tipo.

Implementação e acompanhamento

O sistema de acompanhamento do IPAD fez progressos significativos nos últimos anos. Contudo, ainda não se pode falar verdadeiramente numa gestão centrada nos resultados. Há acompanhamento dentro do IPAD a dois níveis: a Direcção de Serviços de Planeamento e Programação, através da Divisão de Coordenação Geográfica, acompanha a implementação do PIC e a Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I, através da Divisão de África I (DAF I), acompanha a implementação dos programas e projectos do PIC. Esta separação exige um esforço maior de articulação.

No terreno, o acompanhamento pela Embaixada tem ainda um longo caminho a percorrer no sentido de criar mecanismos formais e regulares de articulação e coordenação, desde logo pela falta de recursos humanos para o efeito.

Recomendação 7. Deve ser criado um sistema de informação sobre a execução e resultados das intervenções implementadas no quadro da cooperação com Angola, como parte integrante dos interesses estratégicos permanentes de ambos os países.

Recomendação 8. Deve ser reforçado o diálogo e a articulação entre as duas unidades orgânicas responsáveis pelo acompanhamento do PIC.

Recomendação 9. No quadro do novo PIC, todos os projectos devem ter indicadores de resultados, definidos antes da sua aprovação pelo IPAD, que permitam uma gestão centrada nos resultados.

Recomendação 10. A área da cooperação junto da Embaixada portuguesa deve ser reforçada em termos de recursos humanos, de forma a garantir um eficaz e sistemático acompanhamento das intervenções da cooperação.

Recomendação 11. O site do IPAD deve ter informação disponível sobre o nível de implementação do PIC e resultados alcançados, numa óptica de visibilidade e transparência. Deve igualmente incluir informação disponível sobre as áreas que já foram co-financiadas, por país, no que diz respeito às ONGD.

Coordenação e Complementaridade

A coordenação e complementaridade entre actores da cooperação Portuguesa, em Lisboa, foram razoáveis aquando da elaboração do PIC mas foram reduzidas ao longo da sua execução. Há, ainda, espaço para melhorias na coordenação entre actores no terreno, bem como com o MIREX e entre as entidades angolanas.

Recomendação 12. Na elaboração do novo PIC devem ser fortalecidos os mecanismos de consulta e articulação entre todos os actores da Cooperação Portuguesa, incluindo as ONG e outros actores não estatais. O IPAD deve promover reuniões de coordenação/articulação com os diversos executores das intervenções, nomeadamente, na fase de preparação do PIC, no seu arranque e depois promover reuniões sectoriais com uma periodicidade semestral ou anual, em função da realidade no terreno e das necessidades mais específicas de cada sector.

Recomendação 13. O IPAD enquanto entidade coordenadora deve promover de forma mais regular reuniões de articulação (globais e/ou sectoriais), traduzidas não só na partilha de informação mas, também, de reflexão estratégica e articulação, procurando potenciar sinergias entre todos os actores. As áreas da saúde e da educação sobressaem como aquelas onde devem ser fortalecidos os mecanismos de articulação e complementaridade entre todas as intervenções.

Recomendação 14. A Embaixada de Portugal em Luanda deve promover reuniões de coordenação, com uma periodicidade regular, sobretudo em termos sectoriais e em áreas afins. Estas reuniões devem contar com a presença de todos os actores, incluindo os da sociedade civil, única forma de potenciar a complementaridade.

Recomendação 15. A articulação com o MIREX deve ser reforçada não só através da Embaixada de Portugal em Luanda, mas, também, através do IPAD, partilhando sistematicamente toda a informação disponível ao nível da implementação das intervenções sectoriais, como forma de minimizar os sintomas de descoordenação que ainda subsistem.

Recomendação 16. As fichas de projecto, devidamente actualizadas, devem continuar a ser partilhadas com a Embaixada de Portugal em Luanda e com o MIREX.

Áreas de intervenção

No processo de implementação das intervenções registaram-se alguns atrasos, na maior parte dos casos devido a problemas burocráticos, quer por parte de Portugal (por exemplo, falta de disponibilidade de técnicos para dar formação, disponibilização tardia de agentes da cooperação), quer por parte de Angola (as dificuldades de concessão de vistos e alojamento foi o aspecto mais vezes referido, para além de alguns atrasos na tomada de decisões).

No quadro da linha de co-financiamento das ONGD, do ponto de vista das ONGD o IPAD evoluiu positivamente em matéria de canais de diálogo, sendo as respostas tendencialmente rápidas. No quadro do actual PIC a abertura é maior, conseguindo-se agendar reuniões, tendo-se *feedback*. Contudo, nem sempre as razões apontadas para a não aprovação dos projectos são explicitadas de uma forma clara para a entidade proponente. O carácter anual dos concursos é um constrangimento apontado por algumas ONG. Por outro lado, a avaliação externa é uma das linhas orçamentais das propostas que é cortada nos projectos, assim como a construção de infra-estruturas, uma carência que ainda se faz sentir com muita frequência, sobretudo nas províncias mais distantes.

Recomendação 17. O reforço das capacidades institucionais deve constituir o principal foco do novo PIC, nomeadamente na área da Administração pública, onde Portugal tem claras mais-valias.

Recomendação 18. Para aumentar a sustentabilidade na área das Finanças Públicas, é necessário que se dê assistência técnica no seguimento das acções de formação. Isto significa que se deve apostar futuramente na formação “*on Job*”, fomentando assim a consolidação dos conhecimentos adquiridos.

Recomendação 19. Ainda no PICATFin, devem ser implementados inquéritos regulares em cada área de formação para facilitar a análise dos efeitos.

Recomendação 20. No Saber Mais, um aspecto a não descurar é o da certificação da formação, o que irá provocar maior adesão dos professores em exercício.

Recomendação 21. A articulação com os governos provinciais e o seu envolvimento no projecto Saber Mais devem ser fortalecidos no futuro.

Recomendação 22. No Saber Mais devem ser elaborados Planos de Acção para cada Pólo provincial, com objectivos, metas e indicadores para cada um deles, para que se possa fazer um acompanhamento e avaliação numa óptica de resultados.

Recomendação 23. Na área do ensino superior deve ser promovida a articulação entre o Instituto Camões e os outros actores e projectos na área da língua portuguesa, para potenciar a coordenação e a promoção de sinergias.

Recomendação 24. Nas bolsas internas, deve ser agilizado um mecanismo de articulação entre o INABE e a Embaixada de Portugal em Luanda, que permita ultrapassar os constrangimentos detectados e Angola aproveitar o contingente de vagas. Por outro lado, deve-se equacionar apoio técnico ao INABE, no sentido de serem ultrapassados os constrangimentos.

Recomendação 25. No CISA deve ser equacionada uma estratégia de atracção de quadros angolanos, condição fundamental para garantir a sua sustentabilidade.

Recomendação 26. Na linha de co-financiamento das ONGD, o IPAD deve equacionar a possibilidade de concursos com carácter plurianual, adoptando o modelo da CE ou, no caso de impossibilidade de financiamento plurianual, simplificando a segunda candidatura/reapresentação. Segundo a DASC, o enquadramento normativo de apoio às ONGD foi alterado em 2009, no sentido de tornar claros os procedimentos a seguir pelas organizações nos casos de projectos plurianuais, ficando assim, em princípio, aquela questão resolvida.

Recomendação 27. Nas candidaturas a co-financiamento das ONGD, deve ser reconsiderada a possibilidade de inclusão de verbas para fazer uma avaliação externa, nomeadamente nos de maior volume financeiro. Segundo a DASC, nesta data, este assunto já está contemplado.

Recomendação 28. Dado que a carência de infra-estruturas limita o desenvolvimento, o processo de apreciação das candidaturas das ONGD não deve ser tão restritivo em relação à elegibilidade destas despesas.

Recomendação 29. As autoridades angolanas e portuguesas devem equacionar formas de ultrapassar os constrangimentos associados à concessão de vistos no quadro das intervenções de cooperação para o desenvolvimento, com o objectivo de fortalecerem as relações mútuas que assumem primazia em termos estratégicos.

Angola

Recomendação 30. O CED deve procurar diversificar o leque de actividades, alargando a sua utilização a outras cooperações no domínio do ensino superior e a outros clientes para além da Administração pública angolana, nomeadamente o sector privado. Neste quadro, o IPAD poderia ter um papel dinamizador de divulgação do CED junto das instituições portuguesas que têm projectos em Angola, incluindo as Universidades.

Recomendação 31. Numa óptica de promoção da apropriação e da sustentabilidade, o MINARS deve gradualmente assumir responsabilidades no financiamento do novo ciclo de programação.

Recomendação 32. Há necessidade de maior articulação entre o MINARS e os outros ministérios envolvidos no apoio sociocomunitário, criando programas sectoriais: Ministério da Educação, que paga os professores, e Ministério da Saúde, que paga os profissionais de saúde, envolvidos na implementação deste programa.

Recomendação 33. Definir o modelo institucional e legal para o CISA, aspecto central para a promoção da sua apropriação e sustentabilidade. Deve ser aprofundado o organigrama de funcionamento.

Recomendação 34. Angola deve promover e assegurar a articulação entre o MIREX e os outros sectores angolanos.

Recomendação 35. O Estado angolano deve promover e assegurar um maior envolvimento no acompanhamento das intervenções da Cooperação Portuguesa.

Referências

- Agenda para a Acção de Acra, 2008, <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/FINAL-AAA-in-Portuguese%5B1%5D.pdf>
- Cooperação Portuguesa, 2005, Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf
- Governo de Angola, 2005, Estratégia de Combate à Pobreza. http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_ECP.pdf
- IPAD, 2006, Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Angola (2004-2006), <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/avalpicang.integral.pdf>
- IPAD, 2009, Auto-avaliação de Portugal. Implementação do Código de Conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão das tarefas na política de desenvolvimento, http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf
- IPAD, 2010, Desenvolvimento de capacidades. Linhas de Orientação para a Cooperação Portuguesa, http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Des_Capacidades.pdf
- IPAD, 2009, Guia de avaliação, http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/guia_avaliação_09.pdf
- OCDE/CAD, 2002, Glossário da Avaliação e Gestão Centrada nos Resultados, http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/gloosaval_port.pdf
- OCDE/CAD, 2005, Declaração de Paris, http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/declaraparis_portg_1.pdf
- OCDE/CAD, 2010, Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries. Paris.

Anexos

Anexo 1: Termos de Referência

AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL – ANGOLA

2007-2010

1. Enquadramento

A cooperação bilateral entre Portugal e os seus principais parceiros tem sido desenvolvida, nos últimos anos, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) assinados para um período de três a quatro anos. Os PIC enquadram a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países parceiros e estabelecem as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro.

A Cooperação para o Desenvolvimento entre Portugal e Angola no quadriénio 2007-2010 deu-se num contexto em que a economia angolana registou um crescimento muito apreciável em 2008, cerca de 15%, em termos reais. Porém, em 2009, registou-se uma quebra nesse ritmo de crescimento.

O PIC para o quadriénio 2007-2010 foi assinado em Julho de 2007, com um envelope financeiro indicativo de 65 milhões de euros. Teve em consideração a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) definida por Angola, e os princípios e linhas de acção da Cooperação Portuguesa (CP). O PIC identifica como eixos principais de intervenção: (i) Boa Governação, Participação e Democracia; (ii) Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza e, como intervenção complementar, a implementação de um Cluster.

2. Objectivos, Princípios e Âmbito da Avaliação

A presente Avaliação tem como **objectivos**:

- Fornecer informação relevante à CP e a Angola sobre a programação e implementação da cooperação entre os dois países que permita tomar decisões sobre a programação futura;
- Conhecer o desempenho do PIC no seu contributo para o alcançar dos objectivos de desenvolvimento de Angola;
- Identificar lições e propor recomendações para a reorientação da estratégia do PIC.

Os **princípios** orientadores da Avaliação são os definidos no PIC, nomeadamente para a escolha e o acompanhamento das acções.

A avaliação tem como **âmbito**:

- A relevância, lógica e coerência do PIC e sua consistência com a ECP de Angola;
- Tendo por base os objectivos, a avaliação deve produzir lições relevantes e recomendações para o futuro PIC, centrando a atenção nos dois eixos já identificados.

3. Questões da Avaliação

A Avaliação deverá ter em conta os critérios internacionais de avaliação nomeadamente a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade, coordenação e complementaridade, acrescidos da mais-valia da CP. A avaliação será organizada à volta de um conjunto de questões específicas (identificadas no anexo I), podendo cada uma delas abordar mais do que um critério.

As questões cobrem as seguintes áreas:

- A concepção e relevância do PIC;
- O processo de implementação do PIC, tendo em conta o contexto de Angola e os recursos da CP;
- O nível de concretização dos objectivos;
- A eficiência das intervenções;
- O papel dos actores da sociedade civil na concretização/implementação do PIC;
- A coordenação e complementaridade da ajuda dentro da CP e com outros doadores, bem como com as autoridades angolanas;
- A sustentabilidade das intervenções;
- Os efeitos das intervenções.

4. Conclusões e Recomendações

A Avaliação deverá identificar as principais conclusões e recomendações especificamente relevantes para o novo PIC e contribuir para tornar a Ajuda portuguesa em Angola mais relevante, eficaz, eficiente e sustentável.

5. Metodologia

Esta avaliação é um exercício conjunto entre o IPAD e os serviços de cooperação do Ministério das Relações Exteriores de Angola, tendo por base os princípios assumidos no quadro da Declaração de Paris sobre eficácia da Ajuda (2005) e reiterados na Agenda para a Acção de Acra (2008), no âmbito dos quais a prestação mútua de contas, a apropriação e a responsabilização

dos países parceiros pelo processo de desenvolvimento têm subjacente a necessidade de desenvolver exercícios conjuntos de avaliação.

A avaliação deverá realizar-se de acordo com os princípios orientadores reconhecidos internacionalmente, apelando a métodos participativos e integrando os detentores de interesse (stakeholders) mais relevantes. A avaliação deverá incluir um estudo documental realizado no IPAD e noutros Ministérios, entrevistas com as entidades envolvidas em Portugal e em Angola e visitas a actividades seleccionadas neste país africano. Os potenciais utilizadores da avaliação (IPAD, Ministérios e Embaixada, bem como autoridades angolanas envolvidas) deverão participar no planeamento e execução da avaliação em diálogo frequente com a equipa e em workshops e/ou seminários se considerados necessários.

6. Fases da Avaliação

A avaliação inclui três fases:

- A primeira, de trabalho de gabinete,
- A segunda, de deslocação ao terreno, e
- A terceira, de elaboração do relatório final.

6.1 Trabalho de Gabinete

A fase de trabalho de gabinete realizar-se-á em Portugal e consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em estudo que possa ser obtida quer no IPAD e noutros Ministérios, quer através de entrevistas com representantes dos actores portugueses envolvidos. Neste processo as autoridades angolanas serão representadas pela área económica da Embaixada de Angola em Lisboa, em articulação com a área da cooperação do Ministério das Relações Exteriores de Angola.

6.2 Trabalho de Campo

Os objectivos do trabalho de campo são: confirmar ou modificar as conclusões obtidas na fase de gabinete, aprofundar alguns aspectos previamente identificados, bem como investigar e analisar outros aspectos que venham a ser levantados face à realidade encontrada no terreno.

Deverão ser coligidos dados que consubstanciem o relatório final, nomeadamente recorrendo a entrevistas com os responsáveis pelas diversas actividades, i.e., consultores, representantes dos ministérios, autoridades locais e comunidades, instituições, investigadores e doadores mais relevantes.

6.3 Relatório Final

O relatório final (conteúdo indicativo no anexo II) deverá conter uma apreciação da implementação do PIC, dos resultados alcançados e dos efeitos produzidos ao longo do período em análise, bem como as recomendações para a programação do novo PIC.

A versão preliminar deste relatório deverá ser apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse (stakeholders).

7. Plano de Trabalho

A avaliação decorrerá em 2010, com o seguinte calendário:

- Fase documental até final de Junho;
- Trabalho de campo em Julho/Agosto;
- Relatório final *draft* no início de Setembro;
- Versão final do relatório até ao início de Outubro.

8 Composição da Equipa

A Avaliação é realizada por uma equipa mista com a seguinte composição:

- 2 técnicos do Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna do IPAD;
- 1 técnico da Divisão de Coordenação Geográfica do IPAD;
- 1 representante da área económica da Embaixada de Angola em Lisboa;
- 2 representantes da cooperação do Ministério das Relações Exteriores de Angola.

Anexo I

Questões da avaliação

As questões foram identificadas tendo em consideração:

- 1 A estrutura do PIC e principais intervenções
- 2 As intervenções extra PIC
- 3 A articulação com os serviços do IPAD que acompanham a implementação do PIC

As principais intervenções a avaliar são:

- PICATFin /estatística / justiça (vem de outras avaliações)
- Saúde CISA – Caxito (Bengo)
- Saber Mais (concepção da intervenção) – Min. Edu. /Luanda – Namibe/Benguela
- Programa de apoio do ensino à distância GDLN (projecto de apoio à UAN) – Luanda
- Técnico-policial – Luanda
- Técnico-militar – Luanda
- Inter-universitária – medicina FMUP – FMUAN; Mestrados em engenharia do ambiente; Medicina veterinária
- Bolsas internas
- Projecto de apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (Malange)
- Apoio à revitalização do arquivo nacional de Angola – Luanda
- Geologia e recursos geológicos do sudoeste angolano – Luanda
- Carta agrícola (desde 2006) – IICT MINADER
- Programa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – MINARS/MAPESS;
- Saúde – directores clínicos IHMT

As **questões da avaliação** são as seguintes:

Critério de avaliação	Questões da avaliação
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> - As acções implementadas foram ao encontro/adequadas às necessidades do sector/área? - O conteúdo da formação e/ou das Assistências Técnicas (AT) foi o adequado às necessidades dos formandos / sector/área? - As questões abordadas durante as missões foram as mais adequadas às necessidades? - Houve alguma reformulação da intervenção? Porquê? - Há necessidade de reformulação no futuro? Se sim, porquê/ em que aspectos?
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> - As actividades identificadas na intervenção são as mais adequadas para atingir os



	<p>objectivos propostos?</p> <ul style="list-style-type: none">- As actividades realizadas correspondem ao programado? Porquê?- Que razões explicam o atraso ou não execução das actividades programadas?- Houve reprogramação, com introdução de novas acções? Porquê?- Os resultados previstos pela intervenção foram alcançados? Em que medida? Se não porquê? <p>Para formação/capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Quais são os principais problemas relacionados com as acções de formação/AT realizadas?- Quais são os principais problemas/constrangimentos relacionados com esta intervenção?- Quais os aspectos mais positivos que realça desta intervenção? Como podem ser potenciados no futuro?- Como acha que esses problemas se podem resolver no futuro?- Quem foram os beneficiários directos da intervenção? (Correspondem aos beneficiários identificados na ficha do Projecto/programa?)
Eficiência	<ul style="list-style-type: none">- Como é que é gerida a intervenção?- Esse modelo é o mais adequado? Tem problemas? Qual seria a melhor solução?- Como é feita a articulação entre os serviços de Portugal e de Angola na preparação e execução das acções?- A intervenção tem um coordenador? Como é feita a articulação entre este e os parceiros locais?- Qual o papel da Comissão de Acompanhamento Estratégico? (Saber + e CISA)- As acções de AT revelaram-se adequadas às necessidades? Porquê? Que outras alternativas havia?- As acções de AT tiveram a duração adequada?- O que pensa da forma como é preparada a execução e implementadas as acções?
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none">- Os equipamentos fornecidos estão a ser utilizados? De que forma/como? Por quem? Para quê? São adequados ao contexto?- As acções de AT ou formação têm permitido uma transferência permanente, duradoura de conhecimentos?- O conhecimento adquirido através das acções de formação/AT está a ser utilizado? De que forma? Foi replicado? Como?- Há apropriação da intervenção pelos beneficiários? Como?- Quando o financiamento da CP terminar a intervenção continua? Com que recursos? E como?
Efeitos/impactos	<ul style="list-style-type: none">- O programa/projecto contribuiu para o alcançar dos objectivos/prioridades da instituição/sector? De que modo?- As acções/intervenção contribuíram para alterações? De que tipo? A que nível?(- Nas estruturas técnico-administrativas? Para melhorar os processos de trabalho?)

	<p>De que forma? Para produção de nova legislação?)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que efeitos se sentem/podem identificar nos beneficiários directos da intervenção? O que é que mudou?
Valor acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> - Em que aspectos é que a CP se diferencia das outras cooperações? - Que benefícios suplementares se podem identificar que resultem da especificidade da CP?
Coordenação/ Complementaridade	<ul style="list-style-type: none"> - Há outros doadores a intervir no mesmo sector? Quais? - As acções da CP têm-se revelado compatíveis com as decorrentes de outros programas com parceiros bilaterais ou multilaterais? - Quem faz a articulação desta intervenção com as de outros doadores na mesma área/sector? - Qual é o papel da Embaixada de Portugal na implementação, coordenação e acompanhamento da intervenção? - Qual o papel da área de cooperação do MIREX na implementação e coordenação do projecto/programa? - Como é feita a articulação entre os coordenadores/responsáveis pela gestão do projecto/programa e as entidades coordenadoras da cooperação (MIREX e Embaixada de Portugal)? - Conhece outras intervenções da CP no sector/área/país? Já houve alguma reunião de coordenação? Promovida por quem? - Como é feita a coordenação entre o MIREX e o sector em que se insere o programa/projecto? - Como é feita a coordenação entre o projecto/programa e os responsáveis sectoriais locais?

ANEXO II

Conteúdo indicativo do relatório final de Avaliação

- **Sumário executivo** – em português e inglês
- **Introdução e enquadramento** – contexto angolano e da CP, âmbito, objectivos, metodologia, etc., da Avaliação
- **Resultados da Avaliação** – análise dos critérios e das questões da avaliação.
- **Conclusões e recomendações** – as recomendações devem estar em articulação com as conclusões e devem ser hierarquizadas.
- **Anexos** – os anexos deverão incluir: Termos de Referência, programa de missão ao terreno, lista das pessoas e entidades contactadas, lista de documentação consultada, bem como outra informação factual usada na Avaliação.

O Relatório final não deverá exceder as 30/40 páginas (sem contar com os Anexos e o Sumário Executivo).

Anexo 2: Reuniões realizadas

Em Lisboa

Data	Hora	Interlocutor	Local
16 / 06	10.00	IMVF – Gonçalo Marques	IPAD
	11.30	ISU – Rita Leote	IPAD
	15.30	CGI/IPAD – Paula Barros	IPAD
21 / 06	11.30	MAI – Rui Costa	IPAD
22 / 06	10.30	Leigos para o Desenvolvimento – Carmo Fernandes e Rita Marques	IPAD
	14.30	FCG – Maria Hermínia Cabral e Sandra Ferreira	FCG
23 / 06	15.30	GPAERI/MFAP– Rosa Caetano; Ana Barreto; Márcia Pinheiro	M. Finanças
29 / 06	11.00	MTSS – Teresa Requejo; Júnior; Inês	MTSS
30 / 06	10.30	FEC – Susana Refega; Catarina;	IPAD
21 / 07	11.15	MDN – Saldanha Serra; Leite Braga	IPAD
	14.30	IC – Irene Paredes; Emília Santos; Zélia Madeira	IPAD
10/08		Helena Vantache	IPAD

Em Angola

Data	Hora	Interlocutor	Local
26/07	9.30	MIREX – Reunião de preparação/articulação da equipa	MIREX
	10.00	MINARS e IRSEM – Domingos Costa	MIREX
	15.30	M. Educação – Imaculada Curado; Olinaso Neto	MIREX
27/07	11.00	M. Finanças – Joana António; Helena Vantache	MIREX
	12.00	MADRP – Amália Costa; Maria Olímpia	MIREX
	12.45	M. Geologia e Minas e Indústria – Eduardo Paka	MIREX
	15.00	M. Interior – SNPC e Comando Geral da Polícia Nacional	MIREX
28/07	10.00	CED – João Loução; Manuel Pegado	UAN CED
	13.00	CTM – Coronel Teixeira; Major Magalhães; Major Lourenço	CTM
29/07	11.00	Governo Provincial do Bengo – Farel Van Dunen; Mbala Cusunga; Augusto Rosa Mateus; António Martins	Bengo
	11.45	Projecto CISA – Tiago Galvão e equipa no terreno	Hospital do Bengo
	13.00		Quixiquela
30/07	14.00	Assumpta (médica); Ana Maria (enfermeira); João Silva (INOV)	Bengo
	9.30	Mamã Muxima – Irmã Catarina de Sousa; Irmã Lucrecia	Praia do Bispo
	12.00	Embaixador de Portugal	Embaixada
	15.00	Saber Mais – Mário Machado	Embaixada
02/08		Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social – INABE -	
		INSA – Filomena Gomes da Silva	MINSA
		GII – Esperança Correia	
		Hospital Pediátrico David Bernardino – Rosa Neto	Hospital
03/08	14.00	D. Bosco	Sambizanga
		Universidade Agostinho Neto – João Seródio	UAN
04/08		Técnico-Militar	
04/08		Arquivo Histórico de Angola – Francisco Alexandre	Arquivo
05/08		D. Bosco	

Anexo 3 – Lista de Projectos

Projectos implementados na área da capacitação da Administração Pública

Projecto	Objectivos
1. Reforço da capacidade institucional do Laboratório de Engenharia de Angola	Dotar o LEA de autonomia, reforçando a sua capacidade de intervenção, valorizando os seus recursos humanos em novas áreas de especialização, fornecer equipamento e outras matérias para ensaios inexistentes em Angola e actualizar o acervo bibliográfico já existente.
2. Cooperação técnica na área das finanças públicas	Reforço da capacidade institucional do M. Finanças angolanos através de acções de assistência técnica e formação a levar a cabo durante o quadriénio 2007-2010 em 4 áreas prioritárias.
3. AT ao secretariado nacional do Comité Nacional da SADC	Dotar o SNS de capacidades auto-sustentáveis que lhe permitam o desempenho eficiente do mandato que lhe foi conferido no âmbito da formulação e execução das políticas e estratégias definidas pelo Comité Nacional da SADC, nomeadamente através de assessoria técnica permanente ao SNS e assessoria especializada.
4. Apoio à revitalização do Arquivo Histórico Nacional	Formação em arquivística dos Funcionários do AHA e de funcionários da Administração Provincial.
5. AT ao MINPLAN	Capacitação do MINPLAN no âmbito dos departamentos responsáveis pelo desenvolvimento territorial e investimento público, bem como assessoria directa à Ministra do Planeamento.
6. AT à Direcção regional de Desenvolvimento Territorial	Capacitação do MINPLAN no âmbito dos departamentos responsáveis pelo desenvolvimento territorial e investimento público, bem como assessoria directa à Ministra do Planeamento.
7. Apoio à revitalização do Arquivo Histórico Nacional	Capacitar no domínio da arquivística funcionários do Arquivo Histórico de Angola e dos quadros da Administração Central do Estado, com responsabilidades na área dos arquivos.
8. GDLN	Apoiar a constituição formal de uma Rede Lusófona da GDLN através da criação de um Centro em Angola e através deste apoiar a implementação das estratégias de redução da pobreza com base na qualificação de recursos humanos dos sectores público e privado, capacitação institucional e facilitação da comunicação entre agentes de desenvolvimento através de TIC para o ensino a distância.
9. Cooperação entre a ANACOM e o INACOM	Cooperação institucional entre estruturas homologas de gestão do sector, envolvendo formação em exercício e apoio técnico, nomeadamente para adequação de procedimentos e normas às regras internacionais.
10. Programa de Cooperação Estatística Bilateral - Angola 2007	Desenvolver, modernizar e reforçar os diferentes Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e no caso de Angola continuar os trabalhos de revisão da CAE.
11. Capacitação do Ministério do Urbanismo e Ambiente	Capacitação de técnicos para a recolha e tratamento de dados sobre ambiente.
12. Capacitação do Ministério da Juventude e Desportos	Inclui três subprojectos: i) Formação de Recursos Humanos; ii) Documentação e Informação; iii) Desenvolvimento Desportivo de Modalidades.
13. Projecto Geologia e Recursos Geológicos do Sudoeste de Angola	Publicação da carta Sul-D-33/T à escala 1: 250.000 e capacitação dos técnicos do IGEO; realização de acções de cartografia geológica, prospecção e pesquisa e estudos laboratoriais dos recursos geológicos presentes, com destaque para o estudos das rochas ornamentais e das águas de nascente e minero-medicinais; formação nas áreas de Geologia Económica, Geologia Aplicada e Geologia Laboratorial, dotando o IGEO de maior capacidade interventiva.
14. Capacitação da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea	Inclui realização de acções de formação a técnicos da ENANA nas áreas de Formação e Treino Operacional, Formação de Formadores, Formação em Gestão de Fluxos, formação de Formadores em Técnicas de Avaliação e formação de 18 técnicos da ENANA nas áreas de Operações Aeroportuárias, Operações de Socorros e Manutenção Aeroportuário.
15. Capacitação da Administração Postal de Angola	Formação em Portugal de dois quadros superiores no âmbito do 1.º Curso do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDHR), destinado a



	quadros das Administrações Postais dos PALOP.
16. Projecto de Capacitação da Biblioteca Nacional de Angola	Acções de formação realizadas no âmbito de um Protocolo de Cooperação entre a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Nacional de Angola.
17. Projecto de Capacitação da Televisão Pública de Angola	Acções de capacitação à TPA bem como transcrições, cassetes e satélites.
18. Projecto de Capacitação da Assembleia da República	Acções de capacitação à ANA.
19. Capacitação Institucional na área das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Capacitação Reforço da Capacidade Institucional do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA). Cooperação da ANACOM com o INACOM.
20. II Projecto de Formação para Técnicos Profissionais de Arquivo em Angola	Reforçar a capacitação do AHA no domínio da arquivística e das novas tecnologias aplicadas aos arquivos.

1.2. Projectos implementados na área da capacitação da Educação

Projecto	Objectivos
Ensino Básico e Secundário	
1. Apoio ao reequipamento escolar e de apoio pedagógico ao Colégio de S. Bento em Luena	Equipamento do Colégio S. Bento com mobiliário, equipamento informático e material didáctico-pedagógico (7.º-13.º classes), formação e reciclagem de 70 professores, do Colégio e outras escolas de Luena.
2. Projecto Complementar ao Projecto de Apoio ao Ensino Primário (EU-PAEP)	Orçamentação e planificação ao nível da gestão do sector do ensino básico/primário das Direcções Provinciais de Educação das províncias do Uíge e Zaire. Projecto foi abandonado.
3. Projecto de Reforço do Ensino Secundário	Dotar o SNS de capacidades auto-sustentáveis que lhe permitam o desempenho eficiente do mandato que lhe foi conferido no âmbito da formulação e execução das políticas e estratégias definidas pelo Comité Nacional da SADC, nomeadamente através de assessoria técnica permanente ao SNS e assessoria especializada. Colocação de formadores portugueses em instituições angolanas de formação de professores para o ensino secundário angolano.
4. Apoio à construção da 5ª Escola Pública	
Ensino Superior	
5. Programa de Cooperação Inter-Universitária para reforço das capacidades da UAN	Dotar o país de quadros especialistas através da formação de doutores, Mestres e Especialistas pós-graduados em Direito.
6. Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da UAN - Mestrados em Direito e Ciências Jurídicas	Dotar o país de quadros especialistas através da formação de Mestres de nacionalidade angolana.
7. Cooperação entre o IST e a Faculdade de Engenharia da UAN (Conclusão)	Diagnóstico da formação superior na área das engenharias e das necessidades de competências nos sectores público e privado e definição de uma estratégia de ensino adaptada.
8. Cooperação entre a FEUP e a Faculdade de Engenharia da UAN - Curso de Mestrado em Engenharia do Ambiente	Formação pós-graduada em Engenharia do Ambiente (Curso de Mestrado e especialização), designadamente nos Ramos de Tratamento de Águas e Águas Residuais e de Geoambiente, de modo a capacitar docentes/investigadores e técnicos.
9. Cooperação entre a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e a Faculdade de Medicina da UAN	Promoção de um ensino de excelência no domínio das Ciências da Saúde bem como a promoção das condições do sistema de saúde angolano (2005/07).
10. Ensino da Língua Portuguesa e Ciências Básicas na UAN	Desenvolver o ensino da Língua Portuguesa e de ciências básicas (Matemática, Informática, Economia) nos primeiros anos dos cursos leccionados pela UAN, através da colocação de professores portugueses em cada Unidade Orgânica, com prioridade para as que formam professores.

11. Curso de Superação Profissional para Médicos Veterinários no âmbito da Saúde Pública Veterinária	Actualizar e harmonizar conhecimentos especializados dos médicos veterinários na área da saúde animal com impacto na saúde pública.
12. Reforço da Rede de Docência	Apoio institucional ao ISCED do Lubango; 1 bolsa de estudo (programa Vieira) e apoio ao Centro Cultural Português de Luanda.
13. Bolsas de Estudo em Portugal (Ensino Público e Diplomático)	
14. Bolsas de Estudo Internas	
Técnico-Profissional	
15. Bolsas de Formação Profissional	Esta vertente de ensino tem registado pouca procura.
16. Projecto de Apoio à Escola de Formação Tecnológica de Angola	Em estudo o apoio à Escola através da cedência de bibliografia e/ou equipamento.
17. Apoio à criação da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Luanda	Prestar assistência no âmbito da Educação para o Desenvolvimento do Ensino das Tecnologias da Saúde em Angola, especificamente através do apoio à reactivação do ensino na Escola Técnica Profissional de Saúde de Luanda, designadamente através do apoio à leccionação, do apoio à criação de um Centro de Documentação e Informação e ainda implementar um laboratório geral para a leccionação de aulas práticas para os alunos do 1.º e 2.º ano.

Anexo 4 – Lista de projectos Extra-PIC

Linha de crédito de Ajuda (100MEUROS)
0 Potencial Económico e Científico Bilateral da Diáspora angolana em Portugal
Politec
PROSOIL - Processos edáficos no espaço e no tempo: Evolução, comportamento e remediação
Campanha de erradicação da Poliomielite
CELP
Estudo de conservação de fruta com impacto na segurança alimentar
Acções de Formação no INA
Formação Cooperativista e Técnica para Dirigentes de Cooperativas
Apoio ao processo eleitoral em Angola
Apoio no âmbito da desminagem
Programa de Cooperação Técnico-Militar (CTP-oficial de ligação)
Projecto de construção da 3ª Escola Ensino Básico Angolano - Kilamba Kiaxi
Construção da 4ª e 5ª Escola Pública - Belas
Escola Portuguesa de Luanda - Escola da Rede de Escolas nos PALOP
Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões de Luanda, Lubango e Benguela
Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior em Benguela (PRODESB)
Instituições Apoiadas
Encargos com estudantes
Cooperação entre a Fac.Economia da UCoimbra e a FE da UAN
Cooperação entre a Univ.Algarve a Angola (UAN)
Prestação de cuidados médicos - Evacuação de doentes
Reforço Institucional: Assistência Técnica - Envio de Missões
Projecto de reestruturação e expansão da rede de fontanários
Detecção remota de alterações de coberto do solo em Angola
Projecto de desenvolvimento pecuário de Ekunha, Huambo, Angola
Essências Florestais de Angola
Levantamento e caracterização das Empresas Angolanas do Sector Metalúrgico e Electromecânico

Apoio à participação de representantes dos países beneficiários em reuniões internacionais sobre Ambiente
A biodiversidade e as colecções biológicas em Angola: criar capacidade local e repatriar informação e conhecimento (BIO)
Edição do Mapa Digital dos solos de Angola
Áreas de Especial Interesse Biológico no Noroeste de Angola
I Encontro Luso-angolano em Economia, sociologia e Desenvolvimento Rural
Formação Avançada de Licenciados de Angola
Saberes em Trânsito em Angola, sec. XVI-XXI
Flora of Angola Online (FLAN)
Plano Director das Bacias Leiteiras de Angola
Novos Mortos, Novos Lutos, Novos Rituais. Uma abordagem antropológica dos rituais de nojo entre os Handa
Recursos Botânicos e saber medicinal na História e Cultura dos Handa
A Conferência Internacional sobre Angola - Centro de Estudos Africanos do ISCTE
Investigação e edição "Quem é quem em Angola"
Investigação: Um mundo imaginário. A visão do outro na literatura missionária sobre o reino do Kongo
Anatomia da casca e madeira de espécies florestais
Centro Cultural Português de Luanda
Formação de Recursos Humanos na área do Desporto
Documentação e Informação
Apoio a iniciativas Institucionais e da Sociedade Civil
Projecto comum sobre classificações, conceitos e nomenclaturas
PIR PALOP II . Projecto complementar português - Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP - Angola
Programa Estatístico da CPLP
Apoio ao Sector Marítimo - Portuário de Angola
Banco de Portugal - Visitas/Estágios/Cursos/Seminários Locais
Acções de Cooperação e formação entre o ISP e o ISS
Apoio às ONG nacionais
Ajuda aos refugiados (no país doador)
Programa de Apoio a Internacionalização
Prevenção e Combate à Dopagem no Desporto

Legislação, Documentação e Informação
Cooperação da ANACOM no âmbito do Centro de Excelência da UIT (União Internacional de Telecomunicações)
Avaliação valor nutritivo espécies forrageiras ANG
Publicação "90 anos do Liceu Salvador Correia"
Projecto Integrado de Saúde Materno-Infantil
Reuniões com os Dirigentes da Administração Pública de Angola